

Entre cacos, doces e palavras

Universo literário goiano na
I Feira Literária de Goiás



INSTITUTO FEDERAL
Goiano



EDITORA
IF GOIANO



FAPEG
Fundação de Amparo à Pesquisa
do Estado de Goiás



Reitor do IF Goiano Elias de Pádua Monteiro
Pró-reitora de Ensino Geisa D'Ávila Ribeiro Boaventura
Pró-reitor de Extensão Luciano Carlos Ribeiro da Silva
Pró-reitor de Administração Gilson Dourado da Silva
Pró-reitora de Gestão de Pessoas Ana Maria Rodrigues de Resende
Pró-reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação Alan Carlos da Costa

COMISSÃO CENTRAL ORGANIZADORA DA I FEIRA LITERÁRIA DE GOIÁS

Roseli Gonçalves da Rocha	Fernando da Rocha Rodrigues
Geisa D. Ávila Ribeiro Boaventura	Wesley Lima de Andrade
Sarah Suzane Amancio Bertolli Venancio Gonçalves	Ondina Maria da Silva Macedo
Fausto de Melo Faria Filho	Sandra Mara Santos Lemos
Caroline Guimaraes Silva	Cleber Cezar da Silva
Douglas Ribeiro Romani	Rhanya Rafaella Rodrigues
Marcia Maria de Borba	Elisangela Leles Lamonier
Solange da Silva Corsi	Iraci Balbina Gonçalves Silva
Denise Dias	Johnathan Pereira Alves Diniz
Bruno Silva de Oliveira	Flavia Maria Cruvinel
Claudine Faleiro Gill	Francisco Guilherme O. Junior
Leonardo Carlos de Andrade	Luana Cassia Miranda Ribeiro
Miria Nunes Porto Lima	Rita de Cassia Mendonça
Nadson Vinícius dos Santos	Fernando Henrique Carneiro
Rogério Justino	Constantino Isidoro Filho
Samara Gonçalves Lima	Maria Aparecida A. O. Tsu

INSTITUIÇÕES APOIADORAS



EQUIPE EDITORIAL

Coordenadora da Editora IF Goiano Sarah Suzane Bertolli
Assessora Técnica Daiane de Oliveira Silva
Assessora Editorial Ana Paula Oliveira Sousa
Revisão textual Coelum Editorial
Projeto gráfico e diagramação Coelum Editorial
Bibliotecário responsável Daiane Oliveira Silva

Entre cacos, doces e palavras



Universo literário goiano na
I Feira Literária de Goiás

Roseli Gonçalves da Rocha
Sarah Suzane Bertolli
Fausto de Melo Faria Filho
(Organizadores)



INSTITUTO FEDERAL
Goiás



EDITORA
IF GOIANO



FAPEG
Fundação de Amparo à Pesquisa
do Estado de Goiás



© 2026 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano – IF Goiano

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610 de 19.2.1998. Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida sem autorização por escrito da Editora.

ISBN: 978-85-65871-71-6 (e-book)

ISBN: 978-85-65871-72-3 (impresso)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBI) – Instituto Federal Goiano

R672e

Entre cacos, doces e palavras: universo literário Goiano I Feira Literária de Goiás. / Roseli Gonçalves da Rocha; Sarah Suzane Bertolli; Fausto de Melo Faria Filho. – 1. ed. Goiânia, GO: IF Goiano, 2026.

197 p., il.: color.

ISBN (e-book): 978-85-65871-71-6

ISBN (impresso) : 978-85-65871-72-3

1. Literatura Goiana. 2. Feira Literária. 3. Formação de leitores. 4. Cultura. 5. Patrimônio cultural. I. Rocha, Roseli Gonçalves da. II. Bertolli, Sarah Suzane. III. Filho, Fausto de Melo Faria. VI. Instituto Federal Goiano. VII. Título.

CDU: 82(817.3)

Ficha elaborada por Daiane de Oliveira Silva – Bibliotecário/CRB 1 nº 2685



Endereço: Rua 88, nº 310, Setor Sul CEP: 74085-010 – Goiânia – GO
E-mail: editora@ifgoiano.edu.br

Por que realizar uma feira literária?

Aceitar que numa sociedade podemos ter gente que nunca vai ter a menor oportunidade de acesso a uma leitura literária é uma forma perversa de compactuarmos com a exclusão. Não combina com quem pretende ser democrático.

(ANA MARIA MACHADO, 2001, p. 137)¹

A realização de um evento como a *I Feira Literária de Goiás – Homenagem à Cora Coralina* (Flig) demanda uma série de ações que podem culminar no sucesso ou no fracasso do evento. A primeira dessas ações prevê a confirmação da vontade política em realizá-la e, a partir de então, é preciso formar uma equipe que, antes de mais nada, acredite no resultado do projeto e que se lance de corpo e alma na sua concretização. Foi isso que aconteceu com esse evento. A partir da ideia da feira literária, as instituições públicas de ensino superior de Goiás se juntaram e concretizaram esse sonho que vinha sendo acalentado há anos.

¹ MACHADO, Ana Maria. Literatura o direito a uma herança. In: _____. *Texturas: sobre leituras e escritos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

Contudo, para além da sua realização, há algo que não se pode ocultar e que faz com que um evento como esse se vista de uma importância maior, que é promover o acesso ao livro para que nossas crianças, jovens e a comunidade em geral possam experimentar a herança patrimonial da humanidade que se esconde nas páginas de um livro, é não compactuarmos com a exclusão literária, como afirma Ana Maria Machado (2011). A convivência com a literatura é isto, é conhecer a diversidade, é respeitar o outro, é ser capaz de assumir outros ângulos de visão. Para a Professora Vera Tietzmann (2009)², tanto a leitura para os adultos, como o “faz de conta” das crianças, é um treinamento para a vida, traduz-se em um aprendizado de humanidade. Ainda de acordo com a estudiosa, a linguagem literária é sutil, treina um olhar crítico e o leitor, por meio da ficção, passa a entender mais a fundo a natureza humana, tornando-o mais tolerante, condição essencial para cada um de nós, principalmente na atualidade em que vivemos.

Em tempos marcados pela velocidade das informações, pela superficialidade das relações que são provocadas pelas telas e pela lógica imediatista das redes sociais, realizar uma feira literária é, antes de tudo, um ato de resistência cultural e de afirmação da humanidade. Nessa perspectiva, Antonio Candido (2011)³ defende que o direito à literatura é fundamental, pois ela é capaz de humanizar os indivíduos e de ampliar a experiência social, uma vez que o monumento literário, em sua potência mais profunda, continua sendo um dos espaços privilegiados para o exercício da imaginação, da sensibilidade, do pensamento crítico e do encontro entre sujeitos, memórias e territórios. É nesse horizonte que a Flig, realizada em 2024, inscreve sua importância histórica e simbólica.

2 SILVA, Vera Maria Tietzmann. *Leitura literária & outras leituras: impasses e alternativas no trabalho do professor*. Belo Horizonte: RHJ Editora, 2009.

3 LITERATURA como direito. In: *Vários escritos*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2011.

Mais do que um evento cultural, a feira constituiu-se como um momento de encontros. Encontro entre o passado, o presente e o futuro – o passado se fez presente na homenagem feita a maior poetisa de Goiás, Cora Coralina, o presente se fez realidade nos encontros entre leitores e livros; entre escritores e a comunidade; entre crianças, jovens e adultos que se pegaram atravessados pela palavra literária; entre a tradição e as múltiplas vozes contemporâneas que compõem o cenário cultural goiano e brasileiro. Em cada mesa, oficina, roda de conversa, contação de histórias e lançamento de livros, reafirmou-se aquilo que a literatura sempre soube fazer com rara delicadeza: aproximar pessoas e ampliar modos de ver o mundo. Assim também foi que a Flig lançou as bases para o futuro, para a realização da sua segunda edição, em 2026.

Estamos experimentando um tempo paradoxal. Nunca tivemos tanto acesso à informação e, ao mesmo tempo, tão pouco tempo dedicado à escuta profunda, à contemplação e à leitura significativa. A hiperconectividade, embora seja uma importante ferramenta de comunicação e de democratização de conteúdos, também carrega uma dinâmica de consumo rápido, de conteúdos fragmentados e superficiais. Nesse contexto, o livro torna-se um convite à desaceleração. Ler exige permanência, imaginação e presença. Exige a coragem de silenciar o ruído incessante para ouvir outras vozes – inclusive a nossa.

Por isso, iniciativas como a Flig assumem um papel fundamental na formação de leitores e no fortalecimento da cultura escrita. Quando uma comunidade abre espaço para o livro, ela amplia também suas possibilidades de diálogo permanente, de cidadania plena e de uma transformação social edificante. Uma feira literária movimenta não apenas a economia criativa, mas também os afetos, as identidades e o sentimento coletivo de pertencimento. Ela cria pontes entre gerações, desperta novos leitores e reafirma o direito à cultura como dimensão essencial da vida humana.

É especialmente significativo que esta primeira edição tenha homenageado Cora Coralina, uma mulher de coragem, que abriu caminhos a tantas outras Coras goianas, pois Goiás é um território de rica tradição cultural, marcado pela oralidade, pela poesia, pela música, pela diversidade de narrativas populares e pela força de seus autores e autoras. A feira nasce, portanto, conectada às raízes culturais do estado, mas também aberta às múltiplas linguagens e experiências que constituem a literatura contemporânea. Trata-se de um marco que evidencia o compromisso com a democratização do acesso ao livro e com a valorização da produção literária local e nacional.

Este livro, ao reunir memórias, textos e registros da Flig, preserva não apenas a história de um evento, mas a experiência de encontros transformadores. Cada página testemunha a potência da palavra compartilhada e a capacidade da literatura de produzir sentido em tempos tão desafiadores para o pensar e o refletir. Que estes registros intelectuais reunidos de várias áreas deixem seus testemunhos neste processo de valorização do livro e da cultura como instrumento maior de construção da cidadania e que inspirem novas edições, novos leitores e novos caminhos para a cultura literária em nosso estado que, por muito tempo, permaneceu fora do calendário dos eventos literários nacionais.

Que a Flig continue crescendo como espaço de formação, escuta, imaginação e, sobretudo, de acesso ao livro e à leitura. E que, diante da pressa do mundo digital, sigamos defendendo o livro como um lugar de autonomia, de reflexão e de liberdade. Afinal, enquanto houver leitores, haverá sempre a possibilidade de se escrever o mundo por meio das palavras.

Maria Luiza Bretas

Doutora em Letras e Linguística,
escritora e professora do IF Goiano

SUMÁRIO

12 APRESENTAÇÃO

CAPÍTULO 1

16 ENTRE BECOS, MEMÓRIAS E PATRIMÔNIOS: CORA CORALINA E REGINA LACERDA NA FORMAÇÃO DO LETRAMENTO LITERÁRIO EM GOIÁS

Gismair Martins Teixeira
Rafael Alves Oliveira

CAPÍTULO 2

40 O PAPEL DE EDITORAS UNIVERSITÁRIAS NA DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À LEITURA: UM RELATO SOBRE A EDITORA UNIRV

Anielle Moraes
Claudemir Bertuolo Furnielis

CAPÍTULO 3

65 DIMENSÕES PEDAGÓGICAS E AFETIVAS DA LEITURA PROFUNDA: CARTAS DE VIDA E DE AMOR

Fernanda Silva Martins
Ricardo de Assis Gonçalves
Fernando Uhlmann Soares

CAPÍTULO 4

75 POESIA E POLÍTICA: O SILÊNCIO QUE FALA LONGE

Prof. Dr. Valtuir Moreira da Silva

CAPÍTULO 5

87 O NEGRO NO MUNDO DOS BRANCOS: INFÂNCIA, LITERATURA E A SUTIL VIOLÊNCIA DO RACISMO ESTRUTURAL

Cleber Roberto de Sena Veloso
Valéria Alves de Lima

CAPÍTULO 6

100 DO DOCE DA MEMÓRIA AO DOCE DA PALAVRA: A FORMAÇÃO HUMANA EM CORA CORALINA

Luiz Otávio Arrais Carneiro

CAPÍTULO 7

113 LEITURA LITERÁRIA PARA A FORMAÇÃO HUMANA: ENTRE NASCENTES E SABORES

Iraci Balbina Gonçalves Silva

CAPÍTULO 8

130 “COMEÇAMOS QUEIMANDO LIVROS E ACABAMOS QUEIMANDO PESSOAS”: POLÍTICAS DE SILENCIAMENTO E CENSURA DA LITERATURA BRASILEIRA

Cloves da Silva Junior
José Humberto Rodrigues dos Anjos

CAPÍTULO 9

159 INDIVÍDUO E SOCIEDADE EM VIDAS SECAS: “FABIANO, VOCÊ É UM HOMEM [...] VOCÊ É UM BICHO, FABIANO”

Leonardo Carlos de Andrade
Ondina Maria da Silva Macedo
Caio Sgarbi Antunes

**A IMPORTÂNCIA DA ARTE, CULTURA
E LITERATURA NA FORMAÇÃO HUMANA:
A EXPERIÊNCIA DA FEIRA LITERÁRIA DE
GOIÁS (FLIG)**

Roseli Gonçalves da Rocha

Sarah Suzane Bertolli

Fausto de Melo Faria Filho

Prezado(a) leitor(a),

É com imensa satisfação que apresentamos o primeiro fruto literário advindo da Feira Literária de Goiás (Flig). Este livro, mais do que uma simples coletânea de textos, representa a materialização de um ideal, a celebração da palavra escrita em sua diversidade e o reconhecimento do seu poder transformador em nossas vidas e em nossa sociedade.

As páginas que se seguem ecoam a própria essência que motivou a criação da Flig. Compreendemos que a leitura nos proporciona um desenvolvimento cognitivo, a imaginação e a criatividade, transportando-nos para além dos limites do conhecido. Em um mundo cada vez mais efêmero, a leitura oferece tranquilidade e possibilidade de reduzir o estresse e de nos reconectar com nosso interior.

Mais do que um exercício individual, a leitura é uma ponte para o outro; ela estimula a empatia e a compreensão interpessoal, permitindo-nos vislumbrar diferentes perspectivas. Ao nutrir a mente com histórias e ideias, a leitura contribui significativamente para a nossa saúde mental, oferecendo conforto, reflexão e novas formas de encarar o mundo. E, fundamentalmente, ela nos empodera, estabelecendo uma conexão singular entre o real e o imaginário, contribuindo para nossa formação integral como seres humanos.

A prática constante da leitura se revela uma ferramenta indispensável na formação de pessoas com maior capacidade de reflexão crítica sobre aspectos políticos, sociais, éticos, culturais e pessoais que moldam nossa existência coletiva.

É nesse cenário de reconhecimento da leitura como força motriz de enriquecimento cultural e intelectual que a Flig

floresceu. A feira nasceu da convicção de que um evento dedicado à literatura poderia amplificar essa importância, oferecendo um espaço único para a celebração da diversidade de vozes e para o encontro direto entre autores e leitores. Tornou-se um ambiente propício para a promoção da prática da leitura, incentivando o acesso a diversos gêneros e estilos, e fomentando um diálogo enriquecedor entre aqueles que escrevem e aqueles que se deleitam com as palavras. Ao destacar a riqueza cultural e a expressividade artística inerentes à leitura, a Flig almeja desempenhar um papel crucial na construção de uma sociedade mais educada, reflexiva e profundamente conectada com o universo da palavra escrita.

Foi precisamente da constatação da grande diversidade cultural do Estado de Goiás que a Flig foi idealizada. Havia uma clara necessidade de um espaço coletivo que oportunizasse aos participantes da comunidade interna e externa das instituições de ensino de Goiás o contato direto com a escrita literária; um espaço que acolhesse escritores de diferentes gêneros textuais e discursivos, com um olhar especial para os talentos da nossa própria região. Acreditávamos, e continuamos a acreditar, no potencial da feira para contribuir significativamente com a construção e aquisição de conhecimento e ideias através de uma programação rica e diversificada, que abrangeu workshops, palestras, debates, oficinas criativas e a magia da contação de histórias. Além disso, a Flig se propôs a ser um terreno fértil para descobrir novos talentos e, quem sabe, inspirar a produção de novas obras literárias.

Este livro que agora você tem em mãos é a primeira materialização desse sonho. Ele representa conversas, debates e a paixão pela literatura, que marcaram a primeira edição da Flig. Esse escrito é um testemunho do poder da união em torno da palavra, um passo inicial na construção de um legado literário para o nosso estado.

Convidamos você, caro(a) leitor(a), a mergulhar nestas páginas, a se deixar envolver pelas diferentes vozes e narrativas que

aqui se encontram. Que esta primeira publicação da Flig seja apenas o prenúncio de muitas outras que virão, fortalecendo o nosso compromisso com a leitura, com a cultura e com a formação de indivíduos mais críticos, sensíveis e conectados com o poder transformador das palavras. Vida longa à Flig!

Boa leitura!

Os organizadores







CAPÍTULO 1

Entre becos, memórias e patrimônios:

Cora Coralina e Regina Lacerda na formação do letramento literário em Goiás

Gismair Martins Teixeira (Ciranda da Arte/Seduc-GO)¹

Rafael Alves Oliveira (Ciranda da Arte/Seduc-GO)²

-
- 1 Doutor em Letras e Linguística pelo PPG em Letras da Universidade Federal de Goiás com Pós-Doutorado em Ciências da Religião pelo PPG em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Professor P-IV da Seduc-GO lotado no Centro de Estudo e Pesquisa Ciranda da Arte.
 - 2 É bacharel em Estudos Literários, Licenciado em Letras-Português e Mestre em Letras e Linguística pela Faculdade de Letras – Universidade Federal de Goiás. Docente da Educação Básica, notavelmente na área de Linguagens e suas Tecnologias, jurisdicionado ao Centro de Estudo e Pesquisa Ciranda da Arte (SEDUC-GO). É produtor cultural responsável pela Feira Literária do Vale do São Patrício-GO. Além disso, desenvolve pesquisas no âmbito dos Direitos Humanos em dois Núcleos ligados ao Instituto Federal Goiano – Campus Ceres, a saber: Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) e Núcleo de Estudos e Pesquisas em Diversidade Sexual e de Gênero (NEPEDS).

Introdução

Este artigo analisa as interseções entre as obras de Cora Coralina e Regina Lacerda, duas escritoras vilaboenses cujas produções literárias se destacam pela tessitura de memórias, saberes tradicionais e pela preservação do patrimônio material e imaterial de Goiás. A reflexão toma como eixo a I Feira Literária de Goiás (Flig), evento que, ao homenagear Cora Coralina em sua edição inaugural, reafirmou o papel da literatura como instrumento de educação patrimonial e de formação estética no âmbito das políticas públicas de leitura do Estado. Ao aproximar as representações de território, memória e identidade presentes nas obras das duas autoras, o estudo evidencia como suas narrativas contribuem para práticas de letramento literário que valorizam as culturas locais e fortalecem o pertencimento comunitário. Igualmente, discute-se a interface dessas produções com os certames *Concurso Literário de Redação Bariani Ortencio* e *Escrevendo a História dos Municípios Goianos*, ambos sob gestão pedagógica do Centro de Estudo e Pesquisa Ciranda da Arte, compreendidos aqui como dispositivos de formação leitora e escrita que mobilizam estudantes da rede estadual para a investigação, a criação e a preservação da memória cultural. Conclui-se que o diálogo entre literatura, patrimônio e ensino constitui uma via profícua para o desenvolvimento de metodologias sensíveis às identidades goianas, ao mesmo tempo que amplia o repertório crítico e expressivo dos estudantes.

A literatura goiana, especialmente aquela produzida a partir das margens, dos becos e das tradições populares, tem revelado, ao longo das últimas décadas, uma força estética e cultural capaz de reposicionar Goiás no mapa da produção literária brasileira. Nesse contexto, destacam-se as vozes de Cora Coralina e Regina Lacerda, ambas nascidas na cidade de Goiás – antiga capital do estado – e responsáveis por inscrever no imaginário coletivo narrativas que entrelaçam memória, território, afetos e modos de vida.

Suas obras, marcadas pela valorização do cotidiano, das oralidades, das práticas tradicionais e do patrimônio cultural material e imaterial, constituem um acervo indispensável para compreender a formação identitária do povo goiano.

A realização da *I Feira Literária de Goiás* (Flig), que teve como homenageada central Cora Coralina, representa um marco simbólico e político para as políticas de leitura desenvolvidas no estado. Ao reconhecer a importância da escritora como referência estética e patrimonial, a Flig ampliou o diálogo entre literatura, educação e comunidade, tornando-se espaço privilegiado de circulação, debate e celebração das narrativas regionais. Ao mesmo tempo, o evento reforçou a necessidade de aproximar o repertório literário goiano das práticas escolares, favorecendo uma perspectiva de letramento literário ancorada na valorização das memórias e dos saberes locais.

Esse movimento encontra ressonância em duas ações formativas que impactam diretamente a rede estadual de ensino: o *Concurso Literário de Redação Bariani Ortencio* e o projeto *Escrevendo a História dos Municípios Goianos*, ambos coordenados pedagogicamente pelo Centro de Estudo e Pesquisa Ciranda da Arte, da Secretaria de Estado da Educação de Goiás. Esses certames, ao estimularem a escrita autoral, a pesquisa territorial e a produção de textos comprometidos com a identidade cultural, aproximam-se dos princípios que norteiam a obra de Cora Coralina e Regina Lacerda, reforçando a literatura como espaço de construção de pertencimento e cidadania.

Assim, o objetivo central do artigo é: analisar como as produções de Cora Coralina e Regina Lacerda dialogam com o patrimônio cultural goiano e de que maneira suas obras reverberam em práticas contemporâneas de ensino, letramento literário e formação estética, especialmente no contexto da Flig e dos certames promovidos pela Seduc-GO. Ao articular literatura, memória e educação, busca-se compreender como a palavra – viva, afetiva e territorializada – pode se tornar ponte entre passado, presente e futuro na formação dos estudantes da rede pública.

Cora Coralina e Regina Lacerda: vozes vilaboenses entre o patrimônio e a memória

A cidade de Goiás, patrimônio histórico e cultural da humanidade, constitui o cenário simbólico e afetivo no qual se forjam as obras de Cora Coralina e Regina Lacerda. Ambas as escritoras, ainda que com estilos e percursos distintos, convergem no gesto de transformar a experiência cotidiana em matéria literária, conferindo à cidade e às suas tradições um estatuto narrativo singular. Suas produções revelam uma profunda consciência da memória como fundamento estético, bem como do patrimônio – material e imaterial – como campo de resistência cultural.

Nessa perspectiva, a produção de ambas dialoga de maneira muito próxima com a construção imagética de suas poéticas literárias, que se mostram acentuadamente permeadas de memórias referenciais da antiga capital goiana. Cora Coralina nasceu em 1889 e Regina Lacerda em 1921. As três décadas de diferença entre as duas escritoras proporcionaram um distanciamento que permitiu à segunda contemplar, com um certo distanciamento histórico necessário, a trajetória da poetisa Cora, registrando seus passos iniciais.

Em seu trabalho utilizado como promotor do letramento literário no *Concurso de Redação Bariani Ortencio*, intitulado *Vila Boa: história e folclore*, Regina Lacerda (1977) registra, a par do folclore e dos matizes culturais da Cidade de Goiás, o percurso literário de seus moradores ligados ao mundo das letras, que tinham no jornalismo a sua mais destacada plataforma de manifestação. Das notícias que traz sobre esse momento de efervescência cultural da ex-capital goiana, no início do século XX, Lacerda registra:

Dentre os muitos jornais editados, a um devemos dar destaque: uma folha impressa em papel cor-de-rosa — A ROSA —, fundada em 1907, sob a gerência do Dr. Heitor de Moraes Fleury e redação de Rosa Godinho, Alice Santana, Luíza de Oliveira, Ana Peixoto (*Cora Coralina*)

e Leodegária de Jesus, esta autora do livro ‘COROA DE LÍRIOS’ e do consagrado poema ‘SIMILIS’, também musicado (Lacerda, 1977, p. 29, grifo nosso).

Em *Vila Boa: história e folclore*, a autora apresenta todo um mosaico cultural da cidade, registrando aspectos materiais e imateriais da cidade, como informações sobre suas ruas, casas, becos, igrejas, pontes, vielas, festividades religiosas, indivíduos populares pelos mais diversos motivos e seus apelidos, apresentando um panorama pitoresco (Lacerda, 1977) que pode ser pensado, de forma extensa, como um recorte representativo de outras localidades semelhantes no tempo e no espaço.

Neste contexto, o poema de abertura de *Meu livro de cordel*, de Cora Coralina (2012a), revela uma instigante simetria poética com a produção em prosa de Regina Lacerda quanto à tematização. Intitulada *Cantoria*, a poesia metalinguística apresenta o itinerário da escritora mais importante de Goiás, conforme Carlos Drummond de Andrade:

*Meti o peito em Goiás e canto como ninguém.
Canto as pedras, canto as águas, as lavadeiras, também.
Cantei um velho quintal com murada de pedra.
Cantei um portão alto com escada caída.
Cantei a casinha velha de velha pobrezinha.
Cantei colcha furada estendida no lajedo; muito sentida,
pedi remendos pra ela.
Cantei mulher da vida conformando a vida dela (Coralina,
2012a, p. 5, grifo nosso).*

Nesse poema, o diálogo entre Cora e Lacerda se delineia em traços firmes. O dialogismo entre as duas grandes autoras da cidade de Goiás se mostra profícuo, reforçando uma perspectiva que remete à intertextualidade em nuances sutis entre o dito e o não dito. O último verso em destaque, por exemplo, de *Cantoria*,

traz uma distinção instigante entre o olhar de ambas as autoras. Se Coralina (2012a) canta “a mulher da vida conformando a vida dela”, Lacerda se furta a relacioná-la mesmo entre os tipos de rua, que elenca em profusão (1977, p. 52). Compreensível, quando se leva em conta tempo, lugar e o *ethos* muitas vezes transgressor que a literatura pode assumir em sua vertente poética e ficcional.

Ao longo da obra de ambas as autoras vilaboenses, evidencia-se a dinâmica necessária à realização do processo de letramento literário objetivado pelas práticas pedagógicas do Centro de Estudo e Pesquisa Ciranda da Arte. Nas palavras de Rildo Cosson (2014), renomado pesquisador dos estudos literários que se especializou em letramento literário:

No exercício da literatura, podemos ser outros, podemos viver como os outros, podemos romper os limites do tempo e do espaço de nossa experiência e, ainda assim, sermos nós mesmos. É por isso que interiorizamos com mais intensidade as verdades dadas pela poesia e pela ficção. A experiência literária não só nos permite saber da vida por meio da experiência do outro, como também vivenciar essa experiência (Cosson, 2014, p. 186).

Meu livro de cordel (Coralina, 2012a) e *Vila Boa: história e folclore* (Lacerda, 1977) contemplam de forma precisa esta asserção de Cosson em seu *Letramento literário: teoria e prática* (Cosson, 2014). Uma leitura mais aproximada dos poemas de Cora em diálogo com os escritos de Regina Lacerda permite observar como essas textualidades são pródigas em possibilidades hermenêuticas em relação às considerações do teórico do letramento literário.

A literatura como inscrição do patrimônio imaterial

A obra de Cora Coralina constitui um dos mais emblemáticos registros do patrimônio imaterial goiano. Seus poemas e prosas evocam ofícios tradicionais, práticas culinárias, religiosidades populares, celebrações comunitárias e linguagens da oralidade. Ao narrar a vida dos becos, lavadeiras, doceiras, trabalhadores e figuras anônimas, Cora legitima modos de existência frequentemente silenciados pela historiografia hegemônica. Sua escrita é atravessada por uma ética da memória, na qual o cotidiano se converte em documento poético e a sensibilidade se afirma como forma de preservação cultural. Em *Meu livro de cordel* (Coralina, 2012a), o imbricamento entre memória poética e patrimônio imaterial impregna os poemas de Cora, que se expressa sobre a imaterialidade patrimonial ao falar de si em prosa poética que abre a segunda parte do livro, quando responde à pergunta sobre sua identidade como autora:

Nasci para escrever, mas, o meio, o tempo, as criaturas e fatores outros, contramarcaram minha vida.

Sou mais doceira e cozinheira do que escritora, sendo a culinária a mais nobre de todas as Artes: objetiva, concreta, jamais abstrata, a que está ligada à vida e à saúde humana (Coralina, 2012a, p. 73-76).

Em *Poemas dos becos de Goiás e estórias mais*, por sua vez, Cora Coralina dirá, em poemas como *Todas as vidas*:

Vive dentro de mim uma cabocla velha de mau-olhado,
acocorada ao pé do borralho, olhando pra o fogo.

Benze quebranto.

Bota feitiço [...]

Ogum. Orixá.

Macumba, terreiro.

Ogá, pai de santo (Coralina, 2012b, p. 7).

Na sequência, poetizará que vive dentro de si uma lavadeira do Rio Vermelho, envolta em cheiro gostoso de água e sabão, pedra de anil; e também uma mulher cozinheira, às voltas com pimenta, cebola, quitute, panela de barro, taipa de lenha, cozinha antiga, picumã, pedra pontuda, cumbuco de coco; ainda mais, uma mulher roceira, com todas as agruras que essa condição traz em sua dinâmica existencial; enfim, todas as vidas dentro de si (Coralina, 2012b). Em *Meu livro de cordel*, o tema da mulher roceira também comparece. No poema *Estas mãos se lê*: “Olha para estas mãos de mulher roceira, esforçadas mãos cavouqueiras” (Coralina, 2012a, p. 62-63).

Regina Lacerda, por sua vez, amplia esse repertório ao imprimir em sua obra uma tessitura narrativa que dialoga com os mitos, as festas tradicionais, as lendas, a religiosidade e as fabulações do sertão goiano. Sua escrita, marcada pelo lirismo e por um olhar atento às manifestações populares, reforça a centralidade da cultura oral e das tradições como patrimônios vivos que estruturam a identidade regional. Assim como Cora, Regina reconhece na figura do contador de histórias e nas vozes do povo a potência de guardiões da memória, incorporando esses elementos em suas narrativas de maneira afetiva e crítica.

Ao tratar, por exemplo, da cerâmica produzida na cidade de Goiás, no capítulo intitulado *A cerâmica popular de Goiás*, Regina Lacerda (1977) apresenta um histórico de cunho mitológico dessa arte, remontando-a inicialmente ao panteão das deidades gregas para em seguida trazer uma abordagem de cunho antropológico ao analisar a expertise indígena brasileira em torno dessa arte milenar (Lacerda, 1977, p. 203). Em sua visão crítica sobre a cerâmica produzida na antiga capital, afirma a autora:

A cerâmica de Goiás não alcançou posição técnica nem tampouco se industrializou. Ela é ainda a terra cozida e apenas isso, mas como artesanato é digna de nota. Seu uso na vida doméstica da Cidade de Goiás é quase integral até os dias de hoje. O costume teria vindo com os portugueses para boa acomodação com os indígenas. [...] Em todas as

casas da Velha Capital se coze em panelas de barro. É do conhecimento de todos que certas comidas adquirem melhor sabor quando cozidas nesses utensílios. Dentre elas estão o arroz com pequi, certas verduras como chuchu, abobrinha verde, quiabo, etc. (Lacerda, 1977, p. 204).

Juntas, as autoras constroem uma cartografia literária do patrimônio imaterial, em que práticas, gestos, saberes e memórias se convertem em linguagem estética e pedagogia do pertencimento, conforme se depreende dos breves recortes apresentados nesta seção que, todavia, espraiam-se e constituem o cerne tanto das obras de Cora Coralina quanto da produção de Regina Lacerda sob análise neste trabalho.

Lugares, casas e materialidades: o patrimônio material em perspectiva literária

O patrimônio material, igualmente presente nas obras das duas escritoras, assume papel fundamental na constituição de uma poética do território. Em Cora Coralina, a Casa Velha da Ponte não é apenas cenário, mas personagem: símbolo de resistência, memória, ancestralidade e enraizamento. A casa torna-se espaço de produção literária, de elaboração identitária e de encontro com a história da cidade. A materialidade das ruas, pontes, igrejas e monumentos integra uma geografia afetiva que fundamenta sua obra e sustenta seu diálogo com o passado.

No poema *A casa do berço azul*, de *Meu livro de cordel* (Coralina, 2012a), por exemplo, a casa, patrimônio material por excelência, migrará simbolicamente para a imaterialidade do saudosismo que marca a distância no tempo e no espaço entre pessoas da cidade interiorana que se querem bem. Dona Marcionilha e seu

Chico Fiscal formam o casal amigo, que leva a sério o “crescei e multiplicai-vos” bíblico. Sempre que o casal esperava um menino, pintava de azul o berço usado pelos filhos anteriores: “Apenas três vezes o berço mudou de cor: três meninas: Maria, Cacilda e Ercília (Coralina, 2012a, p. 21).” A fusão entre proprietários e a casa se consolidará nos versos de Cora: “A Casa do Berço Azul [...] Minha casa amiga [...] (Coralina, 2012a, p. 20)”, conectando de vez o material e o imaterial.

Ainda no imbricamento entre o material e o imaterial, canta Cora Coralina o já lendário Rio Vermelho em poema que leva justamente o título onomástico do veio de água visceralmente ligado à cidade de Goiás, banhando-a, assim como banha a poesia da mais célebre doceira goiana. Versos como os que se seguem dão conta do patrimônio material e natural em profunda sinergia com a vida da autora:

Debaixo das janelas tenho um rio correndo desde quando?...
Lavando pedras, levando areias.
Desde quando?...
Aninha nascia, crescia, sonhava (Coralina, 2012a, p. 29).

A exemplo do que ressalta do poema *A casa do berço azul*, que se encerra com reflexões sobre a celeridade do tempo que a tudo consome, em *Rio Vermelho* os marcadores da passagem do tempo, que atingem até mesmo o patrimônio material, estão presentes, conforme os índices verbais do último verso, engastando-se na metáfora universal do rio que em seu fluxo mimetiza a temporalidade a escoar rumo ao oceano da eternidade. No fluxo e refluxo entre o material e o imaterial, o rio também se mescla a outro patrimônio material no poema: “Tenho um rio debaixo das janelas da Casa Velha da Ponte” (Coralina, 2012a, p. 29). Dialogicamente, em *A casa do berço azul*, o berço é comparado também a um barco que recebe aqueles que chegam para singrar o oceano da existência.

À semelhança de Cora, em Regina Lacerda os espaços físicos — vilas, igrejas, povoados, praças e paisagens do interior — também compõem uma estética que reconhece a espacialidade como dimensão formadora da experiência humana. Seus textos destacam a arquitetura colonial, os elementos do urbanismo histórico e as geografias naturais como marcas que atravessam a vivência das comunidades e constituem, simultaneamente, registros históricos e símbolos culturais.

Se Cora Coralina canta a temporalidade inspirada no Rio Vermelho, Regina Lacerda, por sua vez, traz um recorte mais objetivo e pragmático em relação ao célebre rio goiano. À janela de Cora, de onde a poetisa contempla o “seu” rio poético, Lacerda amplia as localidades relacionadas a ele. Sob a epígrafe de *Poços dos rios (usados para banhos públicos)*, a autora enumera os seguintes poços do Rio Vermelho: Poço do Bispo, Poço S. Benedito, Poço da Beleza, Poço da Mandobeira, Poço da Pedra Branca e Poço da Pinguelona (Lacerda, 1977, p. 49).

Sobre o Poço da Beleza, afirma a autora acerca do seu caráter pitoresco: “2) POÇO DA BELEZA - Usado pelas moças (A imaginação e a curiosidade dos homens levava-os a pensar que ali só iam moças belas ou apenas que seria uma ‘beleza’ ver as moças se banhando no rio – coisa proibida em outros tempos)” (Lacerda, 1977, p. 51). Outro rio da cidade, o Rio Bacalhau, também é relacionado por Lacerda, que enumera os seus poços de banho.

Além dos rios, Regina Lacerda elenca, dentre outros patrimônios materiais, os famosos becos da cidade de Goiás, que não são poucos: Beco do Cotuvelo, Beco da Taquara, Beco do Seu Sócrates, Beco de Santa Luzia, Beco de Mingu, Beco do Cisco, Beco da Vila Rica, Beco da Conceição, Beco do Jorge Honório, Beco do Chapéu do Padre, Beco do Seu Caiado, Beco da Cachoeira Grande, Beco do Antônio Gomes, Beco de Trás da Matriz, Beco do Seminário, Beco da Escola, Beco do Pombal, Beco da Cadeia (Lacerda, 1977, p. 50). Diante do detalhamento de Lacerda, mais

que se justifica o título da obra de Cora Coralina: *Poemas dos becos de Goiás e estórias mais*.

A literatura de ambas evidencia que o patrimônio material não se limita à preservação de objetos ou edificações, mas abrange as relações sociais e afetivas que as pessoas estabelecem com esses espaços, revelando-os como extensões da memória coletiva. Ao narrá-los, as escritoras reanimam suas histórias, conferindo-lhes nova vitalidade e contribuindo para sua reintegração ao imaginário contemporâneo.

A I Flig e o protagonismo feminino na tessitura cultural de Goiás

A realização da I Feira Literária de Goiás (Flig) representa um marco simbólico e político no cenário cultural do estado, ao consolidar um espaço institucional destinado à celebração da literatura, da memória e da diversidade identitária goiana. Ao escolher Cora Coralina como figura central da homenagem inaugural, a Flig reafirma o papel fundamental das mulheres na construção da sensibilidade literária regional e na preservação das tradições que constituem o imaginário coletivo de Goiás. Essa escolha não apenas reconhece a importância histórica da autora, mas também inscreve a feira em uma perspectiva crítica de valorização das vozes tradicionalmente marginalizadas no campo literário.

A Flig se estrutura como ambiente plural, no qual convergem práticas de leitura, rodas de conversa, oficinas, exposições, mediações, apresentações artísticas e ações de formação voltadas a estudantes, professores e comunidade em geral. Nesse contexto, a presença de Cora Coralina transcende o tributo simbólico: ela se torna eixo articulador de reflexões sobre patrimônio, identidade, oralidades, saberes tradicionais e memória afetiva. A feira

possibilita, assim, a aproximação entre literatura e educação patrimonial, convocando escolas e agentes culturais a repensarem o papel do texto literário como ferramenta de leitura crítica do mundo e de valorização das culturas locais.

O protagonismo feminino, evidenciado na escolha de Cora e reverberado na valorização de outras autoras goianas como Regina Lacerda, emerge como elemento central na tessitura da Flig. A feira, ao promover mesas e diálogos que destacam a produção literária de mulheres, contribui para ampliar o repertório estético dos participantes e para tensionar a histórica invisibilização feminina no campo das letras. Além disso, ao reconhecer a literatura produzida na cidade de Goiás como patrimônio cultural, a Flig reitera o compromisso com a preservação da memória e com a circulação de narrativas que expressam, de forma sensível, a pluralidade do sertão e do interior goiano.

Nesse sentido, a I Flig não se limita a ser um evento cultural: ela se configura como política pública de leitura e como plataforma de fortalecimento das ações pedagógicas desenvolvidas no estado, articulando-se diretamente com iniciativas como o *Concurso Literário de Redação Bariani Ortencio* e o projeto *Escrevendo a História dos Municípios Goianos*. Ao promover o diálogo entre literatura, território e educação, a Flig inaugura um movimento de valorização estética e afetiva das produções locais, reafirmando o potencial da palavra para fomentar pertencimento, cidadania e formação crítica entre estudantes e educadores da rede estadual.

Patrimônio, ensino e letramento literário na rede estadual de Goiás

A interseção entre literatura, memória e educação tem se afirmado como um eixo estratégico nas políticas pedagógicas da

Secretaria de Estado da Educação de Goiás, especialmente por meio de projetos que valorizam o território e o patrimônio cultural como dispositivos de formação leitora. Nesse contexto, dois certames se destacam pela capacidade de mobilizar escolas, docentes e estudantes em torno de práticas de escrita autoral e investigação histórica: o *Concurso Literário de Redação Bariani Ortencio* e o projeto *Escrevendo a História dos Municípios Goianos*, ambos sob gestão pedagógica do Centro de Estudo e Pesquisa Ciranda da Arte. Esses programas articulam, de maneira efetiva, a literatura de autoras como Cora Coralina e Regina Lacerda com processos educativos voltados ao letramento literário, à pesquisa e à construção de identidades.

Ambos os projetos do Centro de Estudo e Pesquisa Ciranda da Arte têm rendido frutos e com a promessa de fartas colheitas futuras. O mais recente material do *Concurso Literário de Redação Bariani Ortencio* é o e-book *Escrevivências femininas na literatura goiana: IX Edição do Concurso Literário de Redação Bariani Ortencio*, obra que traz a contribuição de vozes diversas da cultura goiana para a necessidade premente da valorização feminina nas letras goiana e brasileira, além da performance escriturística dos alunos da rede pública de Goiás envolvidos na dinâmica do projeto.

Por sua vez, o *Concurso Escrevendo a História dos Municípios Goianos*, parceria entre a Secretaria de Estado da Educação de Goiás/ Ciranda da Arte e Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, vai se estabelecendo como uma instigante realização da asserção de Tolstói em sua célebre e onipresente citação de que se deve cantar a própria aldeia para ser universal. A dinâmica do projeto, que contemplará todas as regiões do estado goiano, tem como proposta a produção dos estudantes contando a história de suas cidades, numa privilegiada perspectiva que dificilmente poderia ser contemplada de outra forma, e numa abordagem transdisciplinar daquilo que se convencionou chamar “a história vista de dentro”.

Nas seções subsequentes, abre-se o diálogo entre as autoras analisadas neste trabalho e as obras que redundaram, até aqui, do desenvolvimento desses projetos, que terão edições nos próximos anos com a promessa renovada de novos e excelentes frutos dessas ações pedagógicas, essenciais para a formação dos educandos goianos.

O Concurso Literário de Redação Bariani Ortencio

O *Concurso Literário Bariani Ortencio* constitui, na rede estadual, uma das mais consolidadas ações de incentivo à leitura e escrita, promovendo o protagonismo juvenil ao convidar estudantes a refletirem sobre temas vinculados ao patrimônio cultural goiano. O concurso homenageia o escritor e folclorista Bariani Ortencio, cuja obra dialoga diretamente com o universo da cultura popular – dimensão igualmente presente nas produções de Cora Coralina e Regina Lacerda. Ao convocar estudantes a produzir textos criativos, críticos e fundamentados, o certame estimula a apropriação das memórias e tradições locais, contribuindo para a formação de um sujeito leitor capaz de reconhecer-se como parte da história que narra.

Em sua nona edição, o concurso inspirado na práxis de Bariani Ortencio no âmbito da cultura goiana redundou na publicação do e-book *Escrevivências Femininas na Literatura Goiana: IX Edição do Concurso Literário Bariani Ortencio*. Dividida em seções que contemplam tanto a produção dos educandos quanto uma fortuna crítica diversificada em relação às autoras e à política de inclusão emergente na arte-educação em Goiás, a obra resulta em extraordinário material didático que o Centro de Estudo e Pesquisa Ciranda da Arte disponibiliza à rede pública de educação do estado.

Na seção intitulada *Produções finalistas*, a obra traz os textos selecionados dos alunos de diversas escolas, cuja excelência do

material reverbera o que foi a execução metodológica do projeto. O primeiro texto dessa seleção, de autoria da estudante Rayssa Gonçalves Silva – dentre qualquer um dos quarenta e dois da obra que podem ser tomados para análise pela excelência do material –, utiliza-se da referencialidade poética de Cora, mediante a intertextualidade de verso específico do poema *Das pedras*, de *Meu livro de cordel* (Coralina, 2012a).

Rayssa Silva (2025, p. 26) ressignifica a fala da poeta da cidade de Goiás, que escreve: “Entre pedras que me esmagavam, levantei a pedra rude dos meus versos” (Coralina, 2012a, p. 6). A estudante desloca o *ethos* poético eivado de dificuldades vivenciado por Cora Coralina para o âmbito coletivo, migrando o significado autorreferencial da escritora para o fazer literário das vozes femininas que lutam com ingentes dificuldades para poderem expressar-se poeticamente no contexto da cultura goiana como um todo.

O material de Rayssa (2025), que abre a seção das coletâneas estudantis, dialoga de maneira significativa com o texto do estudante Anthonny Ramos Marques Silva, que a encerra numa abordagem análoga ao que Silva problematiza:

O que diria Cora Coralina, célebre escritora de Goiás, sobre a visibilidade das escrevivências femininas na literatura goiana? Atualmente, ela ficaria decepcionada, uma vez que seu legado se baseou na preservação de histórias [...], partindo da voz feminina (Silva, 2025, p. 137).

Outra produção textual que também dialoga com a metáfora da pedra como dificuldade estrutural para que o feminino se expresse poética e socialmente é o material da aluna Ana Luiza Leite Silva (2025, p. 37), que recebeu o sugestivo título de *As pedras de Cora Coralina ainda existem*. Sob a orientação da professora Tatiane Gomes Machado, a estudante trouxe em seu texto a perspectiva sociológica de Pierre Bourdieu para discutir a misoginia estrutural

que embasa uma estrutura patriarcal acentuadamente presente na sociedade goiana desde a sua origem até o presente, que começa a pôr em xeque o modelo opressivo em relação às mulheres.

Por sua vez, o texto de Eduardo César Costa de Oliveira abrirá um diálogo com as figuras de Conceição Evaristo, Yêda Schmaltz e Leodegária de Jesus. De maneira precisa, o estudante relaciona essas personagens à utilização da escrita como ferramenta de lutas identitárias e de resistência (Oliveira, 2025, p. 45). Registra o aluno que: “Cora só alcançou notoriedade após os 75 anos, mais além, Yêda Schmaltz teve apagamento na historiografia, não por falta de mérito, mas sim devido a estruturas sexistas” (Oliveira, 2025, p. 46). Mais adiante, conclui: “Portanto, é essencial a atuação estatal e social para que os obstáculos da invisibilidade feminina na literatura goiana sejam superados” (Oliveira, 2025, p. 46).

Em *Removendo pedras, plantando vozes: o desafio da mulher na política*, de autoria da estudante Emilly Gabrielly Oliveira Maia, a educanda apresenta uma importante reflexão em torno do engajamento feminino na política, uma das principais instâncias da vida social em que a atuação da mulher ainda é tímida:

Cora Coralina reflete de forma esclarecedora o ser feminino. Apesar da intensidade com que a autora goiana transmite à sociedade sua visão sobre a feminilidade em sua escrita, a capacidade intelectual de uma parte das cidadãs ainda falha no que tange à liberdade democrática da mulher para ocupar qualquer espaço (Maia, 2025, p. 85).

Com foco nas poetisas homenageadas pelo Concurso Escrevivências Femininas, a aluna Sarah de Oliveira e Silva escreve:

A princípio, Yêda Schmaltz, poeta goiana com forte influência na literatura, expressa com profundidade os sentimentos humanos e o universo feminino, desafiando os

padrões literários da época. A obra ‘Caminhos de Mim’, de Yêda, marcou a presença feminina no cenário da poesia brasileira. Já Cora Coralina, que só publicou o primeiro livro aos 75 anos, é um símbolo de resistência e superação (Silva, 2025, p. 88).

Na sequência de sua escrita, Sarah Silva enfatiza a relevância de Cora Coralina, assinalando que ela é um símbolo importante, que demonstra que em qualquer idade é possível dar início ao sonho da escrita literária, que pode florescer em qualquer época da vida (Silva, 2025, p. 88). Outras textualidades selecionadas para essa seção de Escrevivências Femininas na Literatura Goiana apresentam reflexões semelhantes às desses breves recortes, reforçando o quão significativa foi a apreensão do conteúdo, da parte dos estudantes, por conta da dinâmica pedagógica trabalhada durante a execução do projeto junto às unidades escolares da rede pública goiana.

Na seção seguinte, lança-se um olhar semelhante em torno de outro projeto que tem a parceria dinâmica do Centro de Estudo e Pesquisa Ciranda da Arte/Seduc-GO com a Assembleia Legislativa do Estado de Goiás: o projeto Escrevendo a História dos Municípios Goianos.

Escrevendo a história dos municípios goianos

O projeto Escrevendo a História dos Municípios Goianos amplia essa perspectiva ao propor que estudantes investiguem, documentem e reescrevam as narrativas históricas de seus territórios. O propósito é articular pesquisa, escrita e valorização das identidades locais, promovendo um letramento histórico e literário que aproxima os jovens de suas próprias comunidades. Ao incorporar

memórias individuais, relatos orais e fontes diversas, o projeto dialoga diretamente com a estética memorialista presente nas obras de Cora Coralina e Regina Lacerda, que também escreveram a partir do olhar sensível sobre o cotidiano e sobre a vida comum. Assim, o projeto consolida-se como estratégia de educação patrimonial e de ampliação do repertório interpretativo dos estudantes.

No primeiro volume *e-book* do concurso, encontra-se um instigante diálogo entre a produção dos estudantes e a obra de Regina Lacerda. Em *Vila Boa: história e folclore*, Regina Lacerda registra com certa profundidade a vida do artista sacro Veiga Valle, pirenopolino de nascimento, mas que viveu na cidade de Goiás, onde desenvolveu uma trajetória peculiar na arte sacra barroca do século XIX. Das anotações de Lacerda, consta a seguinte informação no capítulo intitulado *Veiga Vale - o santeiro goiano*:

Sabe-se, por informação oral, que uma das primeiras encomendas feitas ao escultor, por volta de 1840, foi do conjunto da SS Trindade, para o arraial de Barro Preto (hoje Trindade), onde a famosa romaria estava nascendo, e vinha de ser promovida pelo casal Constantino Xavier e sua mulher Ana Rosa. [...] Conta o povo que essa composição foi inspirada numa verônica de barro cozido encontrada pelo sr. Constantino e D. Ana Rosa, à beira de um riacho, próximo ao rancho onde vivia o casal (Lacerda, 1977, p. 66).

Esse episódio relacionado à fundação da cidade de Trindade, resgatado por Regina Lacerda, aparece na composição dos alunos Michele Vitória Ribeiro de Oliveira, Yasmmyn Rodrigues Santana, Gabriele Vitória de Mel Alvarenga e Isabella Mariano Alvarenga (Ferreira, 2024a), que o reproduzem em textos dissertativos e poemas, num dialogismo que traz à tona relevantes aspectos da história de ambas as cidades, a antiga capital e a então nascente cidade de Trindade.

Já em seu segundo volume e partindo para o terceiro, o projeto Escrevendo a História dos Municípios Goianos também disponibiliza o e-book com o material selecionado dos alunos. Esse material é constituído pela produção de alunos das cidades de Iporá, Caiapônia e Palestina de Goiás. O poema Minha bela Rio Bonito, por exemplo, de autoria da estudante Michely Thauane Alves da Silva, guarda uma instigante correspondência com a poética de Cora Coralina e, por extensão, com aspectos da prosa de Regina Lacerda ao tratar dos patrimônios materiais e imateriais da Cidade de Goiás:

*Sobre o município de Caiapônia tão belo
Onde o passado vive em cada esquina
Nas igrejas pedras e ouro, na campina
Entre cores e sons de um tempo singelo
Pelos becos e vielas me desvelo
Entre histórias e lendas que iluminam
Terra de portas que urdem rimas finas
Neste recanto mágico, me anelo
A lapidar o tempo em pedra bruta
(Silva, 2024b, p. 238).*

A imagem presente no último verso transcrito dialoga de maneira direta com o imaginário poético de Cora Coralina, que estabelece o diálogo metafórico entre a pedra e a temporalidade em seus escritos, que incidem sobre a natureza espaço-temporal da cidade de Goiás. Michely da Silva traz em seu poema muito das imagens que o imaginário ligado à vida interiorana revela.

De maneira semelhante, o estudante Brenno Sousa Santos escreve em seu poema *O meu município*:

*Um município incrível
cheio de cachoeiras
e pontos turísticos fabulosos*

[...] *Frutas maravilhosas*
manga saborosa
de todos os tipos
[...] *A pamonha do interior*
sempre a mais gostosa
com familiares e amigos
(Santos, 2024b, p. 239)

A presença de condições geográficas do município, bem como aspectos relacionados à culinária, também reverberam, a exemplo do poema Minha bela Rio Bonito (Silva, 2024b, p. 238), a poética de Cora e a prosa de Regina Lacerda, ressaltando a dinâmica das atividades pedagógicas desenvolvidas pelo Centro de Estudo e Pesquisa Ciranda da Arte para o pleno desenvolvimento cultural dos educandos da rede pública de Goiás.

Interseções metodológicas: literatura, território e formação do leitor

A literatura, quando articulada ao território e ao patrimônio, torna-se ferramenta pedagógica capaz de ampliar a percepção dos estudantes sobre identidade, memória e pertencimento. As obras de Cora Coralina e Regina Lacerda constituem, nesse sentido, fontes privilegiadas para metodologias de letramento literário que valorizam a cultura local e promovem a formação estética dos educandos. Ao abordar práticas, paisagens, tradições e modos de vida característicos da cidade de Goiás e do interior goiano, as autoras oferecem material fecundo para o trabalho interdisciplinar envolvendo Língua Portuguesa, Arte, Teatro, História e Geografia.

Entre as metodologias possíveis, destacam-se: (a) leitura de paisagens culturais, relacionando textos literários ao patrimônio

urbano e natural; (b) realização de oficinas de memória intergeracional, em que estudantes entrevistam moradores mais antigos, aproximando oralidade e literatura; (c) produção de crônicas, relatos e artigos de opinião inspirados na poética do cotidiano presente nas obras das autoras; (d) criação de roteiros audiovisuais e documentários que relacionam literatura e território; (e) mediações de leitura que valorizem afetos, sensibilidades e percepções estéticas. Tais práticas permitem que os estudantes compreendam a literatura como espaço de leitura do mundo, tornando-se agentes ativos na preservação das histórias e simbologias de seus municípios.

Considerações finais

O diálogo entre a obra de Cora Coralina, a produção de Regina Lacerda e as políticas de leitura desenvolvidas no estado de Goiás revela o potencial transformador da literatura como instrumento de preservação da memória e de formação do leitor. Ao reconhecer na Flig um marco para a valorização do patrimônio cultural e para o protagonismo feminino no campo das letras, reforça-se a importância de promover ações educativas que articulem literatura, identidade e território.

Os certames Concurso Literário de Redação Bariani Ortencio e Escrevendo a História dos Municípios Goianos, ao mobilizarem a comunidade escolar em torno da escrita autoral e da investigação histórica, consolidam uma pedagogia sensível às especificidades culturais do estado e profundamente alinhada à poética das duas autoras vilaboenses. Cora Coralina e Regina Lacerda, com suas obras ancoradas na memória, no cotidiano e nas tradições populares, tornam-se referências essenciais para práticas de letramento literário que não apenas formam leitores competentes, mas também sujeitos conscientes de seu lugar no mundo.

Assim, conclui-se que a articulação entre literatura, patrimônio e educação constitui caminho potente para o fortalecimento da cidadania cultural, para a valorização das narrativas locais e para o desenvolvimento de metodologias criativas de ensino, reafirmando a palavra como território vivo de memória, resistência e pertencimento.

Referências

CORALINA, Cora. *Meu livro de cordel*. São Paulo: Global Editora, 2012a.

CORALINA, Cora. *Poemas dos becos de Goiás e estórias mais*. São Paulo: Global Editora, 2012b.

COSSON, Rildo. *Letramento literário: teoria e prática*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

FERREIRA, George Moraes (org.). *Escrevendo a história dos municípios goianos*. Goiânia: Conexão Soluções Corporativas, 2024a. 1 v.

LACERDA, Regina. *Vila Boa: história e folclore*. Goiânia: Oriente, 1977.

MAIA, Emilly Gabrielly Oliveira. Removendo pedras, plantando vozes: o desafio da mulher na política. In: OLIVEIRA, Rafael Alves et al. (org.). *Escrevivências femininas na literatura goiana: IX Edição do Concurso Literário de Redação Bariani Ortencio*. Goiânia: Ciranda da Arte Grupo Editorial, 2025.

OLIVEIRA, Eduardo César Costa. A resistência. In: OLIVEIRA, Rafael Alves et al. (org.). *Escrevivências femininas na literatura goiana: IX Edição do Concurso Literário de Redação Bariani Ortencio*. Goiânia: Ciranda da Arte Grupo Editorial, 2025.

SANTOS, Brenno Sousa. O meu município. In: FERREIRA, George Moraes (org.). *Escrevendo a história dos municípios goianos*. Goiânia: Conexão Soluções Corporativas, 2024b. 2 v.

SILVA, Ana Luiza Leite. As pedras de Cora Coralina ainda existem. In: OLIVEIRA, Rafael Alves et al. (org.). *Escrevivências femininas na*

literatura goiana: IX Edição do Concurso Literário de Redação Bariani Ortencio. Goiânia: Ciranda da Arte Grupo Editorial, 2025.

SILVA, Anthonny Ramos Marques. Escritoras invisíveis. In: OLIVEIRA, Rafael Alves *et al.* (org.). *Escrevivências femininas na literatura goiana*: IX Edição do Concurso Literário de Redação Bariani Ortencio. Goiânia: Ciranda da Arte Grupo Editorial, 2025.

SILVA, Michely Thauane Alves da. Minha bela Rio Bonito. In: FERREIRA, George Moraes (org.). *Escrevendo a história dos municípios goianos*. Goiânia: Conexão Soluções Corporativas, 2024b. 2 v.

SILVA, Rayssa Gonçalves. Escrevivências femininas na literatura goiana. In: OLIVEIRA, Rafael Alves *et al.* (org.). *Escrevivências femininas na literatura goiana*: IX Edição do Concurso Literário de Redação Bariani Ortencio. Goiânia: Ciranda da Arte Grupo Editorial, 2025.



CAPÍTULO 2

O papel de editoras universitárias na democratização do acesso à leitura: um relato sobre a Editora UniRV

Anielle Moraes³

Claudemir Bertuolo Furnielis⁴

-
- ³ Doutora em Letras e Linguística. Professora de Língua Portuguesa e Língua Inglesa da Universidade de Rio Verde (UniRV). Líder do Grupo de Pesquisa Comunicação Institucional e Práticas Editoriais vinculado ao CNPq. Coordenadora de Editora UniRV. E-mail: anielle.morais@unirv.edu.br.
- ⁴ Doutor em Administração. Professor do Curso de Administração e Docente Permanente do Programa Profissional de Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional da Universidade de Rio Verde (UniRV). Presidente da Editora UniRV. E-mail: bertuolo@unirv.edu.br.

Introdução

A primeira Feira Literária de Goiás (Flig), realizada em outubro de 2024, desempenhou um papel crucial na construção de um espaço coletivo para a promoção de uma sociedade mais conectada com o universo da palavra escrita.

Para além das importantes repercussões no campo da literatura, a Flig também proporcionou um momento de debate sobre o papel das editoras universitárias no incentivo à formação de leitores. Como convidada a integrar a mesa-redonda intitulada “A democratização dos livros por meio das editoras acadêmicas”, a Editora UniRV desenvolveu uma reflexão sobre o cenário contemporâneo de acesso à leitura e aos livros, discutindo desafios e perspectivas que perfazem o trabalho da editoração científica e não científica dentro das instituições de ensino superior.

A discussão se iniciou pelo próprio conceito de democratização da leitura em sentido geral, acompanhada pelos desafios que permeiam a garantia do direito de adquirir conhecimento a partir da leitura, ou seja, de garantir que o direito de ler seja coletivo e não um privilégio para poucos.

As universidades e suas editoras, especialmente aquelas de caráter público, cumprem um papel fundamental para a cultura da leitura no Brasil porque contribuem de modo significativo para a formação de um público leitor competente e com habilidades para serem aplicadas às mais diversas situações sociais que exigem o uso da linguagem.

Da forma como é apresentada pela Base Nacional Curricular (BNCC), a leitura é um processo pelo qual o sujeito constrói ativamente significados a partir do texto, considerando seus objetivos e o que ele já conhece essencialmente sobre: assunto, autor, língua e gênero. Assim, todo trabalho com a leitura passa pelo objetivo de tecer relações entre o texto e o mundo à nossa volta.

Embora a competência de ler se inicie no Ensino Fundamental e se aprofunde no Ensino Médio, é no contexto universitário que seu uso social é colocado à prova; é quando a habilidade de compreender e manejar criticamente textos escritos e orais encontra a demanda por uma comunicação efetiva e um posicionamento competente que serão transportados ao mundo profissional.

Neste relato de experiência, apresentamos as ressonâncias do cenário apresentado no trabalho de uma editora universitária. Focada substancialmente na divulgação de produções editoriais que, em tese, não encontrariam espaço em editoras comerciais – dada, por exemplo, a especificidade dos temas publicados ou a pouca ou nenhuma expressividade de autores no mercado editorial convencional – a Editora UniRV colabora com a formação científica, técnica, literária e cultural por meio de suas publicações, fortalecendo o caráter da Universidade de Rio Verde como instituição pública.

As condições da leitura no Brasil e o trabalho editorial das universidades

Por sua natureza social, a democratização da leitura envolve políticas públicas, iniciativas culturais e avanços tecnológicos que garantam a todos – independentemente de condição socioeconômica, localização geográfica ou quaisquer outras barreiras – o desenvolvimento do hábito de ler.

Nesse mérito, o Brasil coleciona normativas, entre as quais a Lei n.º 10.753 (Brasil, 2003), conhecida como Lei do Livro, cuja promulgação, em 2003, visou promover mudanças no que se refere a diretrizes sobre produção, editoração, distribuição e comercialização de livros. Na letra da lei, o livro é “o meio principal e insubstituível da difusão da cultura e transmissão do conhecimento,

do fomento à pesquisa social e científica, da conservação do patrimônio nacional, da transformação e aperfeiçoamento social e da melhoria da qualidade de vida” (Brasil, 2003).

Mesmo com mais de duas décadas de existência, a *Lei do Livro* parece não ter feito cumprir, integralmente, o próprio objetivo que estabeleceu, o “de propiciar os meios para fazer do Brasil um grande centro editorial” (Brasil, 2003).

Corroboram esse cenário dados apresentados pela sexta edição da pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil*, realizada pelo Instituto Pró-Livro (IPL) em 2024, que descortinou assombrosos números sobre o comportamento de leitores no país. A pesquisa apontou que a quantidade de pessoas que não leem no Brasil é maior do que o número de pessoas que leem: são 53% contra 47%, respectivamente (IPL, 2024).

O estudo do IPL considera leitor aquele que leu pelo menos partes de um livro nos três meses anteriores à aplicação da pesquisa. E se considerarmos a leitura de pelo menos um livro nesse período, o percentual de leitores é ainda menor: 27%, como afirma a pesquisa. Essas porcentagens demonstram que o Brasil perdeu 6,7 milhões de leitores desde 2019, ano da penúltima pesquisa aplicada pela organização.

Analisando-se o comportamento do leitor goiano na última década, a partir da *Retratos da Leitura no Brasil* (IPL, 2024), podemos notar que o estado de Goiás também sofreu com a diminuição de pessoas que cultivam a leitura como hábito. Em 2015, 57% dos goianos eram leitores; em 2024 o número caiu para 52%. Goiás não está entre os estados brasileiros com as piores médias no que se refere à leitura, porém a notável queda na relação com livros entre os goianos torna necessários instrumentos e projetos que mantenham garantido o pleno exercício de ler nesta região do país.

A organização da primeira feira literária do estado, assim como outros eventos culturais que direta ou indiretamente têm estimulado a conscientização sobre o papel social do livro, chancela

um avanço nesse debate. A partir da Flig, outros esforços e frentes de trabalho podem ser engendrados no sentido de perpetuar a construção de uma cultura do livro e da leitura em diferentes âmbitos da sociedade.

Em primeiro lugar, é preciso pensar em formas de garantir o acesso físico e financeiro a obras, o que inclui uma precificação justa de exemplares, o acesso gratuito (por meio digital, por exemplo) e políticas de incentivo, tais como a isenção de impostos e o recebimento de subvenções públicas para autores e editoras. O livro é um produto caro porque é construído a muitas mãos, exigindo uma organização criteriosa de processos, recursos humanos e financeiros. Um original, até chegar à publicação, passa por pelo menos cinco etapas indispensáveis: preparação do texto; revisão e formatação; diagramação; registro; divulgação. A impressão, quando é o caso, é mais uma etapa que requer cuidado extra e que onera ainda mais o fluxo editorial.

Em segundo lugar, é urgente que se promova a diversidade de obras em termos de temas, conteúdos e discursos; é preciso incentivar a ampla representatividade de regiões, pessoas e vozes sociais, uma vez que a democratização do acesso ao livro e suas variações passa pela tematização de questões presentes nos espaços deslocalizados dos centros de poder, espaços estes onde o hábito de ler é menos instituído e por isso deve ser incentivado.

Atrelado a isso, cabe mencionar, em terceiro plano, a relevância do investimento na tradução de obras do ponto de vista idiomático (especialmente do inglês para o português e do português para o inglês), de forma que o conhecimento produzido fora do país se torne acessível à população brasileira, majoritariamente monolíngue, e de forma também que conhecimento produzido localmente seja mobilizado por populações não falantes de português. Nesse caminho, importa adicionalmente pensar sobre a bem-vinda retextualização de textos científico-acadêmicos que podem ter seus conceitos e linguagem técnica adaptados

e transformados em informações compreensíveis e aplicáveis à sociedade como um todo.

Projetos que consideram tais variáveis demandam o esforço coletivo de diversos atores sociais, com destaque para as editoras universitárias. Ao reunirem recursos humanos essenciais – como docentes e técnicos qualificados para a produção de publicações diversas –, essas instituições possuem a estrutura necessária para editar e publicar obras a baixo custo ou mesmo gratuitamente. Por integrarem universidades atuantes na vida da comunidade, as editoras universitárias têm a capacidade de envolver temas de interesse e necessidades da população na produção de conteúdos bibliográficos, contribuindo para elevar a adesão da população à leitura.

Exemplo disso é o que fez recentemente a Editora da Unicamp, que lançou, em 2025, um edital para a publicação de livros de caráter extensionista e voltado a todas as áreas do conhecimento. Seu objetivo é enriquecer o acervo da editora com obras que não só atendam à formação de estudantes de graduação e pós-graduação, mas que, sobretudo, se reverberem como um incentivo para o engajamento cada vez maior da sociedade em relação aos livros.

As primeiras editoras universitárias de que se tem notícia surgiram em Cambridge e Oxford, no Reino Unido, ainda no século XVI. No Brasil, elas só surgiram na segunda metade do século XX, com a fundação, em 1962, da Editora UnB, da Universidade de Brasília, e da Editora Edusp, da Universidade de São Paulo.

Atualmente não existem dados oficiais sobre o número exato de editoras universitárias no Brasil. Porém, considerando-se que boa parte delas encontra-se filiada à Associação Brasileira de Editoras Universitárias (Abeu), pode-se quantificar a existência de pelo menos 131 editoras universitárias atuantes hoje no Brasil, conforme dados da própria Abeu (Abeu, 2025).

Entre as editoras universitárias goianas, destacam-se: Editora UniRV (Universidade de Rio Verde), Editora UFG (Universidade Federal de Goiás), Editora IF Goiano (Instituto Federal Goiano), Editora IFG (Instituto Federal de Goiás), Editora da PUC Goiás (Pontifícia Universidade Católica de Goiás), Editora UFCAT (Universidade Federal de Catalão), Editora UFJ (Universidade Federal de Jataí) e Editora da UEG (Universidade Estadual de Goiás). Juntas, elas formam uma frente de trabalho e de articulação em prol de projetos de incentivo à publicação de livros científicos e não científicos. O grupo de editores responsáveis pelas referidas editoras tem se reunido desde 2024 para apresentar e discutir propostas de captação de recursos e fomento para a produção editorial em Goiás.

Uma das grandes preocupações do coletivo é estimular a difusão do conhecimento oriundo de pesquisas produzidas não apenas entre especialistas, mas também entre públicos mais amplos, como gestores dos setores público e privado, de entidades do terceiro setor, bem como de lideranças comunitárias, empreendedores, profissionais da educação e da comunicação, de forma a avançar na interlocução entre as instituições de ensino superior e a sociedade.

Como desdobramento do foco enfatizado, o objetivo mais específico da reunião de editoras é repercutir publicações relacionadas a aspectos sociais, econômicos, artísticos, literários, ambientais e culturais do estado de Goiás, valorizando iniciativas com esse escopo. Ressalta-se, portanto, o intuito de publicar originais que colaborem para a difusão social dos resultados de pesquisas que estão na fronteira do conhecimento e de inovações de grande impacto.

Na próxima seção, debruçamo-nos sobre o papel assumido pela Editora UniRV na democratização do acesso à leitura em Goiás, considerando sua natureza, objetivos, projetos e ações no que se refere à publicação de livros e de outros produtos editoriais.

O trabalho da Editora UniRV no incentivo à formação leitora e autoral

A Editora UniRV foi fundada no ano de 2017, por meio da Portaria n.º 1.923, de 21 de junho de 2017 (UniRV, 2017). Uma das motivações para sua constituição foi o crescimento do número de cursos de graduação e de pós-graduação na Universidade de Rio Verde, que repercutiram, mais tarde, no aumento da produção científica institucional e na demanda pela divulgação de resultados provenientes das áreas do conhecimento em que a instituição atua: Ciências Exatas e da Terra; Engenharias; Ciências da Saúde; Ciências Sociais Aplicadas; Ciências Humanas e Licenciaturas.

Em 2024, a Editora teve seu regimento interno aprovado pelo Conselho Superior Universitário (Consuni), instituindo as formas de acolhimento a obras por meio de editais temáticos e editais de fluxo contínuo. Passou a figurar também como responsável da Editora UniRV a editoração da Revista Jurídica, periódico científico qualificado pela Capes como A4 e que, no decorrer de seus 15 anos de existência, tem agregado valor ao debate jurídico-científico por meio da publicação de artigos interdisciplinares.

A publicação da Revista Jurídica consubstancia uma experiência de sucesso no ensino e na formação de estudantes em nível de graduação e de pós-graduação em Direito. Primeiro porque, além de pesquisas desenvolvidas por doutores e mestres, o periódico também acolhe artigos com destacada qualidade científica, escritos por alunos de pós-graduação e graduação e orientados por seus professores. Soma-se a isso o fato de que esse material, após a publicação, passa a ser utilizado dentro da Faculdade de Direito como instrumento pedagógico na discussão sobre o fazer científico e sobre temas jurídicos recentes.

Moldada pela discussão e divulgação de temas e de necessidades próprias de um campo do saber que dialoga cada vez mais com práticas econômicas, sociais, ambientais, tecnológicas e de

mercado, a Revista Jurídica consolida, no meio editorial, uma experiência acumulada pela Universidade de Rio Verde ao longo de cinco décadas, no que se refere à tríade ensino, pesquisa e extensão.

Foi em 2024, também, que a Editora UniRV deu início a um projeto de publicação científica voltada à temática da segurança pública, área que recebe cada vez mais atenção do Estado e da sociedade civil. O projeto proporcionou a coleta e problematização de dados relevantes sobre, entre outros assuntos, infrações penais, crimes contra a mulher e vulneráveis, liberdade de expressão, psicologia criminal etc.

O primeiro livro oriundo desse projeto foi *Segurança Pública e Investigação Criminal* (Rosa; Cardoso, 2024), lançado em maio de 2024, proveniente do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu que leva o mesmo nome da obra. Reunindo 24 artigos escritos por alunos do curso e seus orientadores, essa editoração oportunizou a formação de novos autores, ao disponibilizar um espaço de publicação a profissionais locais, recém-inseridos na pesquisa científica e iniciantes na prática da escrita profissional.

O livro discute temas e apresenta estatísticas recentes sobre a segurança pública, com foco no município de Rio Verde e cidades circunvizinhas. À época de sua publicação, não havia nenhum outro livro em âmbito regional sobre tal temática, tendo a obra se configurado como instrumento pioneiro na divulgação da ciência jurídica criminal em Rio Verde e no sudoeste de Goiás.

O sudoeste de Goiás é composto por 18 municípios e soma mais de 500 mil habitantes, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2025). Esta região agrega Rio Verde, o quarto município mais populoso do estado (com mais de 200 mil habitantes) e o quarto em participação econômica. Com atividade econômica voltada majoritariamente para o agronegócio, a cidade é a segunda maior em participação na arrecadação de ICMS no estado e a quarta maior economia de Goiás, somando um PIB total de R\$ 16,3 bilhões (2021) e

respondendo por 6,0% do PIB goiano (Prefeitura Municipal de Rio Verde, 2024).

Desde o início dos anos 2000, Rio Verde encontra-se em franco desenvolvimento induzido pela implantação e consolidação de agroindústrias atreladas à produção de grãos, sobretudo soja. Atividades de avicultura, suinocultura e pecuária também compõem uma fatia importante na arrecadação municipal.

O contexto de mudança demográfica provocado pelo desenvolvimento causou o aumento dos números relacionados à violência, principalmente de cunho patrimonial e contra a vida, o que exigiu uma orquestrada atuação das forças de segurança pública locais. Segundo dados apresentados pelo Grupo de Investigação de Homicídios de Rio Verde, a capacitação e o fortalecimento das equipes de segurança pública repercutiram na queda do número de homicídios praticados entre 2015 e 2021. Os números mais substanciais dão conta de que, entre 2017 e 2018, essa diminuição foi de 32,39% e, entre 2020 e 2021, a queda foi de 41,03% (Rosa; Cardoso, 2024).

Esses índices, segundo os autores do artigo “A maior facilidade de aquisição de armas de fogo após o Estatuto do Desarmamento e sua relação com homicídios em Rio Verde”, integrante do livro *Segurança Pública e Investigação Criminal* (Rosa; Cardoso, 2024), podem ser explicados pelo seguinte:

A política de integração das forças de segurança pública no município de Rio Verde – compostas pela Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Técnico Científica e pela Guarda Municipal – causou um impacto positivo na sociedade rio-verdense, não somente nas taxas que dizem respeito aos homicídios como também em relação a crimes patrimoniais e demais crimes e infrações penais (Rosa; Cardoso, 2024, p. 385).

A obra, disponível em versão impressa e digital, tem quase 500 páginas e tem sido utilizada como material de formação para profissionais da área de segurança pública, integrando a bibliografia do *Curso de Patrulhamento Tático e Ações Especializadas de Polícia*, voltado à especialização de policiais militares e rodoviários federais, e do *Curso de Formação da Guarda Civil Municipal*, que visa formar profissionais para a operacionalização do sistema de segurança pública em Rio Verde. Além disso, *Segurança Pública e Investigação Criminal* tem sido distribuído a órgãos públicos de âmbito municipal e estadual que o tomam como referência e fonte de pesquisa sobre o assunto.

Considerando o alto impacto social produzido por essa publicação, a Editora UniRV criou a série *Nomos* que reúne, além do primeiro volume do livro, os volumes subsequentes da obra, publicada anualmente quando da conclusão das edições do Curso de Pós-Graduação em Segurança Pública. O nome da coleção *Nomos* faz referência à discussão e problematização de temas de interesse jurídico, acadêmico e científico no espaço público, uma prática iniciada com os gregos e que se tornou contemporânea em nossa sociedade. A versão eletrônica do livro *Segurança Pública e Investigação Criminal* encontra-se disponibilizada gratuitamente no catálogo de obras da Editora UniRV, pelo site www.editora.unirv.edu.br.

Outra importante publicação que merece ser citada aqui é o livro memorialístico *Universidade de Rio Verde: retratos e trajetórias dos 50 anos* (Barella Netto, 2023), que, como o próprio nome já indica, registra a história da UniRV ao longo de sua primeira década de existência. Apesar de ser uma instituição pública consolidada na educação de nível superior em Goiás, a UniRV não possuía, até 2024, uma obra que documentasse o processo de instituição, desenvolvimento e consolidação de seus seis *campi*.

De acesso aberto, a versão digital da obra é disponibilizada em formato ePUB para consulta e leitura tanto da comunidade acadêmica – que a tem utilizado como fonte para a pesquisa de

dados institucionais estatísticos e qualitativos –, quanto pela comunidade externa – que, por meio do livro, tem a oportunidade de conhecer e pesquisar a história daquela que foi a primeira instituição de ensino superior de Rio Verde, e que agrega hoje cerca de 12 mil alunos em suas 28 opções de cursos de graduação e pós-graduação.

A terceira obra tomada como exemplo para demonstrar o trabalho de democratização da leitura por meio da editoração na Universidade de Rio Verde é o *Manual de Redação e Comunicação da UniRV* (Morais; Leninne, 2025), que reúne orientações conceituais e recomendações práticas para a comunicação e a escrita de documentos institucionais no ambiente organizacional.

Embora a publicação tenha sido planejada para a consulta de servidores da universidade, o manual pode ser acessado e utilizado por qualquer pessoa interessada em orientações linguísticas, gramaticais, com explicações e exemplos didáticos sobre como escrever mensagens impactantes, com clareza e objetividade, sem renunciar à coerência e à escrita coesa. Trata-se de um manual de acesso aberto e gratuito, pelo site da Editora UniRV que foi inspirado em outras obras de relevância nacional, como o *Manual da Presidência da República* (Brasil, 2018), porém, com foco na comunicação do público envolvido com educação.

Os três produtos editoriais apresentados neste relato de experiência – os livros *Segurança Pública e Investigação Criminal e Universidade de Rio Verde: retratos e trajetórias dos 50 anos*, e o *Manual de Redação e Comunicação da UniRV* – são algumas das publicações da Editora UniRV que expressam a busca pelo exercício do direito à leitura. Cabe destacar que outras publicações de caráter instrucional e científico, com notável importância nesse mérito, encontram-se em fluxo pela Editora UniRV, porém não serão aqui explicitadas, tendo em vista a limitação de espaço para a discussão ora realizada. No entanto, espera-se que futuramente tenhamos a oportunidade de apresentar novos dados relacionados

à repercussão editorial dessas publicações no contexto interno e externo da Editora UniRV e da Universidade de Rio Verde.

Considerações finais

A intensificação das ações de editoração pela Editora UniRV, especialmente a partir de 2024, conforme apresentado neste relato, alinha-se precipuamente a metas e objetivos traçados no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UniRV, para o quadriênio 2023-2027. Diante da meta de desenvolver programas de incentivo à publicação de material didático-pedagógico, a instituição propõe, como ação, a implementação de um espaço de publicação científica (virtual) voltado a professores e acadêmicos.

Em cumprimento a esta proposta, a Editora UniRV tem trabalhado para garantir que públicos diversos, como acadêmicos de pós-graduação, graduação, professores e profissionais do mercado, sejam contemplados com oportunidades de publicação editorial assessoradas e sem custo. Em igual sentido, a disponibilização de um site, com catálogo gratuito de livros, periódicos e manuais publicados pela Editora, tem progredido para a formação de um público leitor, interno e externo à UniRV, com acesso a pesquisas, materiais instrucionais e obras de formação em diferentes áreas do conhecimento.

A atuação da Editora UniRV está pautada em uma função cultural e científica que envolve necessidades acadêmicas, mas também sociais. Isto é exatamente o que justifica a sua existência e que se soma ao objetivo de integrar práticas editoriais ao seio da comunidade, visando à produção do conhecimento e à formação de profissionais mais conectados com a leitura e a escrita.

A democratização de saberes nos campos científico, técnico, literário, cultural e didático, por meio da formação de autores e leitores, é, na UniRV, resultado de muitos esforços conjuntos que

se alinham à visão institucional da universidade de constituir-se como núcleo e referência de práticas voltadas à excelência do fazer universitário no âmbito do estado de Goiás.

Referências

Associação Brasileira de Editoras Universitárias. *Lista de associados*. São Paulo: Abeu, 2025. Disponível em: <https://abeu.org.br/associados/>. Acesso em: 13 fev. 2025.

BARELLA NETTO, Alberto (org.). *Universidade de Rio Verde: retratos e trajetórias dos 50 anos*. Rio Verde, GO: Gráfica e Editora Visão, 2023.

BRASIL. *Lei n.º 10.753, de 30 de outubro de 2003*. Institui a Política Nacional do Livro. Brasília, DF: Presidência da República, [2003]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10753.htm. Acesso em: 20 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/base-nacional-comum-curricular-b-ncc>. Acesso em: 22 jul. 2024.

BRASIL. Presidência da República. *Manual de Redação da Presidência da República*. Gilmar Ferreira Mendes, Nestor José Forster Júnior. 3. ed. rev., atual. e ampl. Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/manuais/manual-de-redacao-da-presidencia-da-republica-3a-ed/view>. Acesso em: 1 jun. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Goiás*. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/go.html>. Acesso em: 5 fev. 2025.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. *Retratos da leitura no Brasil*. 6. ed. São Paulo: Instituto Pró-Livro, 2024. Disponível em: <http://prolivro.org.br/wp-content/uploads/2020/07/apresentac%C3%A7%C3%o-parapublicar2019.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2025.

MORAIS, Anielle; FREITAS, Leninne (org.). *Manual de redação e comunicação da UniRV*: um guia para elaboração de documentos institucionais. Rio Verde, GO: Universidade de Rio Verde, 2025. Disponível em: <https://editora.unirv.edu.br/index.php/unirv/catalog/view/10/manual.redacao.comunicacao/37>. Acesso em: 21 mar. 2025.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. *Publicação de livros derivados da extensão universitária é foco de edital*. Campinas: Unicamp, 2025. Disponível em: <https://www.proec.unicamp.br/publicacao-de-livros-derivados-da-extensao-universitaria-e-foco-de-edital/>. Acesso em: 27 fev. 2025.

UNIVERSIDADE DE RIO VERDE. Reitoria. *Portaria nº 1.923, de 21 de junho de 2017*. Dispõe sobre a criação da Editora UniRV e dá outras providências. Rio Verde: UniRV, 2017. Disponível em: <https://www.unirv.edu.br/>. Acesso em: 1 jun. 2026.

RIO VERDE. Prefeitura Municipal. *Dados sobre a economia de Rio Verde*. Rio Verde: Prefeitura Municipal, 2024. Disponível em: <https://www.rioverde.go.gov.br/economia-cidade/>. Acesso em: 20 fev. 2025.

ROSA, L. P.; CARDOSO, R. F. Maior facilidade de aquisição de armas de fogo após o Estatuto do Desarmamento e sua relação com homicídios em Rio Verde. In: CARVALHO, D. F. de; OLIVEIRA, J. C. M. de Q. *Segurança pública e investigação criminal*. Rio Verde: Editora UniRV, 2024. Disponível em: <https://editora.unirv.edu.br/index.php/unirv/catalog/book/6>. Acesso em: 16 mar. 2025.



CAPÍTULO 3

Dimensões pedagógicas e afetivas da leitura profunda: cartas de vida e de amor

Eguimar Felício Chaveiro⁵

Fernanda Silva Martins⁶

Ricardo de Assis Gonçalves⁷

Fernando Uhlmann Soares⁸

-
- 5 Professor Titular da Universidade Federal de Goiás (UFG). Coordenador do Grupo de Pesquisa e Extensão Espaço, Sujeito e Existência (Dona Alzira). E-mail: eguimar@hotmail.com.
 - 6 Pedagoga pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e membra do Grupo de Pesquisa e Extensão Espaço, Sujeito e Existência (Dona Alzira). E-mail: nandasagga@hotmail.com.
 - 7 Professor da Universidade Estadual de Goiás (UEG) e membro do Grupo de Pesquisa e Extensão Espaço, Sujeito e Existência (Dona Alzira). E-mail: ricardo.goncalves@gmail.com.
 - 8 Professor do Instituto Federal Goiano (IFGoiano) e membro do Grupo de Pesquisa e Extensão Espaço, Sujeito e Existência (Dona Alzira). E-mail: fernando.soares@ifgoiano.edu.br.

Introdução

Parece ser evidente que a palavra escrita, no atual período, largamente constituída e disseminada, apresenta novas significações. Os meios e os suportes por meio dos quais ela flui já não são as folhas de papel. Ela se delinea, com frequência, no pequeno aparelho de celular, na tela de computador ou na esfera reduzida do tablet. Os textos cristalizados, em conformidade com esses meios e suportes, são sincopados, resumidos, apressados. Em muitos casos, como os provenientes da Inteligência Artificial (IA), são textos encomendados mediante dispositivos mecânicos. Alguns vão dizer: estão surgindo os usuários em substituição aos escritores.

Autores e autoras, entre os quais se pode citar Byung Chul-Han (2015, 2023), preconizam a crise e até a morte da narração em nome da avassaladora e incontida necessidade de fazer girar a informação. O que importa é a informação, o seu controle secreto, a sua mercantilização monopolizada pelas *Bigs Techs*. Diante disso, um paradoxo se coloca: hoje fala-se e escreve-se demasiadamente, porém com a iminente crise da narrativa.

Sabe-se que um novo regime de comunicação se enuncia com força movido pela lei da pressa, pela fragmentação e pela destituição do pensar profundo. Resulta disso a reação imediata aos fatos e às situações do mundo. A reatividade, quase sempre dogmática e dual, faz duelar acusações e predicativos no lugar do discernimento e da interrogação. É aí que se perde um componente essencial da interpretação: a leitura profunda.

Ao constatar a perda da leitura profunda, há que se entender que está se perdendo o outro, o que está próximo, o colega, a colega, os parceiros de jornadas de vida; o membro da família; os trabalhadores da rua; a moça que nos atende na padaria. Perde-se a capacidade de irmanar, dialogar, prestar atenção, concentrar-se naquele que anda próximo e junto. A perda do outro, diz Rolnik

(2018), é, sem dúvida, o mote para a perda de si. E o sujeito perdido, distante do outro e de si mesmo, tende ao adocimento.

Diante disso, a questão que se coloca é simples: é possível aglutinar leitura, escrita e promoção de saúde? Pode-se fazer outras interrogações: como habitar este mundo com saúde, solidariedade e ética? Essas perguntas estão no fundamento deste trabalho que, por sua vez, decorre de um conjunto de atividades e projetos desenvolvidos no seio do grupo de estudo/pesquisa/orientação *Espaço, Sujeito e Existência*, denominado de Dona Alzira. Orientações de dissertações e teses, ofertas de disciplina na pós-graduação e, especialmente, o desenvolvimento de projetos como *Leituras caminhanças com Paulo Freire*; *Escrileitura, Leitura de clássicos* e *Cartas de Vida* se juntam à elaboração de textos em forma de crônicas para o *blog* Multiplicadores de Visat, vinculado à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz/RJ) (Projeto Multiplicadores de Visat, 2026).

Todas as atividades envolvendo a ação da palavra escrita em forma de cartas se fundamentam na vontade de exercer a fala de si de maneira livre, amorosa e pedagógica. Fundamentadas na elaboração de Foucault (1992), as cartas, além do tom íntimo e afetivo, tal como foi no passado, oferecem oportunidades de trocar informações, relatar momentos dramáticos de vida, estabelecer declarações amorosas, organizar a própria experiência daquele que escreve e daquele para quem são remetidas. Geram a alegria de narrar. Daí, que o seu lume pedagógico inclui decisivamente a vida, isso que é difícil no sistema escolar dominante. Para a consecução deste texto apresentamos exemplos de cartas que conjuntem dimensões pedagógicas, afetivas e ontológicas.

Cartas de vida: o amor em construção

Denominamos *Cartas de Vida* o recurso metodológico a partir do qual, de maneira qualitativa, se torna possível colher informações de sujeitos pesquisados. Isso foi feito em pesquisas com trabalhadores e trabalhadoras migrantes do nordeste brasileiro para o município de Rio Verde (GO); com jovens da periferia urbana de Goiânia (GO) e com intelectuais que estudam o Cerrado.

Enquanto metodologia, as *Cartas de Vida* permitem aos sujeitos pesquisados terem liberdade de pronúncia. Mediante a solicitação para que escrevam cartas para os pares, cria-se oportunidade de compreender índices sutis, mas valiosos, de sua experiência de trabalho e de deslocamento espacial, como foi o caso da pesquisa de trabalhadores migrantes nordestinos.

Fundado na ideia de Paulo Freire (1987), de que a palavra deve ser sempre uma palavra-mundo, ou seja, não pode se curvar aos sistemas abstratos que, comumente, fazem o pensamento deslocar-se dos problemas humanos, as Cartas de Vida se tornam uma espécie de documento verbal em grau de profundidade. Vejamos alguns exemplos de cartas escritas por trabalhadores migrantes do nordeste brasileiro:

Tia Eurides, espero que esta carta lhe encontre bem.

Mesmo tendo vindo para Rio Verde ainda pequena não me esqueço nunca que eu e minha irmã chamávamos a senhora carinhosamente de Tia Rude, quanto tempo isso se passou... Por volta de 30 anos não é mesmo? Ainda me lembro como se fosse hoje do tempo que morávamos aí, da nossa casa de taipa, dos eucaliptos que tinha na casa da frente, do campo de terra que tinha aí perto, de que minha vó fazia brevidade e cocada para vender, de que a gente ia de carroça buscar água bem

longe as vezes e de tudo um pouco ainda me resta na memória.

Hoje a nossa família aqui em Rio Verde não é a mesma formação que saí daí; como você sabe meu pai nos deixou para seguir a vida dele pouco tempo depois que deixamos de morar na fazenda para a qual viemos e ficamos pouco mais de um ano e passamos a morar aqui na cidade; hoje aqui em Rio Verde somos eu, minha mãe e minha sobrinha mais velha que mora conosco para estudar, minha irmã e minha sobrinha mais nova moram em Santa Helena de Goiás, cidade de origem do atual esposo da minha irmã.

Quando meu pai nos deixou em 1994, uma mulher de 45 anos com uma deficiência em uma das suas pernas e duas crianças, eu com 12 e minha irmã com 14, ficamos muito expostas à própria sorte e tentar sobreviver era nossa única alternativa, minha mãe optou por continuarmos aqui, porque ela sabia muito bem as dificuldades que passavam aí, muitas delas ocasionadas pela escassez de água que predomina até os dias de hoje, mas enfim, minha mãe escolheu que ficaríamos aqui e aqui estamos até hoje, o que mais lamentamos de tudo isso é termos durante algum tempo perdido o contato com vocês lá atrás e termos ficado sabendo da morte do meu avô somente dois anos depois do fato; sei que ele morreu preocupado conosco pois nas poucas cartas que foram trocadas naquela época ele havia ficado sabendo que havíamos sido abandonadas aqui, e para um pai de verdade não é fácil saber que tem uma filha que possa estar passando dificuldade e não poder ir atrás pois naquela época era tudo mais complicado para se saber notícia de alguém, além disso minha mãe tinha pouca instrução e eu e minha irmã estudávamos mas tínhamos pouca iniciativa. Aqui foi um lugar acolhedor mesmo com algumas pessoas sendo tão

hostis com que era de fora havia mais emprego e gente de bem que tivemos a sorte de encontrar em nossos caminhos. Devemos agradecer a facilidade que se tem nos dias de hoje, onde a comunicação se tornou mais fácil, agradeço a Deus por ter tido a oportunidade de ir com a minha mãe vocês em 2009 e ainda encontrar minha vó viva e lúcida, já que quando fomos novamente em 2011 ela já havia falecido a cerca de um mês.

Podemos dizer que foi acertada a decisão de continuar aqui, Rio Verde é uma das cidades mais promissoras do Centro Oeste, ela tem empregos para quase todos os tipos de qualificação; a cidade cresce cada dia mais pelo fato de ter uma das melhores infraestruturas urbanas do estado atraindo assim diversos investimentos de empresas que se estabelecem aqui, seguimos confiantes que a cidade cresce e continuará sendo o melhor lugar para se viver, muita gente não vem só para trabalhar como também para estudar pois as faculdades daqui são de crescente interesse para quem busca qualificação. Tive a oportunidade de trabalhar durante 13 anos na área de prestação de serviços no ramo de turismo e isso me fez ver o quanto a cidade é importante e procurada também nessa área, atualmente trabalho em uma empresa que tem a matriz em São Paulo e presta serviços de mobilidade urbana alugando equipamentos de controle de trânsito. Procurei ao máximo aproveitar as oportunidades que me foram dadas até agora e acredito que uma boa parte dos nordestinos que aqui chegaram se tiveram pelo menos um pouco das oportunidades que tive com certeza hoje eles fazem a diferença aqui. mesmo com inúmeras dificuldades me formei em Administração e minha irmã se formou em Pedagogia atua como professora tendo a oportunidade de financiar sozinha os estudos da minha sobrinha que faz o curso de

Odontologia; aqui apesar das coisas não serem fáceis como em qualquer outro lugar oportunidades parecem ser mais acessíveis para quem estiver disposto a lutar para progredir, hoje eu faço uma segunda faculdade que é de licenciatura em Ciências Biológicas em um Instituto Federal coisa e nem no mais otimista dos meus sonhos eu vislumbrei; ter um diploma de faculdade e tão pouco 2; o que não quer dizer nada se essa formação não estiver agregada a muito trabalho, dedicação e competência.

Despeço-me pedindo a Deus que aí estejam todos bem e que um dia essa terra tão sacrificada seja ponto de chegada não só de partida para quem um dia nasceu aí, que os campos voltem a ser verdes e que o cultivo do chão faça com que essa cidade e esse povoado recebam do poder público investimentos para que as pessoas tenham condições pelo menos mínimas de sobrevivência e não precisem ir embora como um dia fomos.

Como se lê, a carta enviada a uma tia revela momentos e situações que podem ser universalizados nos estudos migratórios ou em estudos psicológicos e de linguística. Ao apresentar elementos singulares da existência, próprios do ato de migrar, alguns, inclusive, dramáticos e traumáticos, como a morte do avô somente informada depois de dois anos ou como o “abandono do pai”, a narrativa tem como centro o conteúdo afetivo.

Percebe-se também que o quesito trabalho aparece como sendo o fundamento da migração. Em torno do trabalho e do emprego, gira a ação social da família e também de seus dramas. Entretanto, a conduta da memória como suporte de enraizamento do sujeito, no corte abrupto da mudança de uma região para outra, aparece na forma de nostalgia.

A lembrança da casa, a escassez ou a dificuldade de pegar água em lugares distantes e o bolo “brevidade” feito pela avó se tornam signos de uma tensão causada pelo processo migratório. Essa tensão repercute em um paradoxo: a necessidade de não migrar e o medo de perder as raízes. Nessa tensão, manter a memória do lugar de origem é um fundamento de vida.

Outra carta elucida a importância de narrar. Vejamos.

Oi mãe, como é que a senhora está, tudo bem?

Por aqui tudo bem eu e a família. Faz 1 ano e meio que a gente não se vê. Muitas saudades, mãe. Espero que saia sempre tudo bem. É minha mãe, eu saí daí por conta que não tinha emprego e tive que procurar um canto melhor para minha família, quando chegou um amigo meu, o Duda, da minha cidade de Baía Formosa no Rio Grande do Norte e eu perguntei se ele poderia me trazer para Rio Verde que eu ouvi falar muito bem. Graças a Deus deu tudo certo. Vim para uma casa de um conhecido meu, o grande amigo Cavalcante, que estava morando aqui há 5 anos. Chegando aqui ele estava com a horta e eu comecei a trabalhar na horta e botei uns currículos nas empresas da cidade e durante já fui chamado. Se passando 12 meses mandei pegar minha esposa e minha filha e elas chegando aqui, mandei ele fazer uns currículos e consegui botar ela na mesma empresa que eu trabalhava no Campeão Supermercados.

Pra mim a cidade de Rio Verde é uma ótima cidade. No momento estou desempregado, mas tenho outros empregos em vista, não vou desanimar porque já apareceu outras coisas para fazer. Rio Verde é uma ótima cidade. Eu moro no bairro Centro em um quitinete, mas o canto é bom para viver e o canto que eu posso pagar com meu salário. Rio Verde é um canto muito bacana, não tem tantas Indústrias, mas com a dificuldade que

estamos vivendo com o desemprego dá para trabalhar. Os amigos que tenho em Rio Verde moram em Rio Verde, mas são de fora de cidades diferentes.

Mãe, eu gosto de Rio Verde porque as coisas que você pode comprar e eu vivo bem com minha família. Graças a Deus tem alimento farto para a gente comer e as coisas aqui é bem mais fácil. Ali tem outro lado, a parte difícil é você se estabilizar quando chega na cidade. O aluguel é muito caro. Você tem que procurar um lugar simples para morar. Aqui é diferente da minha cidade porque aqui quase ninguém ajuda ninguém. Aqui você tem que ser virar porque é você e sua família. Só algumas pessoas ajudam. Aqui trabalhei com hortaliças em hortas, vendendo hortaliças na rua e como repositor no supermercado.

Mãe, eu acho que o agronegócio é bom para a cidade, mas é o seguinte: o pessoal passa dos limites, eles abusam demais. Os caras querem mandar em tudo. Para eles, só eles estão certo. Querem botar fogo em tudo, fazer pasto para gado, plantar soja. É um pessoal que não tem limite. Quer colocar agrotóxico perto de nascente. É um pessoal que só pensa na riqueza e não pensa nas consequências lá para frente. Só querem plantar e desmatar.

Emãe, eu vou vivendo por aqui. Deus abençoe que a senhora esteja sempre bem e aqui também. Vamos para frente que dará tudo certo. Abraços.

Embora Rio Verde seja, na visão indicada na carta, uma cidade boa, o sujeito se encontra desempregado. Mesmo desempregado, fazendo bicos e com a esperança de encontrar um emprego em função das potencialidades econômicas da cidade, contrasta com o fato de que “aqui ninguém ajuda ninguém”. Ou seja, os amigos são os que vieram de outros lugares, são os migrantes.

Sem ter consciência de um preconceito dos nativos consoante aos migrantes, a cidade é boa economicamente, porém é ruim afetivamente. No conteúdo da carta, o agronegócio, carro chefe da economia da cidade, é bom para a cidade, mas o agrotóxico é ruim.

Sob as contradições, a carta do migrante vindo do Rio Grande do Norte, em algumas situações toma a dimensão do *marketing* da cidade. A sua fala é dominada pela imagem, não pela sua realidade. Quando diz que a cidade é boa, essa avaliação não condiz com o relato de sua condição de vida, mas com a de outros que usufruem economicamente dela.

Embora haja dificuldade de ler as contradições da cidade, a certeza de que a cidade lhe oferece maiores possibilidades, dá o tom da sua avaliação como a de várias outras. Mesmo havendo problemas graves como o agrotóxico, o alto preço do aluguel, a instabilidade do emprego, de fato as condições de Rio Verde são melhores que as de seu lugar de origem. Daí que, a ausência da leitura da totalidade mostra o limite da experiência para avaliar as contradições do país recaídas em sua vida. No entanto, a experiência, ou seja, o viver prático, é o que lhe toca dia a dia, e, portanto, é o fundamento de sua representação.

Quando Lacan (1992) diz que há coisas que somente a escrita retira do interior de um sujeito, as *Cartas de vida* parecem comprovar a premissa lacaniana. Contudo, as cartas cumprem outros papéis, inclusive terapêutico, geralmente abrindo-se ao afeto e desenvolvendo estratégias de aproximação. Esse é o caso de *Cartas de amor*.

Cartas de amor

Não resta dúvida de que as *Cartas de amor* tiveram força com o romantismo. De lá para cá, ganharam um lugar no desenvolvimento da sedução, na solidificação de relações amorosas e na

fermentação do afeto de várias maneiras, não apenas marital. A força afetiva das cartas fez com que vários psicanalistas e terapeutas de diferentes ordens de saber usassem-nas como expediente de cura. Vejamos.

Cartas para Jesus e a ruinzeira de bode

Algo me impressiona muito: a simples presença do Outro em nossa esfera de relação é capaz de mobilizar um turbilhão de sensações, de sentimentos e de memórias. Alguém chega próximo e as nossas células começam a dançar ou darem pulos difíceis de serem nomeados. Daí, que, sob a inspiração de Merleau-Ponty, é apropriado dizer: todo gesto é a vida inteira.

Às vezes, esse jato de sentimentos e sensações nos perturba e nos leva a um engasgo secreto e duro. É possível também, sob condicionamentos e permutas alegres, festivos e confiáveis, nos aproximarmos de alguém que amamos e tudo, numa rapidez estonteante, se maravilhar como um vagalume no olhar de uma criança. Há pessoas, cuja simples presença, nos fazem assinar um pacto com a luz.

De fato, há pessoas que nos enchem de entusiasmo - e de vontade de viver. Foi Cecília Meireles quem escreveu numa de suas crônicas líricas: não é possível alguém ser só. De alguma forma, cada um de nós somos um Outro coletivo, desafiador, paradoxal, contraditório. Irremediavelmente louco.

O próprio corpo é uma matéria da matéria do mundo, de sua história, de seus componentes químicos e biológicos, de sua possibilidade de comunicação e trocas. Por isso, é comum alguém chegar e dizer: 'eu não sei o que está acontecendo comigo', ou proclamar: 'estou com ruineira de bode, mas não sei detectar a causa'. Há os que fazem uma avaliação simples: 'eu sou estranho, sou estranho para mim mesmo'. A ruineira de bode pega a todos e se mostra em vertigens súbitas, em nossas vontades desorganizadas, na sede e na saudade de não-sei-o-que e, inclusive, em sensações enevoadas na hora de dormir ou quando se acorda.

Pois é!

Um dia a minha mãe me conclamou a fazer um exame com uma freira católica. A freira recomendada andava pelo Brasil procedendo curas a partir de referências fitoterápicas ligadas à psicologia espiritualista de escopo cristão.

Depois da insistência amorosa de minha mãe, com curiosidade, adentrei a sala da freira. Antes, porém, fui convidado a tirar os sapatos e as meias. De pés descalços e com os olhos arregalados, fui recebido num tom solene e acolhedor.

Pediu-me que falasse de mim. Irreverente e humorada, a freirinha simpática disse descreditar que eu era um professor universitário já que a minha postura corporal no modo de sentar na cadeira era horrível. Nesse campo, o da postura corporal, eu era analfabeto. Retesei o corpo, murchei a barriga, organizei a respiração, estendi os braços e as mãos, sobre o seu ensinamento, silencieiei-me e, depois, falei de meus enroscos de vida.

Desconfiada do meu discurso, depois de me explicar que existem duas formas de febre, a febrona que é do espírito, e a febrinha que é do corpo, disse-me que eu estava gravemente enfebrecido. Sofria da febrona. Então, recomendou-me que escrevesse cartas para Jesus. Logo argumentou: 'você escreve as cartas, diga tudo a Jesus, tudo, sem nenhuma castração, Jesus vai ler, e depois você queima-as'.

Apesar de gostar do método, eu não escrevi cartas para Jesus, até porque, sob deliberação e com frequência, escrevo-as para amigos e amigas. Algumas delas saem ao modo de um movimento de escrita catártica formado no passado por um grupo de pessoas, envolvendo Angela Barbosa, Lindomar Tomé, Luiz Carlos Fadel de Vasconcellos, Aprígio Neto, André Toríbio, Eleuzenira Menezes e outros e outras.

O movimento chamado PIOROCURRÁ tinha um lema: nos colocamos na vida – e na vida escrita – para curar; nos curarmos para piorar. De tanto piorar, haveríamos de sermos curados.

Desengasgar palavras castradas, pôr-se contra o puritanismo negocial, ir no fundo dos sentimentos, procurar uma luz de sabedoria nas dores, ferver a vida e tomar a consciência da linguagem como ethos de libertação e de cura, eram os atributos centrais do Movimento, que, aliás, não queria pódio, palácio, láureas, nem êxtases estéticos. Pelo movimento, queríamos experimentar os dotes abertos do dizer, pôr a vida no rascunho. Descermos o poço fundo da nossa própria experiência.

Certamente havia em todos nós do PIOROCURRÁ a chama quente da poesia e da vontade de não render a qualquer

tipo de opressão. Talvez tivéssemos o desejo de superar o medo e às bajulações. Queríamos nos ferver no mundo e promover contágios vibrantes no Outro. Sem que soubéssemos ao certo, queríamos enfrentar a ruineira de bode, isso que palpita fundo e ninguém sabe decifrar. Da minha parte uma premissa é inegociável: não podemos nunca descolar da realidade (Eguimar Chaveiro).

Quase carta, quase crônica, uma carta-crônica expõe princípios psicanalíticos sem se deter à regulamentação escolástica das citações. Temas universais da vida de qualquer pessoa compõem esses escritos, como: lidar com os próprios sentimentos; saber se relacionar; desengasgar palavras castradas; superar o medo; não cair no conto fácil da bajulação. Esses são desafiados nos parágrafos para, de forma sintética, fazer o chamado axiológico: “nunca se descolar da realidade”.

As cartas de amor e de vida cumprem papéis afetivos, pedagógicos, políticos e éticos. Podem ser também formas de congratular, desafiar e provocar. Como qualquer tipo de escrita de si, ou de qualquer gênero, elas ajudam o sujeito a reunificar a sua experiência e organizar os seus sentidos. Foi com essa perspectiva que foi elaborada a carta endereçada aos professores Márcio Araújo de Melo e Weigma Michely da Silva, ambos da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT).

Sob a orientação do professor de literatura Márcio Araújo de Melo, uma tese está sendo construída tendo como objeto a trajetória do professor Eguimar Felício Chaveiro. Em tom de gratidão e de avaliação da condição de professor e de pessoa, a carta sublinha o ato de gratidão.

*Goiânia-Go., 20 de Março de 2025
Weigma e Márcio...*

Quando recebi a notícia que estaria no centro de sua cena epistemológica, sendo objeto de estudo face a minha trajetória docente, sem que governasse, a memória fez 305 rodopios num minuto. No momento, me veio à memória a escola rural Pio XII onde peguei, das mãos do professor Walter, a primeira cartilha. Com essa memória, tive vontade de chorar, mas as lágrimas, autônomas que são, não quiseram nadar em meus olhos. Nadou, isto-sim, um sorriso contido, interrogativo, azul. Um sorriso de contentamento.

De lá para cá, a memória não parou de rodopiar-se. Aliás, sempre sob o aviso freireano de que a vida de qualquer professor ou professora, decorrente de nexos históricos e culturais – e da grande labuta interna – é merecedora de um reconhecimento narrativo.

Pois bem! A minha trajetória está aí para ser narrada com a inteira liberdade crítica dos narradores.

Vou lhes adiantar algo fora da pauta.

Com relativa frequência tenho apossado das crônicas narradas de Maria Ribeiro. Junto ao seu charme carioca patenteado no Baixo Gávea, tenho um interesse espiritual pela visão humorada da vida que nasce de seus textos e de sua voz manhosa.

O que aprendo em Maria Ribeiro coincide com o desejo que possuo atualmente: aguçar a sensibilidade para enxergar a experiência humana, ela toda, inclemente, louca, surpreendente, insolúvel, aberta. Quando sublinho a palavra sensibilidade, conforme o que li em Paulo Afonso Caruso Ronca e Cleide do Amaral Terzi, no livro O PENSAMENTO PARECE UMA COISA À-TOA (Edesplan, 2001), não a

distancio do ato de pensar e interrogar. Quero a sensibilidade inquieta. Travessa.

Poderia, muito bem, dizer que desejo avançar no modo como enxergo-penso a experiência humana, essa peleja difícil e fantástica, atravessada de pulsões vibráteis e de morte, arrastada pelo Estado e defenestrada pelo tempo...Uma dádiva! Um tormento! Como diria o meu amigo Fadel, um cu feito de flores.

Weigma e Márcio, no momento em que vivo; recebendo aqui e acolá, muitas homenagens, olhando para trás e organizando as perguntas para caminhar, tenho pensando o seguinte. Não posso perder o signo da minha geração: a transgressão. Isso significa tentar, ao máximo, estabelecer a nupcia entre o rigor do método e a transcendência da arte.

É isso: construir um pensamento com vislumbre estético; ou estetizar as relações com os livros, com os textos, com os orientados e orientadas, com os alunos e alunas, com os parceiros de mundo; como são vocês, e com tantos outros, significa puxar o pensamento crítico para o poético. Que lhes diga: o poético não como adoçamento ao modo de uma leitura melada da vida. Nada disso. O poético ao modo do que o escritor Juliano Peçanha anota: uma forma de escancarar as urgências. Ou, poderia lhes dizer, o poético como maneira de liberar as correias do desejo e, então, de enfrentar qualquer tipo de esterilização do pensar.

Quando estive na PUC-SP, na virada do século, a partir das aulas intensas de Suely Rolnik e Peter Pelbart, especificamente no que se referia à esquizoanálise, inventei o que, na época, chamei metodolecagens, uma espécie de molecagem teórica. Olhando para vocês com olhos da época, talvez eu estava querendo incluir no trabalho

intelectual dois elementos de saúde psíquica: o eros e a brincadeira.

Já em Goiânia, depois do doutoramento que fiz na USP, mas com tráficos de aulas de psicanálise na PUC-SP, o mote da metodolecagem era dado pela vontade de promover um insulto às fronteiras epistemológicas. Olho que fiquei a vida toda praticando esses insultos.

Posteriormente, na terapia, na análise e na militância no grupo *Arte do Afeto*, fui me compreender: o que estava posto era uma visão heterodoxa da vida congruente à heterodoxia de que eu era proveniente. Filho de um pai afro-indígena e de uma mãe branquela; filho de um pai peão, de uma mãe, simbolicamente, fazendeira, a heterodoxia era algo fundo em mim.

A minha mãe pagava as contas com a diligência da moral cristã; o meu pai chutava a barraca em nome do prazer sexual. O meu pai fazia poemas de cordel, a minha mãe zelava da casa. Enquanto o pai botava o desejo para ferver, a minha mãe botava para ferver a mandioca na panela.

Engraçado que certa vez compus com Noé Freire, do curso da História da UFG, Agostinho Potenciano, Letras-UFG, Nivaldo Santos-Educação Física e com outros professores e professoras, uma assessoria à secretaria de Educação do Estado de Goiás. Na época, efusivo, alegre, dado ao Outro, vieram de meus dedos crônicas severamente infantis, textos de pipas, gracejos verbais, a que chamei *BRINCOLETRAGENS*.

Hoje interrogo: em que situação me encontro? Todos sabemos: o geógrafo é o que corre livros e mundos para responder essa pergunta. A questão-chave do geógrafo é se situar no mundo; se localizar, sabendo que disso surge as relações, a dimensão espacial da vida. *Papo reto!*

Certamente, junto a vocês, olhando eu mesmo a minha trajetória, penso que tenho que honrar o que nela andei. Ela se deu desafiando constantemente o próprio modo de pensar sem perder as referências éticas e estéticas da minha geração.

Às vezes, acho que lhes posso dizer, há amor demais em mim. Sigo o tom da graça originado do adágio camponês: 'se melhorar, eu não aguento' (Eguimar Chaveiro).

O texto-carta feito numa variação linguística entre a narrativa confessional, as marcas de leitura e uma interlocução com campos de estudos e científicos – como a teoria da narrativa, a esquizoanálise e o prisma da interpretação geográfica –, desdobra-se para gerar uma intimidade com o leitor. A dimensão de liberdade do gênero carta, ainda que goze da abertura à linguagem, dimensiona-se como documento.

No caso específico desse texto-carta, o que está dimensionado é a construção da identidade política e humana de um professor, as suas premissas éticas e teóricas. A escrita livre, sem se deter aos protocolos e regulamentos textuais da escritura científica – contudo fazendo uso de princípios teóricos por meio de uma interlocução livre – nos é apresentada como uma rica possibilidade de juntar, numa mesma cena, prosa, teoria, imaginação e poesia.

Considerações finais

As narrativas de cartas se estendem de Kafka, Freud e Marx até escritores como Drummond, Clarice Lispector, Jorge Amado e José Saramago. Também as pessoas comuns não se furtaram de escrever cartas de amor, cartas de separação e cartas de suicidas.

Ademais, trabalhadores, migrantes, professores e alunos que já escreveram podem recorrer a esse gênero textual para jorrar seus sentimentos, memórias e declarações. O esplendor da narrativa epistolográfica reside na profunda liberdade daquele que escreve. A liberdade da palavra e da imaginação é a sua lição.

Nas páginas deste capítulo demonstramos que quando trabalhadores migrantes escrevem cartas de vida eles também falam do que lhes é pessoal e íntimo, do que compõe seu universo relacional e afetivo. As cartas de amor destacadas no texto, por sua vez, explicitam que todo acontecimento humano é matéria de narração, de contar história. Por isso, a narrativa de cartas evoca o espaço onde o sujeito se pronuncia. Se a experiência é um dos fundamentos da memória, as cartas de vida e as cartas de amor transformam o vivido em narrado, aglutinam experiência e imaginação, sensibilidades, dramas e sonhos.

É fácil vislumbrar que o processo comunicativo, importante no mundo do trabalho, na sociabilidade corriqueira, nas ações políticas e na lida diária do trabalhador intelectual, nas relações afetivas, livre do protocolo acadêmico – e de qualquer injeção burocrática – elabora uma preciosa relação entre conhecimento e afeto. Ao romper os cativéis linguísticos do campo acadêmico e municiar a prosa livre, as cartas cumprem o seu papel pedagógico: dar vazão a uma razão apaixonada e sensível.

Referências

- FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Lisboa: Passagens, 1992.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 25.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- FROMM, Erich. *Psicanálise da sociedade contemporânea*. Tradução de E. A. Bahia e Giasone Rebuá. 10. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1983

HAN, Byung-Chul. *A crise da narração*. Petrópolis: Editora Vozes, 2023.

HAN, Byung-Chul. *Sociedade do cansaço*. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

LACAN, Jacques. *A Instância da Letra no Inconsciente ou a Razão desde Freud*. Editora Perspectiva: São Paulo, 1992.

PROJETO MULTIPLICADORES DE VISAT. *Multiplicadores de Vigilância em Saúde do Trabalhador*. [s. l.]: Projeto Multiplicadores de VISAT, 2026. Disponível em: <https://www.multiplicadoresdevisat.com/>. Acesso em: 6 jun. 2026.

ROLNIK, Suley. *Esferas da insurreição*: notas para uma vida não cafetina-da. São Paulo: N-1 Edições, 2018.



CAPÍTULO 4

Poesia e política: o silêncio que fala longe

Prof. Dr. Valtuir Moreira da Silva⁹

⁹ Prof. Curso de História e Programa de Mestrado em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (Promep). Coordenador Setorial do Curso de História da UEG - Campus Cora Coralina.

O branco açúcar que adoçará meu café nesta manhã de Ipanema não foi produzido por mim nem surgiu dentro do açucareiro por milagre. Vejo-o puro e afável ao paladar como beijo de moça, água na pele, flor que se dissolve na boca. Mas este açúcar não foi feito por mim (Gullar, 2007).

Ferreira Gullar (2016), maranhense de nascimento, conseguiu expressar em sua poética um pouco do que propomos apresentar na Feira Literária de Goiás (Flig), que trouxe um tema instigante e po-i-ético: “entre cacos, doces e palavras: universo literário goiano”. Entretanto, continuo a pensar como nosso literato se todos sabem onde é produzido o açúcar e quais as suas logísticas da sua produção? É possível poetizar nas atividades políticas de nosso cotidiano em nosso presente e passado?

Olhando o cenário brasileiro goiano e o mundo camponês que continuo a estudar através de um “passado cheio de agoras”, como nos provoca Walter Benjamim (2014), somos tentados a imaginar que a produção poética se realiza apenas nos gabinetes, nas casas do centro, nos grupos e círculos de poetas. Talvez essa seja a primeira certeza como premissa básica para o grande poeta ou poetiza. Quem sabe, somos levados e tentados a acreditar que tudo isso é fazer poesia e ainda somos levados a ter a percepção de que existe um panteão dos deuses para a produção da poesia – tudo são frutos do Panteão. Reafirmo que a poesia é uma expressão dos humanos que somos todos nós, como assevera Carlos Rodrigues Brandão (2023), porque nós, como seres humanos, estamos envoltos, embebidos e cercados com uma ação política que se poetiza pelos camponeses, o meu objeto de estudo. Parece que vivemos a ágora grega em pleno sertão goiano.

Isso mesmo, precisamos saber olhar entre os cacos, doces e palavras, encontrando as escritas, descrições, verbalizações e linhas poetizadas em muitas experiências da vida e da resistência do povo brasileiro. A poesia é parte da luta social, política e cultural

das vivências, e, em minha assertiva de pesquisador, encontrei-as entre os trabalhadores do campo e da cidade – nossos camponeses. Aliás, tenho me dedicado mais em conhecer e me encontrar com as poéticas dos campesinos procurando trazer para o centro de nosso debate alguns dos poetas que estão em seu silêncio, mas falando e ecoando suas poesias carregadas de certezas políticas. Nada mais doce que as palavras que encontramos com José Raulemar (Zé Lemes), das Minas Gerais e goiano com certeza, quando poetizou e denunciou com o seu “grito ecológico” na década de (Raulemar, 1980, p. 31):

*Gritem agora antes que seja tarde demais,
Parem com o desmatamento e deixem os índios em paz.
Tiram dos índios o jeito de se viver
Usando a força, o poder e a ganância.
Por riquezas, atrás de ouro e madeiras preciosas,
E nesta ação criminosa depredam a natureza.
Nosso país está virando um deserto,
Estou sentido de perto a dor da destruição.
Nosso planeta pode estar perto do fim,
Se continuar assim já não tem mais solução.*

Quando menciono camponeses não se pode pensar que estou falando por eles, ao contrário, os sujeitos sociais do campo nos legaram e continuam a nos deixar registros de sua escritura poética de um passado de muitas narrativas que foram produzidas na labuta, na luta e nos embates do dia a dia. Muitos dos poetas/poetizas que apreenderam o código da escrita com seus próprios esforços não conviveram com a escolarização que grande parte de nós aqui tivemos. Aliás, somos sujeitos privilegiados, vivemos e experienciamos o mundo da escolarização. Poesia e política se combinam, parece que há uma química entre elas; essa alquimia que consegue misturar vitória, derrotas, morte, doces, cacos e sofrimentos em

poesia com essa expressão do popular. Tudo nos traz e faz sentido e sabor para que saibamos recuperar os muitos cacos que carecem de nossa capacidade de arqueólogo da história e literatura para fazer ecoar as muitas das experiências poéticas de homens e mulheres que no campo viveram ou ainda vivem.

Contudo, a poesia que se faz política serviu e continua a servir de inspiração para muitos pesquisadores que tiveram a sensibilidade de escrever com o sentido político da palavra; que fizeram chegar ao público mais geral muitas poesias que estavam no silêncio, sem espaço, literalmente no limbo, e que se tornou um material essencial para muitos debates e aprendizados que temos no processo acadêmico. Faço essa afirmação porque me incluo entre aqueles que foram instigados a pesquisar e trazer à tona a poesia dos movimentos sociais do campo. Mais uma vez sou um privilegiado.

Prestem atenção, o “sertão é onde a vista alcança”, disse Guimarães Rosa (2011, p. 10). E, durante a minha trajetória de professor, pesquisador e interlocutor dos camponeses estive sempre atento à arte poética dos movimentos sociais cuja temática não se faz somente com as letras musicadas, poetizadas ou descritas. Vamos encontrar nessa arte silenciosa as pinturas, artes plásticas e a capacidade de se fazer representar com os instrumentos simbólicos que são verdadeiras poesias encontradas no ambiente do cerrado goiano, com os nossos camponeses.

Para demonstrar essa arte poética trago para nossa reflexão muitas experiências dos nossos camponeses agricultores familiares, que levaram para dentro de suas casas e dos lugares sagrados pedaços de árvores que se fazem uma cruz, um crucifixo, um altar. Encontramos muitas dessas representações em uma rocha, que tem esse sentido de fazer representar a sensibilidade da luta do dia a dia. Tive essa experiência com um camponês durante a minha pesquisa de mestrado, ao final dos anos de 1990, quando adentrei na casa do senhor José Caixeta (*in memória*) e D. Maria Diniz Caixeta. Ao ser convidado para estar na sala de recepção de

sua casa, deparámo-nos com uma cruz de madeira produzida pela mãe natureza. Isso é o sentido mais sublime da arte silenciosa dos movimentos sociais camponeses, como nos certificou a professora Cléria Botelho (2007).

A poética dos camponeses fala muito, mesmo com os silêncios que foram e continuam sendo perpetrados por uma sociedade conservadora e do atraso, como sentencia Jessé Souza (2019). A arte pode estar nos estandartes de uma festa popular, com a inspiração da tradição do catolicismo brasileiro. Como também pode ser descrita em um garfeiro de pano, que era pintado ou bordado pelas camponesas para demonstrar um ambiente do lúdico que se ensinava. O cenário e suas personagens eram encontrados na vida no campo. Isso tudo é uma arte poética que se faz em nosso processo histórico, produzido pelos nossos homens e mulheres que no campo viveram ou ainda vivem. Demonstram que conversar com essa arte é fazer do ambiente do cotidiano, da luta, dos embates e das vitórias um espaço carregado de sentido artístico que se faz na vivência do ser político.

Poesia e política são duas palavras que estão juntas e são indissociáveis, para que possamos compreender e fazer trazer à tona os silêncios de uma arte que se abastece com os múltiplos sentidos da vida e que sempre esteve carregada de muita labuta. Vamos juntando os cacos. Para quem assistiu ao filme *Anel de tucum*, com uma hora e dez minutos de duração, sob a direção de Conrado Berning (1994), vamos encontrar essa arte sendo descrita nos cantos, narrativas e assertivas de que viver é perigoso, como disse João Guimarães Rosa, em *Grande Sertão Veredas* (1987), mas se fez necessário com muita disposição e capacidade organizativa no movimento da luta pela terra.

O silêncio ecoa muito longe, nas várias poesias que se politizam sempre. Quer seja com as poesias cantadas, quer com as descritas, nas artes plásticas e na capacidade inventiva daqueles(as) que experienciaram a marcha dos camponeses em nosso

Brasil. Ecos podem ser encontrados em cacos, pedaços e trechos de muitas memórias desse passado que se representa como um *habitus* (Bourdieu, 1987). Isso mesmo, ser um poeta que faz política é parte da vida dos camponeses em sua inteireza, quando contam, narram, cantam e registram um passado de muitas histórias que podem ser visualizadas ainda hoje na luta do movimento social. Fazer a memória do passado é parte de uma arte e capacidade do contar e de se representar com as múltiplas identidades e representações, como (en)cantou Parcival Moreira, através de seu livro, *grito sem eco*, de 2001, quando narra a relação dos trabalhadores rurais com a sua jornada extenuante e um passado que traz uma representação do “sertão sem fim”, espelhando-se em um livro de Bariance Ortencio (2000). No entanto, o nosso poeta conta po-eticamente a vida do carreiro:

*Carreiro, carro e boiada,
Canga de jacarandá
Na guampa do boi de carro
O dono vai pegar
Guarda o carro na varanda
Deixa o carreiro molhar
Mais vela o carro de boi
De quem vai carrear (Moreira, Grito sem eco 2001, p. 71).*

O próprio título do livro de Parcival nos possibilita compreender como essa relação entre poesia e política dos humanos está mais presente do que se imagina na nossa vã filosofia. Esse carro de boi que serviu de transporte para muitos mantimentos e pessoas, e a ventura e muita fartura do campo Brasil afora pode estar representado em muitas outras atividades do dia a dia, mesmo em nossa modernidade, que não mais tem carro e boiadas andando cerrado afora.

Contudo, vamos continuar juntando alguns cacos, reconhecendo a capacidade poética que se faz na luta política, entremeando o social, o político e o religioso. Vamos encontrar coisas maravilhosas que demonstram como as fagulhas, o brilho e as luzes da caverna, lembrando de Platão, da *Alegoria da Caverna*, para dizer que sempre foram capazes de produzir as suas leituras do mundo, da sociedade e de si mesmos.

Convido para fazer parte do pensar “o silêncio que fala longe”, o poeta popular da cidade de Itaguaru (GO), senhor Pedro. Para constar, ele tinha um irmão e juntos formavam a dupla Pedro e Onofre. Na próxima transcrição, a escritura é de Pedro, que ainda serve como um cântico para os cristãos católicos da Diocese de Goiás, cujo título é “Esteio da Nação”, que pode ser encontrado no *Livro de Cânticos* (1990). Assim traz essa poética:

*Peço a Deus para ajudar
Nosso povo do sertão
Que está passando apertado
Nas garras do tubarão.
[...]
O patrão enche o armazém
Tem dinheiro a reveria
O pobre que trabalhou
Fica com a tuiá vazia.
[...]
nosso Brasil é um ouro
dá produto e tem riqueza
só falta lá no sertão
pro cabloco uma defesa.
Quem trabalha o dia inteiro
Capinando seu roçado
É o cabloco verdadeiro
Brasileiro consagrado.*

Em outra composição, agora sim, dos irmãos Pedro e Onofre, parceiros de tantas poesias com Zé Lemes, nas dezenas de reuniões diocesanas tocadas por D. Tomás Balduino e que Antônio Baiano já deve ter cantado e tocado no sertão adentro. Todavia, o que importa salientar é que havia um troca de sabedoria na arte silenciosa dos camponeses e suas lutas políticas. Daí a parceria e trocas de melodias poéticas entre esses poetas políticos em ação ser uma constante, um verdadeiro mutirão literário. Vejamos como as metáforas da vida no campo, através dos irmãos de Itaguaru compõem “sala de capim”.

“Salada de capim”¹⁰

1. Alou Amigo!

*Escuta preste atenção.
A nossa população
não tem roça pra plantá
o seu arroz e o feijão.
Está mudando pra cidade
tá morando na invasão
trabalhando de bóia-fria.
É triste a situação!
Isso é o cume do absurdo,
pra mim chegou o fim.
Pelo jeito que estou veno,
o povo vai comer capim.*

*2. Quando for de manhã cedo
na hora de levantá
a semente do capim
vai ser café pra tomá.
E na hora do almoço
vai ficar pra merendá.*

*E o angola é pra jantá
e a grama é papinha
pra o menino dismamá.
Toda hora de comer,
o braquiara deve está.
É famoso em vitamina
pra o povo reforçá.*

3. Alou amigo!

*Pelo jeito que estou veno,
a nossa alimentação
está desaparecendo.
Quem trabalha não tem nada
quem não trabalha tá comeno.
A lei do direito humano
nunca está prevalecendo.
Ela nunca apareceu
pra ajudá nenhum pequeno.*

10 Livro de Cânticos da Diocese de Goiás, *O Povo Canta*.

4. Alou amigo!
Não é eu que estou dizeno.
É o povo que trabalha
todos eles está sofreno.
Não podemos plantar horta
que o patrão não está quereno.
Esta lei que está aí,
ela já virou veneno.
Esta lei é perigosa
porque o povo está morreno.

5. Alou amigo!
Como é que vai ficá?
A carne nós não come
não damos conta de comprá.

O leite o caminhão
todos dias vem buscá.
Não tem onde nós plantá.
Se não temos onde plantá,
como vamos alimentá?

6. Alou amigo!
Olha a situação.
As empresas e os ricos
invadiram nosso chão.
Todo povo que trabalha
tem de fazer união.
a força do tubarão.
que é a terra que produz
a nossa alimentação.

Os versos e prosas estão carregados de uma simbologia que consegue fazer tramar e costurar as vivências, cotidiano e representações de um tempo de muita luta e embates. O *Jornal Diocesano Caminhada*, em 5 de outubro de 1980, descreveu a poesia de Romário, líder sindical e dos movimentos sociais no campo, cujo tema fora a luta das 32 famílias da Fazenda Córrego da Onça, no município de Itapuranga. Assim nasce essa leitura muito interessante da luta:

*Eu vou lhe contar uma história
Preste muita atenção:
Na fazenda Maria Alves
Uma boa região
Moram trinta e quatro famílias
Homens de calo nas mãos.
Já tem uns cinqüenta anos
Que eles vivem trabalhando
Em cima daquele chão.
[...]*

*Continuaram em cima da terra
Tomaram uma decisão:
Nem suas benfeitorias
Ninguém arrecebeu não.
Daí um certo tempo
Começou a repressão;
Foram oficializados
Que eles iam ser despejados;
Só tinha esta condição.
[...]
Meus amigos e companheiros
O que eu digo aqui agora
Foi a força da união
Que conseguiram a vitória.
Vai citar o exemplo
Por este Brasil afora;
Isto não é um presente,
Foi a luta minha gente
Que vai ficar na história.*

Em poesia e política, o silêncio que fala longe pode ser visualizado com os poucos, mas significativos e representativos exemplos dos poetas que conseguem viver a experiência da luta e ainda fazer de suas histórias um cardápio poi-é-tico farto, que precisa ser reconhecido e visibilizado em evento como esses. Os cacos, doces e palavras estão dispostos em muitas ações que se fazem como atos políticos. Assim sendo, os humanos conseguem fazer de suas vidas sempre uma atitude política, que pode ser narrada com uma poesia, com um cordel, com uma música, em uma arte plástica ou mesmo gravada em suas memórias.

Por fim, apresento um pequeno trecho da poesia de Isaias Torres, que está no livro “Pé de Poesia”, do coletivo da Juventude do MST (Marinho, 2018). Assim, encerro minhas digressões com essa poética: “Peço licença a esse povo / Pois quero aqui contar / Minha

história, minha vida / Na necessidade de narrar / Sou conhecido por muitos / Criticado por burgos / Mas não me impedem de sonhar” (Isaias Torres *apud* Marinho, 2018).

Poesia e política: o silêncio que fala longe. Ouçam o som poético dos camponeses. Estão ouvindo?

Referências

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação?* São Paulo: Brasiliense, 1985. (Coleção Primeiros Passos).

ELIS, Bernardo. A enxada. In: DENÓFRIO, Darcy F.; SILVA, Vera Maria Tietzmann (org.). *Antologia do conto goiano: dos anos dez aos sessenta*. 2. ed. Goiânia: Cegraf, 1993.

GULLAR, Ferreira. O açúcar. *Vermelho*, [s. l.], 10 maio 2007. Disponível em: <https://vermelho.org.br/prosa-poesia-arte/ferreira-gullar-o-a-cucar/>. Acesso em: 8 jun. 2026.

MARINHO, Gustavo. Jovens do MST lançam coletânea de poesias no 27º Encontro Estadual em Alagoas. *MST*, São Paulo, 19 dez. 2018. Disponível em: <https://mst.org.br/2018/12/19/jovens-do-mst-lancam-coletanea-de-poesias-no-27o-encontro-estadual-em-alagoas/>. Acesso em: 8 jun. 2026.

MOREIRA, Parcival. *Grito sem eco*. 2. ed. São Paulo: Inhumas, 2001.

MAGALHÃES, Nancy A. *Contar história, fazer história: história, cultura e memória*. Brasília: Paralelo 15, 2001. p. 12-28.

ORTÊNCIO, Bariani. *Sertão sem fim*. 2. ed. Goiânia: Ed. UFG, 2000.

RAMOS, Hugo de Carvalho. *Tropas e boiadas*. Goiânia: Ed. UFG, 1994.

ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Boletins

Boletim *Caminhada*, Diocese de Goiás, ano XX, n. 136, 1987, p. 12.

Boletim *Caminhada*, Diocese de Goiás, ano XX, n. 144, jan./fev., 1989, p. 6.

Boletim *Caminhada*, Diocese de Goiás, ano XXI, maio, 1989, p. 8.

Boletim *Caminhada*, Diocese de Goiás, jul./ago., 1987, n. 136, p. 12-13.

Livro de Cânticos da Diocese de Goiás, O Povo Canta.



CAPÍTULO 5

O negro no mundo dos brancos: infância, literatura e a sutil violência do racismo estrutural

Cleber Roberto de Sena Veloso¹¹

Valéria Alves de Lima¹²

11 Mestre em Contabilidade. É Contador no Instituto Federal Goiano – Campus Trindade. E-mail: cleberrsenav@ifgoiano.edu.br.

12 Doutora e mestre em Educação. É professora no Instituto Federal Goiano – Campus Trindade. E-mail: valeria.lima@ifgoiano.edu.br.

O racismo raramente se anuncia de forma explícita. Na maioria das vezes, ele se revela em gestos pequenos, em silêncios, em olhares que escolhem quem merece ser visto e quem pode permanecer invisível. Foi convivendo com essas pequenas cenas do cotidiano que passamos a compreender, na prática, aquilo que a sociologia brasileira já denunciava há décadas.

O título deste relato carrega uma intencionalidade e, longe de ser uma escolha aleatória, ela expressa uma filiação teórico-metodológica clara: a compreensão de que a desigualdade racial no Brasil é resultado de um processo histórico violento, sustentado em uma falsa hierarquia entre raças. A primeira parte do título, *O negro no mundo dos brancos*, faz referência direta à obra fundamental de Florestan Fernandes, publicada originalmente em 1972, na qual o autor analisa as formas pelas quais a sociedade brasileira estruturou e naturalizou relações raciais profundamente desiguais.

Nesse sentido, a atualidade da obra de Fernandes revela-se justamente na permanência das questões que ele levantou. Suas análises nos convocam a olhar para as feridas abertas em uma realidade que segue marcada pelo racismo, pela hostilidade e pelo preconceito. Ao problematizar o chamado *mito da democracia racial*, Fernandes (2007, p. 67) evidencia que aquilo que frequentemente se apresenta como igualdade pode não passar de um acordo implícito de convivência, sustentado por normas de aparência cordial. Como alerta o autor, muitas vezes “se confundem padrões de tolerância estritamente imperativos na esfera do decoro social com igualdade racial propriamente dita”. É justamente nesse descompasso entre aparência e realidade que se manifesta aquilo que aqui chamamos de *sutil violência do racismo estrutural*: um conjunto de práticas, expectativas e limites sociais que, mesmo sem se apresentar de forma explícita, continuam a produzir e a reproduzir desigualdades raciais no cotidiano. Atravessados pela teoria de Fernandes e pelo conceito de racismo estrutural, este relato busca evidenciar que a pretensão de harmonia racial brasileira é, em última análise, a ferramenta que

viabiliza a exclusão sistemática, permitindo que a hierarquia se preserve justamente por fingir-se inexistente.

Foi no contexto da I Feira Literária de Goiás (Flig), dedicada à reflexão sobre literatura e formação de leitores, que essas memórias ganharam novo significado. Ao pensar sobre o papel da literatura na formação das crianças, revisitamos experiências vividas em nossa própria família, nas quais a literatura infantil, especialmente a literatura negra, tornou-se uma ferramenta fundamental de diálogo, fortalecimento identitário e enfrentamento do racismo cotidiano.

Este relato nasce das reflexões provocadas pela participação no evento mencionado e conta a experiência de uma família inter-racial. Cleber Roberto é um homem preto, filho de uma mulher preta e um homem branco (quase preto de tão pobre, como diria Caetano Veloso). Valéria Alves é neta de imigrantes pernambucanos, provavelmente embranquecidos pela colonização francesa e holandesa naquela região. Dessa união nasceram Alice e Maitê. Nesse momento, elas tinham nove e sete anos, respectivamente.

Duas irmãs, dois olhares do mundo

Alice era uma bebê de pele rosada, clarinha, tinha cabelos dourados e olhos cor de mel. Era comum chamar a atenção por onde passava. Pessoas desconhecidas frequentemente se aproximavam para elogiar sua beleza, alguns diziam sorrindo que ela parecia um “bebê de revista”. Maitê nasceu com a pele marrom, cabelos bastante cacheados e lábios marcantes. As pessoas desconhecidas nada falavam.

Sem sequer imaginar, essas duas crianças nos mostraram, na prática, como o racismo está entranhado no cotidiano e como continua sendo naturalizado nas sutilezas das interações sociais mais corriqueiras. Essa “sutileza”, contudo, não indica uma forma

branda de violência. Ao contrário, revela a eficácia de um racismo que se reproduz justamente porque opera de forma disseminada, enraizando-se nas instituições, nas práticas sociais e na formação das subjetividades. É assim que ele se mantém presente não apenas em manifestações explícitas de discriminação, mas também em gestos, olhares, silêncios e expectativas socialmente construídas.

Conscientes de como o racismo estrutural molda as relações cotidianas no Brasil, sabíamos que, cedo ou tarde, a diferença no tom de pele de nossas filhas suscitaria reações distintas na sociedade. Entendemos que esse detalhe, aparentemente simples e insignificante, poderá impactar as oportunidades às quais cada uma delas terá acesso. O que não imaginávamos era que os eventos começassem a acontecer tão precocemente.

A literatura infantil negra passou a ocupar um lugar central em nossa casa. Muito antes de entendermos plenamente a dimensão disso, ela já estava presente na vida da Maitê. No seu primeiro aniversário, entre os presentes recebidos estava um exemplar de *Menina bonita do laço de fita*, de Ana Maria Machado (2005).

Na primeira página do livro, uma dedicatória escrita com carinho antecipava, sem que soubéssemos, muitas das conversas que ainda teríamos ao longo dos anos. A mensagem desejava que Maitê crescesse compreendendo e honrando suas raízes, que tivesse força para enfrentar injustiças e que se tornasse uma mulher confiante de si mesma.

Hoje, ao reler essas palavras, percebemos que aquele presente não foi apenas um livro de aniversário. Foi também uma espécie de compromisso silencioso: o de construir, através das histórias, um caminho de fortalecimento da identidade, do orgulho e da autoestima.

A figura a seguir mostra a dedicatória escrita no livro.

Figura 1 – Dedicatória no livro *Menina bonita do laço de fita*, presente recebido por Maitê em seu primeiro aniversário (2019)



Fonte: Reprodução de exemplar próprio do livro de Ana Maria Machado.

Como nasce o racismo?

Para receber a Maitê, escolhemos cuidadosamente a equipe médica e o local de nascimento. Foi um parto natural, humanizado, cercado de respeito e afeto. Tudo ocorreu exatamente como nós planejamos. Toda a família estava ansiosa para conhecer a nova integrante tão esperada. Logo que a visita foi liberada, a Alice, (na época com um ano e oito meses) foi conhecer a irmã. O pai, alegre, feliz e eufórico, foi até a saída da maternidade pegar nos braços o “grude do papai” e se dirigiu à recepção para que liberassem novamente sua entrada com a irmã mais velha. A recepcionista de pronto lhe disse:

— Você não é o pai dessa menina.

Essa foi a primeira vez que o pai preto de filha branca teve o dissabor de precisar justificar sua paternidade, provando inclusive com a documentação de ambos. O sentimento de raiva foi superado momentaneamente pela alegria da família crescendo, porém

as feridas deixadas pelo racismo são profundas demais para serem esquecidas. Vez ou outra, elas ainda sangram como sangravam nossos ancestrais.

Silêncio ensurdecedor

Maitê tinha cerca de um ano e meio. Alice, três. Como de costume, fazíamos compras no supermercado, e as duas aproveitavam o momento para passear juntas, dividindo o mesmo carrinho. Foi quando uma senhora se aproximou dirigindo-se gentilmente a Alice e exclamou:

— Que menina linda!

Em seguida, a mulher nos lançou um sorriso simpático e seguiu seu caminho.

Maitê, ao ouvir o elogio dirigido à irmã, permanece olhando fixamente para a senhora que se afastava. Seu olhar parecia esperar que o mesmo elogio também lhe fosse dirigido. No entanto, ele não veio.

Foi também nesse período que começamos a perceber a importância das narrativas que oferecemos às nossas filhas. Em um mundo que insiste em invisibilizar a beleza negra, a literatura infantil torna-se um espaço privilegiado de construção de novas referências. Livros como *Menina bonita do laço de fita*, que ela havia ganhado de presente no primeiro aniversário, começaram a fazer parte do nosso cotidiano, ajudando a afirmar, desde cedo, a beleza e a dignidade da identidade negra.

As primeiras feridas

Aos quatro anos, Maitê começou a frequentar a escola de educação infantil. Nessa escola, os banheiros eram organizados por turmas com idades próximas. Em um dia qualquer, ela foi ao banheiro e encontrou outra menina da mesma idade. A criança se aproxima dela e diz de forma direta:

— Você é feia.

Sem saber exatamente o que dizer, mas convicta de que a menina estava errada, Maitê pensou:

— Vou contar tudo pra mamãe.

Depois de conversarmos bastante e tentarmos compreender o que havia acontecido, percebemos que a fala da outra criança não parecia tê-la afetado – ao menos não de forma consciente. Desde muito cedo, cientes dos desafios que ela enfrentará no mundo, sempre buscamos fortalecer sua autoestima. Foi a primeira vez que tivemos a sensação de que esse trabalho duro havia erguido alguma forma de proteção.

No entanto, sabemos que essa proteção não é intransponível. Trata-se de um processo cotidiano, exigente e permanente, que precisa ser construído dia após dia e que, inevitavelmente, também conhece seus reveses.

O que há de errado comigo?

Alguns meses após o episódio na escola, em um momento cotidiano em casa, Maitê se aproximou com uma revelação que nos silenciou:

— Eu queria ser branca.

Aquela frase nos atravessou profundamente. Ainda tão pequena, Maitê já percebia que a sociedade atribui valores diferentes

às pessoas a partir da cor da pele. Situações como essa não são isoladas. Como observa Nilma Lino Gomes (ano), o racismo também se manifesta nos processos de construção da identidade das crianças negras, que desde cedo aprendem a lidar com padrões de beleza e pertencimento que frequentemente as colocam em posição de desvantagem.

Buscamos acolher e entender a profundidade daquela frase. Com sua tenra idade, ela ainda não possuía o vocabulário sociológico para descrever com exatidão o que acabara de processar, mas a mensagem era nítida: ela percebera que a vida é benevolente com os brancos e severa com os “marrons”, como ela costuma se definir. Naquele instante, sem saber, Maitê nos dava um diagnóstico precoce e devastador. Em sua voz infantil, o que ouvíamos era um eco das teses de Fernandes: “Mamãe, Papai, eu já sinto na pele os efeitos do racismo estrutural”.

A literatura salva

Entre as coisas que mais se destacam nas pessoas negras, certamente estão os cabelos, frequentemente crespos e volumosos. Sabendo que esse tipo de cabelo ainda tem pouca representatividade, desde sempre trabalhamos isso com a Maitê: elogiar os cabelos dela, buscar referências pretas e valorizar suas características. Fazemos isso porque sabemos que tratar o cabelo afro como menos bonito é uma das formas de minar a autoestima da nossa raça. Ela sempre gostou muito dos cachos, mas em dado momento ela pediu:

— Eu quero que o meu cabelo seja liso. Você pode alisar o meu cabelo, mamãe?

Novamente tentamos entender e buscar, se não reverter, minimizar esse sentimento negativo em relação ao próprio cabelo. Na verdade, aquela foi outra forma de ela nos dizer que queria ser branca.

Foi nesse momento que a literatura infantil negra ganhou ainda mais espaço dentro de casa. Os livros que já eram nossos aliados importantes nas conversas sobre identidade, beleza e pertencimento ganharam protagonismo. Além de *Menina bonita do laço de fita* (Machado, 2005), já citado, que virou quase um ritual de leitura. A cada página, a história reafirmava a beleza da menina negra e ajudava a construir novas referências para a Maitê.

Vieram também outras leituras. *O cabelo de Lele*, de Valéria Belém (2007), ajudou a transformar o cabelo crespo em motivo de descoberta e orgulho. *Sulwe*, de Lupita Nyong'o (2019), trouxe uma história delicada sobre cor da pele, pertencimento e autoestima. E *Amoras*, de Emicida (2018), mostrou que as coisas mais doces também podem ser pretas. Maitê sempre repete: “as pretinhas são as melhores que há. E eu sou pretinha”.

Essas histórias fizeram diferença porque oferecem às crianças algo essencial: representatividade. Durante muito tempo, a literatura infantil ofereceu poucos personagens negros com os quais crianças como a Maitê pudessem se identificar. A literatura infantil negra rompe esse vazio e mostra que elas também são protagonistas, bonitas, inteligentes e dignas de admiração.

Felizmente, com muito diálogo, leitura e referências positivas, estamos conseguindo atravessar esses desafios. Hoje a Maitê ama os próprios cachos e seus cabelos volumosos. E nós seguimos cultivando, página por página, esse sentimento de pertencimento.

Perguntas que doem

Aos cinco anos de idade, Maitê percebeu que em sua turma da escola havia apenas duas crianças negras: ela e mais um menino, filho de uma funcionária da escola. Curiosa, ela vem até nós pra buscar entender o porquê disso.

— Por que só eu e o Davi somos marrons na minha sala?

Nesse momento, foi preciso contar sobre a história racial no Brasil, sem romantização e com uma linguagem adequada para a idade dela. Infelizmente não há linguagem ou palavras capazes de minimizar os fatos, calar as dores e atenuar os acontecimentos. As meninas ficaram revoltadas, incrédulas, tristes diante do que ouviram. Nosso maior desafio naquele momento foi transformar essa revolta infantil em algo que pudesse se tornar consciência e desejo de justiça, ainda que dentro de seu pequeno universo.

Outras leituras também foram importantes para ampliar esse horizonte. Em *Bruna e a galinha d'Angola*, de Gercilga de Almeida (2011), a ancestralidade africana aparece através das histórias e da imaginação. Já *Omo-Oba: histórias de princesas*, de Kiusam de Oliveira (2009), apresenta princesas negras inspiradas nos orixás, mostrando às crianças outras possibilidades de heroínas e referências de beleza, coragem e sabedoria.

Assim, entre conversas difíceis e leituras compartilhadas, fomos construindo com elas um modo de compreender o passado sem esconder suas dores; mas, ao mesmo tempo, fortalecendo a certeza de que a história do povo negro também é feita de beleza, resistência e luta.

Palavras que ferem

Ao longo desses anos, os livros passaram a ocupar um lugar ainda mais central em nossas conversas com as meninas. Cada história lida tornava-se também uma oportunidade de falar sobre identidade, pertencimento e respeito. A Maitê é uma amante das palavras. É uma leitora ávida e, desde muito pequena, gosta de “palavras bonitas”. Ama conhecer o significado de cada uma delas e as usa para se expressar com uma precisão que muitas vezes nos

impressiona. Ela sabe bem que as palavras na língua portuguesa podem ter significados diferentes, a depender do contexto.

Um dia, ela chegou pensativa depois da aula de natação. Então veio a pergunta:

— Mamãe, o que significa “infantil”?

Explicamos a definição da palavra. No entanto, como as perguntas nunca vêm sem motivo, e por ter certeza de que a Maitê conhecia o seu significado, questionamos o motivo da pergunta. Foi então que ela explicou que uma colega da natação, incomodada com suas tranças coloridas, aproximou-se e disse, em tom que identificamos como passivo-agressivo:

— Seus cabelos são muito “infantis”, menina.

Alice percebeu que havia algo estranho e incômodo naquele jeito de falar e saiu imediatamente em defesa da irmã:

— É claro. A gente é criança. Só podemos ter cabelos infantis.

A reação da Alice nos fez lembrar da atualidade e da urgência do convite da filósofa Angela Davis (ano), quando afirma que “não basta não ser racista, é preciso ser antirracista”.

Nesse processo, a literatura infantil negra tem desempenhado um papel fundamental, oferecendo às crianças referências positivas de identidade e pertencimento. Como já apontava Lélia Gonzalez, reconhecer e valorizar a cultura negra é também um passo essencial para enfrentar as desigualdades raciais que atravessam a sociedade brasileira.

Esses são alguns dos tantos eventos cotidianos vividos pela Maitê nesses primeiros sete anos de vida. Diante dessas experiências, fizemos um exercício quase inevitável: voltamos no tempo e buscamos em nossa memória situações semelhantes que pudessem ter ocorrido com Alice, nossa filha mais velha, branca, ao longo de seus primeiros nove anos de vida.

[...]

Esses foram os constrangimentos aos quais fomos submetidos com a Alice.

A comparação entre as trajetórias das duas irmãs revelou algo que, embora doloroso, tornou-se evidente. Enquanto Maitê se deparava precocemente com comentários, olhares e situações atravessadas pelo racismo, episódios dessa natureza nunca apareceram na trajetória de Alice.

Relatar essas situações não é um exercício de vitimização, mas de memória e de responsabilidade. A infância deveria ser um território de descobertas, brincadeiras e liberdade, inclusive para experimentar a própria identidade. No entanto, para muitas crianças negras, ela também se torna um espaço de enfrentamento precoce de estigmas e preconceitos.

É por isso que insistimos em conversas, em leituras e em referências positivas. Na literatura infantil, nas histórias de princesas negras, nos livros que celebram cabelos crespos, pele escura e ancestralidade africana, encontramos ferramentas para fortalecer nossas meninas. Entre páginas e palavras, elas aprendem que suas histórias também são belas, dignas e importantes.

Porque, no fim das contas, falar sobre cabelos, tranças e palavras nunca foi apenas sobre estética. É sobre respeito, identidade e sobre o direito de existir plenamente desde a infância.

Anos depois, aquele livro presenteado no primeiro aniversário continua na estante da casa. As páginas já não estão tão novas, mas as histórias seguem cumprindo sua função: lembrar todos os dias que nossas meninas são, sim, bonitas com seus cabelos, suas cores e suas histórias. Talvez seja por isso que o verso cantado por Chico César siga ecoando como um lembrete permanente:

“Respeitem meus cabelos, brancos.” Meus cabelos, minha voz, minha pele, minha ancestralidade, minha força. Nossas raízes. Nossas asas.

Referências

- ALMEIDA, Gercilga de. *Bruna e a galinha d'Angola*. Ilustrações de Valéria Saraiva. Rio de Janeiro: EDC, Pallas, 2011.
- BELÉM, Valéria. *O cabelo de Lelê*. Ilustrações de Adriana Mendonça. São Paulo: Companhia Editora Nacional/IBEP Jr, 2007.
- CÉSAR, Chico. Respeitem meus cabelos, brancos. In: Respeitem Meus Cabelos, Brancos. Intérprete: Chico César. São Paulo: Abril Music, 2002. Faixa 1.
- EMICIDA. *Amoras*. Ilustrações de Aldo Fabrini. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2018.
- FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. 2. ed. rev. São Paulo: Global, 2007.
- GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- MACHADO, Ana Maria. *Menina bonita do laço de fita*. Ilustrações de Claudius. 12. ed. São Paulo: Ática, 2005
- Mulheres, raça e classe (2016): DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.
- NYONG'O, Lupita. *Sulwe*. Ilustrações de Vashti Harrison. Rio de Janeiro: Rocco Pequenos Leitores, 2019.
- OLIVEIRA, Kiusam de. *Omo-Oba: histórias de princesas*. Ilustrado por Josias Marinho. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009.
- VELOSO, Caetano; GIL, Gilberto. Haiti. In: Tropicália 2. Intérpretes: Caetano Veloso e Gilberto Gil. Rio de Janeiro: Philips/PolyGram, 1993. 1 faixa.



CAPÍTULO 6

Do doce da memória ao doce da palavra: a formação humana em Cora Coralina

Luiz Otávio Arrais Carneiro¹³

¹³ Graduando em Letras – Português. E-mail: otsarraais@gmail.com.

Amo e canto com ternura
todo o errado da minha terra.
Becos da minha terra,
discriminados e humildes,
lembrando passadas eras...
(CORA CORALINA, ANO).

Entre palavras e doces, o universo literário goiano de outubro de 2024 foi floreado com literatura, artes visuais, teatro e discussões sobre literatura e a formação do leitor, tudo impulsionado pela sensibilidade e acalanto dos versos de Cora Coralina, poeta da Cidade de Goiás que iniciou sua carreira literária aos 76 anos de idade, com poemas e contos recheados do açúcar de doces cristalizados (Cora [...], [2026]).

Cora Coralina foi o pseudônimo adotado por Ana Lins dos Guimarães Peixoto, nascida em 20 de agosto de 1889 na Cidade de Goiás. Filha do desembargador Francisco de Paula Lins dos Guimarães Peixoto e Jacinta Luísa do Couto Brandão, Cora é cria das margens do rio Vermelho.

Foi esposa de Cantídio Tolentino Bretas, com o qual fugiu em 1911, após ele ficar viúvo. Juntos tiveram seis filhos. No entanto, Cora só voltou ao universo da escrita – que visitou quando criança – somente após a morte do seu marido.

Ao entrar em contato com os becos de sua cidade natal em 1956, Cora Coralina permaneceu na cidade e foi se sustentando com a venda dos seus doces até aprender a datilografar aos 70 anos, a qual encaminhou para a publicação do seu primeiro manuscrito.

Cora Coralina faleceu em 10 de abril de 1985, em razão de uma grande pneumonia. A casa à beira do Rio Vermelho se tornou, em 1989, o Museu Casa de Cora Coralina (Cora [...], 2024).

Um dos grandes responsáveis pelo Brasil ler – e conhecer – a escrita doce de Cora Coralina foi o exímio poeta brasileiro Carlos Drummond de Andrade quando este publicou a seguinte carta à autora em sua coluna no Jornal do Brasil:

“Rio de Janeiro, 14 de julho, 1979

Cora Coralina,

Não tendo o seu endereço, lanço estas palavras ao vento, na esperança de que ele as deposite em suas mãos. Admiro e amo você como alguém que vive em estado de graça com a poesia. Seu livro é um encanto, seu verso é água corrente, seu lirismo tem a força e a delicadeza das coisas naturais. Ah, você me dá saudades de Minas, tão irmã do teu Goiás! Dá alegria na gente saber que existe bem no coração do Brasil um ser chamado Cora Coralina.

Todo o carinho, toda a admiração do seu.

Carlos Drummond de Andrade” (Cora [...], 2024).

A Feira Literária de Goiás (Flig), em sua primeira edição, homenageando essa poeta do centro-oeste brasileiro, propiciou um espaço de trocas de saberes, de encontro de escritores e leitores, de diálogo entre diversas manifestações artísticas e o estímulo à leitura como força humanizadora das nossas conexões humanas.

É nessa concepção que esse texto se baseia, nessa força humanizadora que a literatura carrega. Aqui, pensamos a literatura conforme Candido (2011), como toda criação humana desenvolvida com toque poético, ficcional ou dramático, o que acreditamos englobar grande parte das expressões artísticas produzidas por uma essência humana.

Acreditamos nessa intersecção existente da literatura como algo que “exprime o homem e depois atua na própria formação do homem” (Candido, 2011, p. 82).

As narrativas nos atravessam a todo instante. Através das ficções que mergulhamos (contos, mitos, lendas, causos) são moldadas as nossas formas de estar no mundo, de sermos enquanto tais. Em todo o instante as fabulações nos conjecturam fortalecendo nossa presença e atuação dentro do corpo social em que essas fabulações são desenvolvidas.

É pensando nessas maneiras de sermos no mundo que buscamos enxergar, por meio das formas de ser de Cora Coralina, como a literatura atua como força formadora do sujeito humano a partir da memória.

Baseando-se em Antonio Candido, grande teórico literário do nosso chão brasileiro, pensaremos a noção de literatura para a formação do homem e como isso se presentifica e concretiza nos versos doces de Cora Coralina e suas memórias da terra de Goiás.

Formação do sujeito humano

O homem é moldado por uma matéria abstrata composta pelos causos à beira do fogo, pelos sussurros assustadores passados de geração em geração, pelas narrativas que o cercam e o constroem enquanto ser vivo e pulsante nessa vereda que chamamos vida.

Todos esses fios narrativos, atravessados por traços poéticos e presentes em todas as eras da humanidade, podem ser compreendidos, à luz de Candido (2011), como literatura. Essa fabulação constitutiva do ser humano manifesta-se de forma viva e constante, seja nos causos regionais, nas anedotas cotidianas, nos noticiários, nas novelas, nos vídeos virais das redes sociais e, por que não, nos sonhos que embalam o sono nas madrugadas. Nesse sentido, não passamos um único dia distantes desse universo ficcional, o que evidencia a literatura como uma necessidade universal.

Candido (2011, p. 176) classifica a literatura como um dos “bens incompressíveis, que não apenas asseguram a sobrevivência física em níveis decentes, mas garantem a integridade espiritual”. Assim, a literatura atua como um espaço dialético no qual os sujeitos podem viver simbolicamente os problemas que os cercam, propondo e denunciando, confirmando e negando, ao mesmo tempo que contribui para o equilíbrio social.

É nesse movimento que se constitui aquilo que Candido denomina função humanizadora da literatura, uma vez que ela nos permite viver experiências outras e reorganizar nossa percepção do mundo. Por meio da palavra literariamente organizada, os sentimentos do leitor também se organizam, possibilitando uma ampliação da consciência e da sensibilidade. A produção literária pode, assim, ser entendida como um gesto do autor que, ao ordenar o caos da experiência humana por meio de um arranjo singular da linguagem, cria sentidos capazes de humanizar aqueles que entram em contato com a obra.

A humanização, segundo Candido (2011, p. 182), corresponde:

ao processo que confirma no homem aqueles traços que reputamos essenciais, como o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso da beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres, o cultivo do humor.

Sendo a literatura um direito fundamental, sua fruição, em todas as suas formas, deve ser assegurada socialmente, pois negá-la significa mutilar a humanidade dos sujeitos e comprometer seu processo de formação humana.

É nesse horizonte que, no território goiano, voltamo-nos para a poesia de Cora Coralina, cuja escrita realiza um arranjo das palavras que, como doce caseiro, desperta o paladar da memória e da saudade das terras de Goiás.

Dos becos de Goiás nasce o doce da memória

Nascida em 1889, na Cidade de Goiás, Ana Lins dos Guimarães Peixoto apresenta ao mundo um tecido poético que entrelaça o ser periférico, a cultura popular e a memória de sua gente ao seu próprio eu lírico, por meio da voz da poeta Cora Coralina.

Sua obra é composta por títulos como *Poemas dos becos de Goiás e estórias mais* (1965), *Meu livro de cordel* (1976), *Vintém de cobre – Meias confissões de Aninha* (1983), *Estórias da casa velha da ponte* (1985), *Meninos verdes* (1986) e *Tesouros da casa velha da ponte* (1989), além de obras publicadas postumamente, como *A moeda que o pato engoliu* (1997), *Villa Boa de Goyaz* (2001) e *O prato azul pombinho* (2002).

Seu primeiro livro, *Poemas dos becos de Goiás e estórias mais*, foi publicado somente aos 76 anos, pela editora José Olympio, e traz, logo em sua abertura, uma “Ressalva” na qual a poeta justifica a existência e o sentido de sua poesia:

*Este livro
foi escrito por uma mulher que fez a escalada da Montanha da
Vida
removendo pedras e plantando flores.
Este livro:
Versos... Não.
Poesia... Não.
Um modo diferente de contar velhas estórias
(Coralina, 2012, p. 17).*

Essa declaração poética já anuncia um projeto estético fundamentado na experiência, na memória e na coletividade. No escopo da memória, Cora Coralina evoca a recordação – atributo poético do gênero lírico – por meio de uma rememoração polifônica

das vozes que adentram os becos da Cidade de Goiás. Para isso, além da voz da mulher madura, a poeta concede espaço à figura da menina Aninha, personagem que corporifica a infância, a fragilidade e a marginalidade: “– Menina inzoneira. [...] Chorona.[...]/ Amarela de rosto empalamado,/de pernas moles, caindo à toa” (Coralina, 2012, p. 127).

Nessa toada polifônica, Cora Coralina afasta-se do puramente biográfico e das confissões privadas para ficcionalizar e poetizar a vida de seu povo, de sua terra, daqueles que habitam as margens do centro social – os menosprezados. Sua escrita não narra apenas uma trajetória individual, mas constrói a história coletiva de um território. Conforme aponta Camargo (2002, p. 78):

A memória, nesse sentido, é de uma coletividade, porque não só traz de volta ao coração as plangências do eu lírico, mas também se confronta com o mundo, quando toma para si a palavra épica que se inscreve, à mercê do pulsar da poesia, na pedra fundadora da cidade.

Ao mergulhar na poética coraliniana, torna-se evidente que a autora resgata e reelabora a memória de um coletivo formado por corpos que povoam os becos da Cidade de Goiás. Esses corpos não ocupam posições de destaque social, mas vivem à margem, como se observa no verso emblemático do poema *Todas as vidas*: “Todas as vidas dentro de mim:/Na minha vida – a vida mera das obscuras.” (Coralina, 2012, p. 19).

Nesse verso, entrelaçam-se o *eu* biográfico e a coletividade que ocupa os becos da cidade, evidenciando o compromisso ético da poeta com as vozes silenciadas. Tal posicionamento se reafirma no poema *Becos de Goiás*, no qual Cora assume explicitamente a tarefa de narrar a memória dos marginalizados:

*Amo e canto com ternura
todo o errado da minha terra.*

*Becos da minha terra,
discriminados e humildes,
lembrando passadas eras...*

[...]

*Conto a estória dos becos, dos becos da minha terra,
suspeitos... mal-afamados
onde família de conceito não passava.*

“Lugar de gentinha” — diziam, virando a cara.

De gente do pote d’água.

De gente de pé no chão.

Becos de mulher perdida.

Becos de mulheres da vida.

*Renegadas, confinadas
na sombra triste do beco.*

(Coralina, 2012, p. 63–64).

Ao cantar “*todo o errado da minha terra*”, é nessa condição que, segundo Camargo (2002, p. 80), “o sujeito da enunciação poética escuta outras vozes”. A poesia de Cora Coralina, assim, constrói-se como espaço de escuta e de inscrição simbólica das vidas que compõem o tecido social goiano.

Pensar a poética coraliniana é, portanto, pensar o sertanejo goiano que habita os becos de Goiás, com seus causos, suas histórias e suas experiências. É junto dessas vidas que Cora conta também a sua própria história, entrelaçando a mulher idosa e a “menina inzoneira” Aninha, num gesto de rememoração que une o individual e o coletivo. Tal movimento se manifesta de forma exemplar no poema *Todas as vidas*, que apresentamos na íntegra:

TODAS AS VIDAS

*Vive dentro de mim
uma cabocla velha
de mau-olhado,
acocorada ao pé do borralho,
olhando pra o fogo.
Benze quebranto.
Bota feitiço...
Ogum. Orixá.
Macumba, terreiro.
Ogã, pai-de-santo...*

*Vive dentro de mim
a lavadeira do Rio Vermelho.
Seu cheiro gostoso
d'água e sabão.
Rodilha de pano.
Trouxa de roupa,
pedra de anil.
Sua coroa verde de são-caetano.*

*Vive dentro de mim
a mulher cozinheira.
Pimenta e cebola.
Quitute bem feito.
Panela de barro.
Taipa de lenha.
Cozinha antiga
toda pretinha.
Bem cacheada de picumã.
Pedra pontuda.
Cumbuco de coco.
Pisando alho-sal.*

*Vive dentro de mim
a mulher do povo.
Bem proletária.
Bem linguaruda,
desabusada, sem preconceitos,
de casca-grossa,
de chinelinha,
e filharada.*

*Vive dentro de mim
a mulher roceira.
— Enxerto da terra,
meio casmurra.
Trabalhadeira.
Madrugadeira.
Analfabeta.
De pé no chão.
Bem parideira.
Bem criadeira.
Seus doze filhos,
Seus vinte netos.*

*Vive dentro de mim
a mulher da vida.
Minha irmãzinha...
tão desprezada,
tão murmurada...
Fingindo alegre seu triste fado.*

*Todas as vidas dentro de mim:
Na minha vida —
a vida mera das obscuras.*

(Coralina, 2012, p. 18-19).

Essa multiplicidade de vozes confirma a poesia de Cora Coralina como espaço de memória coletiva e de formação humana, na medida em que dá visibilidade às vidas marginalizadas e transforma o território goiano em experiência estética, ética e sensível.

Cante os becos da minha terra

Ao dar voz às vidas que habitam os becos da Cidade de Goiás, Cora Coralina transforma a memória coletiva em experiência estética, fazendo da poesia um espaço de escuta, reconhecimento e partilha. Sua escrita ultrapassa o registro do vivido individual e se inscreve como prática literária comprometida com o outro, com o território e com as formas de vida que nele se constituem. Ao organizar poeticamente as vozes marginalizadas, a autora não apenas preserva a memória de uma coletividade, mas também cria condições para que o leitor se aproxime dessas existências, exercitando a sensibilidade e o reconhecimento da alteridade.

Nesse sentido, a poética coraliniana dialoga diretamente com a concepção de literatura como força humanizadora, conforme formulada por Antonio Candido. Ao permitir o contato com experiências humanas diversas e ao ampliar a percepção sobre a complexidade social e cultural do território goiano, a literatura de Cora Coralina atua como um espaço de formação do sujeito, favorecendo o exercício da reflexão, da empatia e da consciência crítica. Assim, sua obra reafirma a literatura como direito fundamental e como prática capaz de contribuir para a formação humana, especialmente quando enraizada em um território e em uma memória coletiva, criando sentidos capazes de humanizar aqueles que entram em contato com a sua poética.

Nesse horizonte, a homenagem prestada a Cora Coralina pela Feira Literária de Goiás (Flig), em outubro de 2024, adquire

um sentido que ultrapassa o caráter comemorativo. Ao eleger a poeta como figura central, a Flig reafirma a literatura goiana como espaço de formação humana, promovendo encontros entre escritores e leitores, trocas de saberes e o diálogo entre diferentes manifestações artísticas. Tal iniciativa evidencia a leitura como prática social e força humanizadora, capaz de fortalecer vínculos, produzir reconhecimento e manter viva a memória coletiva do território goiano, em consonância com a compreensão da literatura como direito fundamental e bem incompressível.

Ficamos por aqui

Dessa forma, ao articular literatura, território e memória, este trabalho buscou evidenciar como a produção literária no contexto goiano, especialmente a poesia de Cora Coralina, atua como força de formação humana. À luz das reflexões de Antonio Candido, compreende-se que a literatura, ao organizar simbolicamente a experiência e dar visibilidade às vidas historicamente marginalizadas, promove o exercício da sensibilidade, da reflexão e do reconhecimento do outro. A poética de Cora Coralina, enraizada nos becos da Cidade de Goiás, materializa essa função humanizadora ao transformar a memória coletiva em experiência estética compartilhável. Nesse sentido, iniciativas contemporâneas como a Feira Literária de Goiás (Flig), ao homenagear Cora Coralina em 2024, reafirmam o papel da literatura como direito fundamental e prática social capaz de fortalecer vínculos humanos, preservar a memória cultural e contribuir para a formação de sujeitos críticos e sensíveis no território goiano.

Referências

CAMARGO, Goiandira de F. Ortiz de. *Poesia e Memória em Cora Coralina*. Goiânia: *Signótica*, 14: 75-85, jan./dez. 2002.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: CANDIDO, Antonio. *Vários escritos*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011, p. 171-193.

CORALINA, Cora. *Poemas dos Becos de Goiás e estórias mais*. São Paulo: Global Editora, 2012.

CORA Coralina: biografia. *Grupo Editorial Global*, São Paulo, [2026]. Disponível em: <https://grupoeditorialglobal.com.br/autores/lista-de-autores/biografia/?id=2077>. Acesso em: 8 jun. 2026.

CORA Coralina: biografia, poemas e estilo literário. *Clube do Português*, [s. l.], 22 jul. 2024. Disponível em: <https://www.clubedoportugues.com.br/cora-coralina/>. Acesso em: 8 jun. 2026.

STAIGER, Emil. *Conceitos fundamentais da poética*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1969.



CAPÍTULO 7

Leitura literária para a formação humana: entre nascentes e sabores

Iraci Balbina Gonçalves Silva¹⁴

-
- 14** Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás). Técnica em Assuntos Educacionais do Instituto Federal Goiano (IF Goiano), onde atua na Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação como coordenadora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação. Desenvolve atividades nas áreas de gestão educacional, formação de professores, políticas educacionais, didática, planejamento e aprendizagem.

Você vai encher os vazios
com as suas peraltagens,
e algumas pessoas vão te amar por seus despropósitos!

(BARROS, 2012).

Sobre nascentes e inquietações

Durante o planejamento da I Feira Literária de Goiás (Flig), que ocorreu em Goiânia, no Centro Martin Cererê, do dia 1 a 3 de outubro de 2024, houve muita conversa sobre os objetivos do evento, sua importância, temas a serem explorados, mesas, pesquisadores, escritores, apresentações, atividades e projetos que comporiam a programação. Daí, surgiu a ideia de refletir sobre a leitura literária para a formação humana, tema de uma das diversas rodas de conversas ocorridas.

Refletir sobre como a leitura pode contribuir para a formação humana implica em adentrar numa viagem voltada pelos caminhos percorridos rumo à compreensão de como a literatura nos ajudou a ser o que somos. Esse exercício intrapessoal me fez recordar tempos remotos, em que esperava ansiosamente as férias para poder ler. Nesse período, eram constantes os empréstimos de livros concedidos a mim pela Biblioteca Municipal Pirineus, em Silvânia (GO).

Leitura fluída, feito águas de nascentes que se encontram para formação de um rio; fios d'água que se misturam, se completam e matam a sede. Leituras sem cobranças de resumos ou questionários. Ler porque é bom, porque é necessário, porque inquieta, porque em mim se instalou o querer e o prazer de descobrir outros mundos, outras histórias, outros pensamentos a partir da leitura.

Nessa dinâmica, as obras de Érico Veríssimo foram conhecidas e alguns pensamentos desse gaúcho até hoje me ajudam a viver. Um deles encontra-se no livro *Olhai os Lírios do Campos*: “Precisamos dar um sentido humano às nossas construções” (Veríssimo, 2005, p. 108). Uma afirmação que em mim suscitou várias indagações foi: o que significa dar um sentido humano às construções? O que nos faz humanos? Por que quando alguém age de forma bruta chamamos de desumano? Dessas interrogações surgiu a grande questão que norteia grande parte deste texto: como é que nos tornamos humanos?

A essência humana não é biológica - breves apontamentos teóricos

Dentre as várias teorias que podem ajudar a responder à questão, destacam-se os fundamentos de Vygotsky, cuja teoria, de teor histórico-cultural, revela o homem como um ser social. Significa que a essência do ser humano não é algo concedido ao indivíduo quando nasce, ou seja, não é uma característica biológica, mas algo influenciado pelo contexto social e cultural. Sobre a questão, Rego (1995, p. 48) acrescenta: “[...] diferente do homem, o animal não transmite a sua experiência e não assimila a experiência alheia, nem tampouco é capaz de transmitir (ou aprender) a experiência das gerações anteriores”.

A essência do ser humano, portanto, é constituída com base nas relações do homem com a natureza e com outros homens. Aprende-se a ser humano, com os outros humanos. É nas relações socioculturais que a pessoa vai se constituindo, por meio da apropriação das capacidades, das condutas e de procedimentos humanos que foram historicamente elaborados. Assim,

Na medida em que cada ser humano é construído socialmente, na relação com a realidade e com os outros homens, ele se apropria também da história da humanidade, isto é, o homem não é construído apenas pelo meio social imediato, mas por todas as mediações nele contidas, pela história da humanidade e pela cultura que ela carrega (Rosa; Andriani, 2002, p. 273).

Consequentemente, compreendemos que os processos psicológicos são processos históricos, os quais são desenvolvidos nas relações sociais. Esse pressuposto não pode ser desconsiderado, uma vez que o desenvolvimento da essência do ser humano está estreitamente relacionado aos desenvolvimentos de tais funções. Em outras palavras:

As funções psicológicas especificamente humanas se originam nas relações do indivíduo e seu contexto cultural e social. Isto é, o desenvolvimento mental humano não é dado a priori, não é imutável e universal, não é passivo, nem tampouco independente do desenvolvimento histórico e das formas sociais da vida humana (Rego, 1995, p. 41-42).

O caminho estabelecido para o seu desenvolvimento segue do social para o individual, embora a apropriação da cultura não ocorra de forma passiva pelo sujeito. Rego (1995, p. 55), esclarece que a cultura “[...] não é pensada por Vygotsky como algo pronto, um sistema estático ao qual o indivíduo se submete, mas como uma espécie de *palco de negociações* [...]”

Vale ressaltar também que “[...] o desenvolvimento das funções psíquicas humanas (a produção das ideias, das representações, do pensamento, enfim da consciência) está intimamente relacionado à atividade material e ao intercâmbio entre os homens.” (Rego, 1995, p. 55). Não parte do nada. As condições materiais possibilitam uma série de desenvolvimento, por exemplo, as crianças que têm contato com livros e computadores na tenra idade, começam

a interagir com eles mesmo antes de falar, e há a possibilidade de que leiam mais cedo e utilizem o computador bem antes das crianças que não têm esse acesso em casa ou na escola.

Assim, reconhecemos que a essência humana se constitui nas relações sociais estabelecidas, ou seja, ela só é possível de ser constituída nas relações sociais, que são ampliadas ou restritas, de acordo com as condições materializadas. Segundo Rosa e Andriani (2002, p. 264):

A base de toda a sociedade e de sua formação, de seus valores e ideias e, até mesmo, de suas transformações está, pois, nas condições materiais. A vida determina a consciência e as ideias surgem da realidade material, sempre em transformação, de modo que os conceitos dominantes apenas se universalizam por conta dos interesses da classe dominante, já que estão a serviço da manutenção do sistema.

É fundamental um posicionamento crítico em relação ao poder ideológico dominante que está presente nos conceitos e ideias amplamente divulgados e reforçados para a manutenção do poder das classes hegemônicas. Freire (1996) defende a necessidade de assumir que educar exige assumir que trabalhamos conscientemente para intervenção no mundo.

Para tanto, devemos almejar a superação da ingenuidade rumo à criticidade, baseada em princípios éticos e estéticos, em busca da construção cotidiana da coerência, ou seja, da *corporeificação das palavras pelo exemplo*.

Mesmo não sendo o foco deste capítulo, é imprescindível mencionar a necessidade de superação da ingenuidade em direção à criticidade relacionada, também da leitura literária para a formação humana, visto que não há neutralidade na literatura, como em toda e qualquer área do conhecimento.

Dito isto, vamos pensar um pouco sobre as condições materializadas relacionadas ao desenvolvimento da essência do ser humano.

As condições materializadas para o desenvolvimento da essência do ser humano e a literatura

A produção da vida material, de fato, amplia ou restringe o processo de desenvolvimento humano. Embora o acesso por si só não garanta o desenvolvimento e a aprendizagem, é necessário um exercício de apropriação e análise dos bens culturais (materiais ou imateriais) presentes no contexto social.

Historicamente, o acesso à arte e ao conhecimento tem sido restrito e elitista. Trata-se de um direito negado principalmente às classes populares. De fato, o acesso aos bens culturais não é concedido de forma democrática e com equidade a todos os sujeitos participantes do contexto sociocultural. Enquanto alguns, desde a tenra idade convivem num ambiente altamente letrado, envoltos por arte e ciência, outros se encontram em uma situação em que a luta para atendimento das necessidades básicas é o centro da atenção, esforço e suor.

Verdade que todo indivíduo nasce em um ambiente cultural. Somos seres sociais e, como Paulo Freire (1995) nos alertou, a leitura de mundo antecede a leitura da palavra. No entanto, a leitura da palavra é um direito e esse direito, quando garantido, amplia a leitura de mundo. Logo, o acesso aos bens culturais (materiais ou imateriais) é um direito inerente ao ser humano.

A desigualdade no acesso e apropriação do acervo cultural deve, pois, ser superada na efetivação de políticas públicas que visem o acesso e apropriação da arte, dentre as suas dimensões: a literatura. Segundo Duarte (2013, p. 66):

O valor, para a formação humana das grandes obras de arte e da literatura reside justamente no fato de que elas preservam e sintetizam a experiência histórica do gênero humano e por meio delas o indivíduo pode vivenciar essa experiência como se fosse a sua própria vida. Por meio de um

personagem literário o indivíduo entra em contato com a síntese de muitas personalidades.

Antônio Candido (2011) entende a literatura como uma necessidade humana cuja negligência pode causar danos ao desenvolvimento da personalidade – como se a sua ausência pudesse mutilar a personalidade – e à humanidade, visto que a literatura pode despertar e dar forma aos sentimentos e à visão de mundo. Cândido (2011, p.182) entende a humanização como

[...] o processo que confirma no homem aqueles traços que reputamos essenciais, como o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso da beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres, o cultivo do humor. A literatura desenvolve em nós a quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante.

Por meio da leitura literária é possível viver outras realidades, adentrar nos sentimentos e histórias dos personagens e despertar sentimentos diversos. Diferente dos filmes, a leitura literária nos permite “entrar na cabeça” dos personagens e entender como nosso o que outro vive e sente. Assim, ao fomentar a afetividade, cognição e regulação das emoções a partir do que se lê, é possível desenvolver o princípio da empatia, além do autoconhecimento, do respeito mútuo, da justiça, da ética e lealdade, da reciprocidade, da solidariedade, dentre outras.

O reconhecimento da leitura literária como elemento humanizador está presente até mesmo no poder judiciário brasileiro, uma vez que com base na Resolução nº 391/2021 do Conselho Nacional de Justiça, a pena pode ser reduzida também a partir de leituras de obras literárias.

A verdade é que não defendemos o poder mágico de leituras de obras literárias, mas sabemos que a leitura pode fomentar e/ou despertar princípios humanizadores que poderão auxiliar na construção de uma história diferente para quem deseja mudar.

Sigamos agora para a degustação de algumas obras, ou melhor, de trechos de obras que permitem visualizar o caráter humanizador da leitura literária. O prazer, a sensibilidade, o humor com certeza se farão presentes.

Saboreando a leitura literária voltada para formação humana

Abramovich (1989) afirma que não há quem não goste de ler. O que ocorre, na verdade, são experiências malsucedidas de leitura. Neste capítulo, optei por refletir um pouco sobre poemas, a partir de experiências bem-sucedidas, ou melhor, bem *saboreadas*, num exercício intrapessoal, com descobertas a partir do próprio processo de constituição de leitora e de apreciadora de poesias. Além da experiência do Clube do Livro do IF Goiano.

Comparo a seleção de poemas como o trabalho do garimpeiro, que busca exaustivamente as pedras preciosas em meio às terras e a outras pedras, e que quando as encontra o coração pula de alegria. Assim, procuramos dentre vários poemas, um que nos toque a alma, que nos faça rir ou chorar, que nos desperte alguma emoção e prenda o interesse.

Nessa jornada, o leitor tem o direito de gostar ou não de determinado poema. Porque o gosto literário se assemelha ao saborear de pratos. Um gosta de pamonha, outro prefere a Chica-doida,

outro o mungunzá¹⁵, mas precisamos da fome ou da vontade de comer. A comida, por vezes, é desejada pela recordação do sabor e pela memória afetiva que contém.

Assim, é preciso despertar a vontade, o desejo. Criar diversos pratos para que possam degustar. É necessário deixar que cada um possa ler, experimentar, saborear a obra como convém e descobrir o que lhe dá maior prazer ou aquilo que o sensibilize mais, como quem procura e descobre um tesouro.

Outro aspecto, além do “garimpar”, está na necessidade de entender que a leitura do poema exige um cuidado de entender a obra em si. Como se cada poema fosse um livro completo, diferentemente de outros textos que dão sequência à história. Não desse deve ler um poema como se lê um romance, com rapidez. Cada poema não está, necessariamente, ligado a outro poema.

Em cafeterias que servem cafés especiais é muito comum servirem água com gás para limpar o paladar, para que o cliente possa sentir o gosto real do café, sem interferência de saberes e gostos de outros alimentos ou bebidas que tenham ingerido anteriormente. O exercício é semelhante à leitura de um livro de poemas. É preciso ler com cuidado, com atenção, cada poema. É possível que goste de alguns poemas e de outros não. Nem tudo lhe apetece. Nem tudo entra no coração e te faz sorrir ou chorar. Isso faz parte do processo de tornar-se leitor.

São metáforas que ajudam a entender como se desenvolve o gosto pelo poema: o do garimpeiro (que busca dentre vários textos, o que mais lhe toca a alma, feito pedras preciosas) e o água com gás, que antecede a provação de café especial (que nos ajudam a entender que um poema cabe em si, sem a necessidade de continuidade ou relação com o poema anterior, diferente de outros gêneros literários).

15 São pratos feitos a partir do milho.

É possível que uns gostem, por exemplo, do poema *Antiguidades*, de Cora Coralina, e outros não. Nesse texto, ela conta que, quando criança, tinha a expectativa e esperança de comer o bolo que havia sido feito para as visitas. Na medida que Cora Coralina descreve com detalhes as suas percepções, o leitor vai vendo a esperança e o desejo da menina, na expectativa de saber se foi atendido ou não. Para saber o desenrolar da história, sugiro a leitura do poema. Eis o início do texto:

*Quando eu era menina
bem pequena,
em nossa casa,
certos dias da semana
se fazia um bolo,
assado na panela
com um testro de borralho em cima.*

*Era um bolo econômico,
como tudo, antigamente.
Pesado, grosso, pastoso.
(Por sinal que muito ruim.)
Eu era menina em crescimento.
Gulosa,
abria os olhos para aquele bolo
que me parecia tão bom
e tão gostoso.*

*A gente mandona lá de casa
cortava aquele bolo
com importância.
Com atenção. Seramente.
Eu presente.
Com vontade de comer o bolo todo.*

Era só olhos e boca e desejo
daquele bolo inteiro.
Minha irmão mais velha
governava. Regrava.
Me dava uma fatia,
tão fina, tão delgada...
E fatias iguais às outras manas.
E que ninguém pedisse mais!
E o bolo inteiro,
quase intangível,
se guardava bem guardado,
com cuidado,
num armário, alto, fechado,
impossível [...].
(Coralina, [2026]).

Vários são os poemas que permitem adentrar na história e despertam sentimentos diversos sobre as mais variadas questões. *Doses diárias*, de Mário Quintana, com certeza nos ajudam a viver. *Das utopias* e *Da felicidade* são poemas que nos tornam mais leves, mais felizes e reflexivos.

Um dos poemas que nos ajudam a mergulhar no processo de autoconhecimento e reconhecimento de luta de classes é *Operário em Construção*, de Vinicius de Moraes. Na leitura atenciosa e perspicaz é possível “enxergar” o momento em que nasce, no operário, a consciência de classe:

[...] De forma que, certo dia
À mesa, ao cortar o pão
O operário foi tomado
De uma súbita emoção
Ao constatar assombrado
Que tudo naquela mesa
— Garrafa, prato, facão —
Era ele quem os fazia
Ele, um humilde operário

*Um operário em construção.
Olhou em torno: gamela
Banco, enxerga, caldeirão
Vidro, parede, janela
Casa, cidade, nação!
Tudo, tudo o que existia
Era ele quem o fazia
Ele, um humilde operário
Um operário que sabia
Exercer a profissão.*

*Ah, homens de pensamento
Não sabereis nunca o quanto
Aquele humilde operário
Soube naquele momento!
Naquela casa vazia
Que ele mesmo levantara
Um mundo novo nascia
De que sequer suspeitava.
O operário emocionado
Olhou sua própria mão
Sua rude mão de operário
De operário em construção
E olhando bem para ela
Teve um segundo a impressão
De que não havia no mundo
Coisa que fosse mais bela. [...]*

(Moraes, [2026]).

A literatura para formação humana passa necessariamente pelo despertar de sentimentos, podendo agir de forma diferenciada nos diversos sujeitos. Não há, portanto, a necessidade de padronização de gostos e preferências.

Essa liberdade foi constatada nas reflexões realizadas nas Reuniões do Clube do Livro do IF Goiano, cujas atividades iniciaram em 2023. A escolha dos livros tem ocorrido em votação pelos membros. Os livros são lidos e as reuniões ocorrem uma vez por mês, com duração de aproximadamente duas horas. Na ocasião, os membros partilham impressões, inquietações e opiniões

decorrentes da obra lida. Os depoimentos dos membros nos levam a afirmar que as partilhas têm sido tão ricas, com pontos de vistas diversos, reflexões *linkadas* a outras leituras e/ou experiências. Muitos depoimentos sinalizam o retorno do hábito da leitura e escrita, como também um espaço para formação de opiniões e que tem contribuído para saúde mental dos membros. Quantas vezes ouvimos “este livro mexeu muito comigo, comecei a me analisar e pensar diferente”.

Dentre os livros que mais tocaram o clube do livro está *A vida na porta da geladeira*, de autoria de Alice Kuipers (2008). Numa linguagem simples atual, a autora conseguiu emocionar os membros e as partilhas foram incríveis. É muito bom ler, mas partilhar é muito enriquecedor, é prazeroso, desperta em nós o sentimento de pertença e importância.

A dinâmica do clube do livro é simples, mas muito eficaz. Não há a cobrança de todos gostarem da obra e é muito comum críticas quanto ao enredo ou a forma. É comum que a obra faça repensar posicionamentos, quebrar paradigmas, inquietar e até mesmo exigir a reconstrução de ideias já formadas.

A proposta aqui não é de estratégias didáticas para o trabalho com a literatura literária, contudo, partilhar sobre as experiências vividas é importante e aponta possibilidades rumo à superação do desafio de formar leitores em um país em que é cada vez mais raro o hábito da leitura.

É preciso formar leitores. É fundamental. Freire (1996) defende que a construção da coerência é processual, gradual, diária e necessária ao educador. Ele a coloca como uma das exigências para ensinar. O direito à literária implica a formação e manutenção de um professor leitor, crítico e ávido por livros. São diversos os caminhos e o Clube do Livro é um deles.

As pessoas têm fome de pão e rosas. Há de se buscar e lutar pelo acesso à arte, tanto para o professor quanto para os discentes. É preciso se emocionar, rir, chorar; é preciso buscar e fomentar

o que nos faz humanos. É um mundo lindo pela frente, repleto de Quintana, Drummond, Cora Coralina, Ruth Rocha, Rubem Alves e tantos outros que nos ajudam a resgatar a humanidade. Mello (2004, p.136) contribui para a reflexão:

Para a teoria histórico-cultural, a criança nasce com uma única potencialidade, a potencialidade para aprender potencialidades; com uma única capacidade, a capacidade ilimitada de aprender e, nesse processo, desenvolver sua inteligência – que se constitui mediante a linguagem escrita, o desenho, o cálculo – e sua personalidade – a autoestima, os valores morais e éticos, a afetividade

Que haja luta pelo direito ao acesso à arte. Que às crianças seja dado o direito de lambuzar-se com a literatura. Que todos – independentemente da idade ou de classes sociais – possam desfrutar de bons livros, quebrando paradigmas, desconstruindo conceitos, reconstruindo-se, conhecendo-se, formando-se e reformulando-se. Que saboreemos, degustemos, tomando a literatura como fruta madura, cujo sumo mata a fome, sacia o desejo, mas cria memórias afetivas que incitam a vontade de buscar mais e melhor.

Considerações finais

Em busca de uma síntese das reflexões suscitadas pela escrita do texto, tem-se aqui algumas ideias com obrigação de serem originais, mas que fazem parte do processo de apropriação dos estudos realizados e das experiências estéticas vivenciadas.

Para entender a importância da leitura literária para formação humana se faz necessária uma autoanálise. O exercício de investigar a própria história para perceber quando e como a leitura foi elemento

constitutivo da própria humanização. Quando foi que um texto nos fez pensar, duvidar, rir ou nos emocionou?

Retificamos que só é possível ofertar o que se tem e o que se sabe. É impossível formar o leitor sem ser leitor, sem ter o prazer de ler. Não se sensibiliza quem não é sensível ou quem não foi sensibilizado. A leitura de um bom texto nos inunda a alma. Nos torna parte de uma história que inicialmente não era nossa, mas que passa a fazer parte do que somos, pensamos e agimos... fios d'água que se misturam, se completam e matam a sede...

Nesse processo, cada um vai verificando e conhecendo o próprio *paladar*. O que gosta e que não apetece, sem culpa, sem auto menosprezar. Cada qual escolhendo ou criando uma dinâmica que melhor lhe convém: escrever fragmentos, registros escritos de conversas com o texto, produzir outro texto a partir das impressões e reflexões. As possibilidades são inúmeras, variadas, e fazem parte da trajetória de tornar-se leitor, interagindo com o texto à sua própria maneira.

Um pressuposto fundamental é o reconhecimento de que o homem não nasce pronto. Ele vai constituindo a sua essência na relação com a natureza e com os outros homens, a partir das condições materiais, dentre eles o acesso às obras literárias. Assim, a luta por políticas públicas para acesso aos bens materiais e imateriais é legítima, necessária e urgente.

A leitura literária é sim elemento de formação da essência humana. Por meio dela, as pessoas podem repensar a própria história, avaliar o seu jeito de ser e de estar no mundo, superar os mitos e falácias, desenvolver a empatia, respeito, solidariedade, criticidade, consciência de classe, sensibilização, dentre outros.

Este direito precisa ser dito, reforçado, defendido de forma sistemática e efetivado por meio de políticas públicas, como a existência e funcionamento de boas bibliotecas públicas.

Lutar pelo acesso à arte, pelo direito à literatura é lutar pela essência do ser humano, sendo, portanto, uma obrigação de todos que

lutam pela construção de um país melhor, como disse Paulo Freire (1995, s/n), “menos feio, porque o Brasil não feito para ser feio”.

Por fim, reconhecemos que a exclusão e a negligência não ocorrem por acaso. O acesso ao conhecimento, à arte e à ciência está relacionado à luta pelo poder, pela manutenção das classes hegemônicas. A história tem mostrado que o direito de ler e escrever foi uma conquista alcançada a duras penas. Um direito negado a muitos e a muitas. Infelizmente, ainda existem lugares no mundo em que as meninas são proibidas de estudar, condicionadas pela situação sociocultural e econômica ou por meio legal, como é o caso do Afeganistão.

Que encontremos espaços para formação de pessoas mais humanas e que elas lutem pela construção de um mundo melhor. Que a leitura literária esteja presente nos lares, escolas, hospitais, bibliotecas e em outras formas de ofertas. Que tenhamos Feiras literárias, clubes dos livros, rodas de conversas. Que sempre haja alguém, em algum lugar, a saborear um poema, um romance, uma boa música... que a literatura possa nos ajudar a dar um *sentido humano às nossas construções* e que cada leitura, sejam como as nascentes e ainda nos traga inquietações.

Referências

ABRAMOVICH, Fanny. *Literatura infantil*: gostosuras e bobices. São Paulo: Sci- pione, 1989.

BARROS, Manoel de. O menino que carregava água na peneira. *Rastros Urbanos*, [s. l.], 14 jan. 2012. Disponível em: <http://rastrosurbanosufc.blogspot.com/2012/01/o-menino-que-carregava-agua-na-peneira.html>. Acesso em: 8 jun. 2026.

BRASIL, Conselho Nacional de Justiça. *Resolução Nº 391 de 10/05/2021*. Estabelece procedimentos e diretrizes a serem observados pelo Poder Judiciário para o reconhecimento do direito à remição de pena por meio de práticas sociais educativas em unidades de privação de liberdade. Brasília,

DF: CNJ, 2021. Disponível: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3918> - Acesso: 12/01/2026.

CANDIDO, A. O direito à literatura. In: CANDIDO, A. *Vários escritos*. São Paulo/Rio de Janeiro: Duas Cidades/Ouro Sobre Azul, 2011. p. 169-193.

CORALINA, Cora. Antiguidades. *Escritas.org*, [s. l.], [2026]. Disponível em: <https://www.escritas.org/pt/t/5491/antiguidades>. Acesso em: 9 jun. 2026.

DUARTE, Newton. A Pedagogia Histórico-Crítica e a Formação da Individualidade Para Si. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 5, n. 2, p. 59-72, dez./2013.

FREINET, C. *Pedagogia do bom senso*; tradução J. Baptista. 7ed.—São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MELO, Suely A. A escola de Vygotsky. In: CARRARA, Kester (org.). *Introdução à psicologia da educação: seis abordagens*. São Paulo: Avercamp, 2004.

MORAES, Vinicius de. O operário em construção. *Portal Oficial de Vinicius de Moraes*, [S. l.], [2026]. Disponível em: <https://www.vini-ciusdemoraes.com.br/br/poesia/texto/224/o-operario-em-construcao>. Acesso em: 9 jun. 2026.

KUIPERS, Alice. *A vida na porta da geladeira*. Tradução de Rachel Agavino. Rio de Janeiro: Record, 2008.

REGO, Teresa Cristina. *Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação*. 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

ROSA, Elisa z., ANDRIANI, Ana G. P. Psicologia sócio-histórica: uma tentativa de sistematização epistemológica e metodológica. In.: KAHHALE, Edna E. P. (org.). *A diversidade da psicologia: uma construção teórica*. São Paulo: Cortez, 2002.

VERISSIMO, Erico. *Olhai os lírios do campo*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2005.



CAPÍTULO 8

“Começamos queimando livros e acabamos queimando pessoas”¹⁶:

políticas de silenciamento e censura da literatura brasileira

Cloves da Silva Junior¹⁷

José Humberto Rodrigues dos Anjos¹⁸

-
- ¹⁶ Esse título faz referência a uma frase do poeta alemão Heinrich Heine, contida em seu livro *Almansi*: “*onde se queimam livros, acaba-se queimando pessoas*”.
- ¹⁷ Doutor em Letras e Linguística – Área de concentração: Estudos Literários, pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Professor de Língua Portuguesa e Literaturas no Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), Câmpus Itumbiara, e na Secretaria de Estado de Educação de Goiás (Seduc/GO). E-mail: cloves.junior@ifg.edu.br.
- ¹⁸ Doutor em Educação pela Universidade de Uberaba (UNIUBE). Professor do Magistério Superior no curso de Pedagogia da Universidade Federal de Goiás (UFG), Câmpus Goiás. Docente colaborador do Programa de Pós-Graduação em Língua, Literatura e Interculturalidade (POSLLI) da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Câmpus Cora Coralina. E-mail: josehumberto2@ufg.br.

Introdução

Ao longo da história ocidental, distintos mecanismos de controle do acesso ao conhecimento e aos livros foram colocados em prática de acordo com os interesses dos grupos que ocupavam e ocupam os espaços de poder. No Brasil, especialmente no século XX, é possível localizar a censura aos livros durante o Estado Novo de Getúlio Vargas, quando os livros supostamente comunistas foram queimados, dentre eles os livros de Jorge Amado.

Além desse contexto, também é possível citar a ditadura militar que se instalou em nosso país por 21 anos, de 1964 a 1985, e o Ato Institucional nº 5, de 1968, que é conhecido como o decreto mais duro do regime e que promoveu uma verdadeira caça à imprensa, às artes e aos livros, dentre outras medidas.

Considerando os exemplos brasileiros e aqueles provenientes de outros países e épocas, é possível observar um padrão: a perseguição aos livros, geralmente, acontece em regimes absolutistas, totalitários e autoritários, momento em que circula na sociedade uma gama variada de discursos condenatórios. Potencialmente perigosos, os livros são perseguidos de acordo com orientações ideológicas excludentes, baseadas em discursos de atentado à moral e aos bons costumes, os quais tendem a homogeneizar a percepção das visões de mundo e coibir representações da pluralidade que integram o mundo em que vivemos.

De acordo com Paula Igreja (2022, p. 11), “os regimes autoritários mantêm como postura a adoção do cerceamento de ideias, cujo propósito é a legitimação de seu projeto político e eliminação de movimentos de resistência através da imposição de um único discurso”. É por esse motivo que a pesquisadora, em sua dissertação de mestrado, caracteriza o livro como a maldição das ditaduras, por estabelecer “uma ameaça aos regimes ditatoriais” e oferecer possibilidades que contrariam a postura tácita que se espera dos indivíduos.

Ao acessar obras literárias, é possível entrar em contato com diferentes visões de mundo, com existências parecidas ou distintas daquelas conhecidas pelo leitor, com estratégias narrativas e poéticas que desnudam a língua e as linguagens, as quais visibilizam estratégias discursivas que são utilizadas em nosso cotidiano e que têm potencial para alargar nossas percepções de mundo. Logo, essa perspectiva não coaduna com um projeto político que pretende fossilizar ideias conservadoras e excludentes nas estruturas cognitivas das pessoas.

Infelizmente, mesmo em governos democráticos, pode-se perceber a presença dos discursos que pretendem silenciar a literatura. Durante o governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro, de 2019 a 2022, vimos a ascensão de ideologias ditatoriais que estiveram presentes no Palácio do Planalto e que se disseminaram também pelos governos estaduais que continham propostas alinhadas ideologicamente à presidência. Durante esse período, aprendemos que a democracia precisa ser reafirmada diariamente e que é necessário levantar as trincheiras para defender continuamente a importância dos livros.

Daí a importância de se falar sobre esse assunto na I Feira Literária de Goiás (Flig), que se construiu como um espaço para a apreciação e fruição de literatura, do teatro, da música e de outras artes, além de se constituir como espaço político para a defesa do livro e da literatura, pois passado e presente se fundem continuamente e fazem ressurgir as mesmas práticas do século passado, camufladas de preocupação com os bons costumes.

Desse modo, para discutir as políticas cotidianas de silenciamento e censura da literatura brasileira, na primeira seção deste capítulo trataremos da cultura escrita e dos gestos violentos que a reprimem, evidenciando que, mesmo na atualidade, é possível identificar ecos de uma ditadura que, embora tenha sido extinta por ato legal, ainda persiste em práticas de violência, controle e perseguição de autores e suas obras.

Na segunda seção, trataremos das práticas de censura no contexto escolar a partir de episódios que aconteceram, de forma mais expressiva a partir de 2019, em diferentes estados do Brasil, com o intuito de proibir que estudantes de ensino médio tivessem acesso a determinadas obras literárias. Nesse contexto, abordaremos a importância de uma educação emancipadora que estimule o pensamento crítico, bem como a relevância da literatura para a formação dos indivíduos.

A cultura escrita e os gestos violentos que a reprimem: ecos de uma ditadura

Contra a nossa arte está a censura
abaixo a postura, viva a ditadura
Jardel com travesti, censor com bisturi
corta toda música que vocês não vão ouvir.

PLEBE RUDE, CENSURA (1987, s/n).

Formada nos anos 1980, a banda brasileira Plebe Rude venceu os efeitos da censura que proibia a expressão livre e a crítica social nas artes em geral. Opondo-se a esse sistema de opressão, a banda brasiliense compôs e cantou um repertório que refletia os anseios da época, como nota-se na epígrafe acima, e confrontou com ironia a ditadura militar, denunciando que “contra toda a nossa arte está a censura” (Plebe Rude, 1987). Assim como a música, a literatura e os livros também atuaram como mecanismos de resistência a esse sistema, desnudando-o.

Os estudos de Roger Chartier (1998) revelam que o livro sempre foi considerado um objeto perigoso por diversas instituições e estruturas de poder, o que acena para a inseparabilidade entre cultura escrita e censura. De modo análogo, Báez (2006), ao

reconstruir a história da destruição dos livros, argumenta que a cultura da destruição está ligada não apenas à tentativa de manutenção de poderes, mas ao ritual de renovar o presente por meio da destruição do passado.

Ao pensamento de ambos os autores, subjaz a ideia de que livros e escritores se tornam ameaças constantes às estruturas de poder e, por isso, para que elas permaneçam, eles precisam ser destruídos. Isso ocorre, dentre inúmeras outras razões, porque ao registrar/ficcionalizar o passado abre-se espaço para o questionamento do presente. Nessa mesma perspectiva teórica, Neil Gaiman (2020, p. 15) recorda que “a ficção é uma mentira que nos diz verdades repetidas vezes” e por isso é tão perseguida.

Chartier (1998), Báez (2006) e Gaiman (2020) coadunam com a ideia seminal de que o livro como objeto é perseguido não apenas por sua materialidade, mas por sua concepção estética, que representa um projeto ideológico de mundo, de homem e de elementos desobedientes às normas que, para os regimes despóticos e ditatoriais, são inquestionáveis.

Nesse território em que o livro como elemento estético de representação do mundo torna-se ameaça, gestos violentos que o reprimem vão ganhando forças através de ações concretas, como a de censurar e destruir. Por outro lado, um conjunto de ações simbólicas, mas igualmente violentas, são articuladas com intuito de demonizar e descredibilizar livros e autores, colocando-os sob suspeição de qualidade e acesso.

Atrelada às ações de censurar, destruir, demonizar e descredibilizar há uma miríade de outras iniciativas que têm como intuito instaurar políticas cotidianas de silenciamento da literatura. Ou seja, uma tentativa de cercear temas e autores que confrontam os regimes, ou que fraturam os pilares que os sustentam.

No Brasil, país em que o pêndulo das escolhas políticas oscila historicamente para regimes mais ou menos democráticos, a literatura esteve sob ameaça desde os tempos coloniais, como demonstra

o estudo de Viana, Muriel-Torrado e Prado (2024). No entanto, o marco dessa perseguição foi a Ditadura Militar (1964-1985), que, além de recolher livros, proibir e exilar autores, torturou-os e assassinou como registram as recém-descobertas da Comissão Nacional da Verdade.

Embora tenha como marco legal para seu término o ano de 1985, os ecos da Ditadura Militar no Brasil ressoam ainda hoje, demonstrando que esse período não foi superado e que deixou “cicatrices profundas, visíveis – marcas de um tempo que não admite ser esquecido” como registra Dalcastagnè (1996, p. 141).

Esses ecos, que não surgem com a ditadura, mas que ganham forças a partir dela e do Ato Institucional N° 5, marcam indelevelmente a cultura e o povo brasileiro, provando que quanto menos democrático é um regime político, mais censurada é sua literatura. Mais uma vez, o reforço da ideia de que o livro é perigoso, ancora-se no fato de que ele amplia a compreensão da realidade, e por conseguinte, possibilita o

[...] encontro e confronto de significados gerados em interação de cada qual com seu mundo. Na interação que mantém com o autor, via texto, o leitor, ao compreendê-lo, vai modificando, ajustando e ampliando as suas concepções, as quais exercem um impacto sobre a sua percepção. O mundo transforma-se aos olhos do sujeito quando este é transformado. A sua posição frente à realidade se altera e esta já não é mais vista como antes, porque a nova perspectiva assumida pelo sujeito ampliou sua compreensão da realidade (Ferreira; Dias, 2004, p. 440).

Para evitar o encontro e o confronto nessa relação dialógica estabelecida entre texto e leitor, as políticas de silenciamento da literatura brasileira instauram-se sob a égide de que as leituras são perigosas e os autores transgressores morais de um sistema que preza pela moral e pelos bons costumes. Por isso, tais políticas

defrontam-se sempre contra aquilo que opõe sua sustentação e garante sua perpetuação no poder, tais como a igreja, o nacionalismo, a família e outras categorias que se baseiam em hegemonias.

No Brasil, a crescente onda de intolerância e a chegada da extrema direita à Presidência da República, em 1º de janeiro de 2019, inaugurou uma nova fase nas políticas de silenciamento e na censura à literatura no Brasil. Justificada pelos argumentos que já mencionamos acima, as ações ganham mais destaque porque figuram em um panorama recente, em que a crença de retrocesso aos direitos humanos e de liberdade de expressão seriam quase que impossíveis.

Adorno (1995, p. 119), ao falar sobre a barbárie de Auschwitz, faz-nos entender que, embora aquele episódio da história tenha revelado toda a monstruosidade e violência, ele pode ocorrer novamente “a depender do estado de consciência e inconsciência das pessoas”. Isso nos permite inferir que nenhum direito está garantido de forma perpétua e, por isso, a salvaguarda dos bens jurídicos conquistados é uma necessidade constante. Para reafirmar essa ideia, o que estamos discutindo coloca-se em primeiro plano, pois o que vemos voltar ao Brasil são ecos de um tempo em que a democracia foi cerceada, e as manifestações livres de expressão, perseguidas e tuteladas como criminosas.

Viana, Muriel-Torrado e Prado (2024, p.3) afirmam que o governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), “por meio do fanatismo religioso e político e atuando de forma autoritária, instigou seus simpatizantes a agirem de forma que restringe a liberdade intelectual”, o que fomentou não apenas episódios de censura aos livros, como uma chusma de ataques virtuais aos autores.

Embora entre os anos de 2019 e 2022 a censura aos livros literários tenha sido mais enfática, um estudo de Reimão, Nery e Maués (2022) chama-nos a atenção para o fato de que entre 2015 e 2018 já havia um forte prenúncio desse levante contra a literatura em solo nacional. Para os autores, o caso de censura da obra de Luiz Puntel, *Meninos sem Pátria*, em uma escola do Rio de Janeiro

em 2018 (Molica, 2018), dava indícios do que mais tarde seria uma verdadeira cruzada contra os livros no Brasil.

Naquele mesmo ano, o *blog* Companhia das Letras, em matéria intitulada *Raízes da censura da Ditadura Militar* (2018), listou uma série de outros dez títulos que foram questionados no Brasil. Para a reportagem, a lista demonstra uma crescente nos atos de censura no país e nos faz “relembrar a mais longa época de censura institucionalizada já vivida na história do país, durante o regime militar que prevaleceu por 21 anos”.

Os ecos da censura dos anos 2015/2018 foram confirmados logo no início do governo de Jair Messias Bolsonaro, quando um vídeo, de 2016, da pastora e Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, voltou a circular com mais força nas redes sociais. No vídeo, com pouco mais de quinze minutos, a então deputada ataca livros literários distribuídos pelo Ministério da Educação (MEC) por conterem, segundo ela, “confusão espiritual” e colaborarem para a retirada da bíblia das escolas.

Ao analisarem o vídeo da pastora, Reimão, Nery e Maués (2022) conseguiram captar uma estratégia discursiva que desencadearia, após sua publicação massiva no início de 2019, uma série de ações e insuflaria os ouvintes a atuarem como censores aos livros de literatura trabalhados nas escolas brasileiras:

[...] é possível encontrar neste discurso dois tópicos recorrentes na retórica da extrema direita: 1) a oposição ‘nós e eles’, presente em frases como: ‘olha o que fizeram com nossas crianças’, ‘não confundam nossas crianças’, ‘o lugar do teu filho é na igreja’, e 2) o fortalecimento dos laços de pertencimento e proteção, como, por exemplo a afirmação: ‘e se tu tiver (sic) problema com a escola fale com o pastor... que a gente vai lá resolver na sua escola’ (Reimão; Nery; Maués, 2022, p. 10).

O vídeo de Damares seria apenas o início de uma escalada que culminaria em uma série de políticas de silenciamento da literatura brasileira e que começaria com a ocupação do MEC, por servidores ligados a igrejas, responsáveis por cumprir uma das propostas de campanha do presidente: rever o currículo escolar. Para esse propósito e envolvidos em muitos escândalos, quatro pessoas passaram pelo MEC, sendo que desses, dois eram teólogos de formação.

A influência das igrejas evangélicas no MEC e a tentativa de expurgar das escolas os livros de literatura que não coadunam com os princípios cristãos perdurou durante as ações de todos os ministros, mas ficou mais evidente com a prisão de Milton Ribeiro, terceiro a ocupar a pasta, por tráfico de influência e por priorizar liberação de verbas públicas do MEC para cidades em que tinha amigos pastores na gestão.

Esse conjunto de ações evidencia a instauração das políticas de silenciamento que tratamos neste capítulo. A trama envolvendo os ministros da educação e suas demissões demarca o lugar da religião nas decisões políticas, e assim como no discurso de Damares, clarifica uma estrutura de poder hegemonicamente cristã que não permite espaço ao contraditório, múltiplo e dissidente. A ocupação do MEC, por uma ala conservadora, foi crucial para esse processo desenvolvido com uma série de ações coordenadas e que, diferente do que muitos esperavam, não acabou com a saída de Bolsonaro, ao contrário, ecoa até o presente momento com ares de que a censura está mais viva do que nunca.

Esses ecos da ditadura tornam-se evidentes quando analisamos as perseguições pelas quais a literatura brasileira tem passado nos últimos anos e que se concretizam a partir de políticas cotidianas de silenciamento, tais ações como: a) a criminalização dos livros e oposição deles aos valores cristãos, morais e éticos; b) a propagação de trechos descontextualizados de obras literárias e c) o ataque coordenado aos autores em redes sociais e a abertura de canais para denúncias e pressão a professores.

Essa cadeia tripla de ações tem início com a criminalização dos livros e oposição deles aos valores cristãos, morais e éticos, repletando um primado muito próprio das censuras, sua ligação com as instituições religiosas. A partir dessa argumentação, o processo de silenciamento arrebanha grupos específicos de aliados para desacreditizar as obras e autores associando-os a hereges, promíscuos e imorais. Andretta e Silveira (2023) afirmam que esses grupos se autointitulam como cidadãos de bem, defensores da família, da moral, dos bons costumes, opositores ao comunismo, e que

[...] por meio da desinformação, fanatismo religioso e político, tem atuado de modo autoritário e instigado políticos, que querem ou quiseram aliar à sua imagem, a promover ações que inibam a liberdade intelectual e promovam a desinformação. As ações contra jornalistas, educadores, professores e bibliotecas foram de várias ordens (Andretta; Silveira, 2023, p. 13).

A tríade de valores (cristãos, morais e éticos) em que se apoia essa primeira ação vale-se da desinformação para sustentar-se, e por isso é muito comum que a produção de notícias falsas esteja a ela associada. A gênese dessa ação está centrada no fanatismo religioso que acaba se tornando a base utilizada para o sentido proibitório e de criminalização.

Essa ação de criminalização do texto literário pode ser observada nos ataques ao livro *Amoras*, de Emicida, publicado em 2018 pela Companhia das Letrinhas. Indicado por uma escola particular de Salvador, a obra foi duramente atacada nas redes sociais depois que a mãe de um dos alunos viralizou imagens em que a autora, nas páginas do próprio livro literário, apresentava uma série de escritos tomando como princípio o argumento religioso cristão e desqualificava o trabalho estético do autor que trazia no enredo nomes importantes da cultura africana e afro-brasileira, além de elementos religiosos dessas culturas.

Nesse caso, além das manifestações contundentes de racismo religioso, o argumento cristão hegemônico foi colocado como preponderante para a criminalização e, por conseguinte, a oposição a valores religiosos e morais. Na citação abaixo, foram transcritas as anotações realizadas pela mãe e publicizadas pelo portal de notícias do G1 Bahia (Melo, 2023):

Comentário 1 - Antes de começar esta leitura, leiam ou peçam para lerem o Salmo 115; 4-8.

Comentário 2 - Leiam também: 'Êxodo 20'. 'Levítico 19'. '1 - Coríntios 10: 14' Orixás 'Não são Deuses'! Eles são (Ídolos Africanos cujo sua personalização é assumida por entidades; consideradas pelo cristianismo 'anjos caídos'. Considerar ídolos como Deuses é praticar idolatria. A palavra de Deus diz: 'Não terás outros Deuses além de mim. Não farás para ti nenhum ídolo, nenhuma imagem de qualquer coisa no céu ou na terra ou no ar'. Êxodo 20.

Comentário 3 - 'Essa info. É fake!' Informação verídica sobre a raça humana está escrito no livro de gênesis do 1. ao cap. 9 e 10.

Estas ideologia, com origem africanas, com base em religiosos anticristã (É blasfema contra o Deus vivo) vulgo o criador.

Comentário 4 - Ao longo dos anos a história da humanidade e do Brasil vem sendo modificada a fim de esconder a verdade para que vivamos no engano... Não se limitem a uma única versão das histórias, mas vão em busca da

Comentário 5: Nome artístico de um rapper! Uma junção de mc + 'homicida'. Conheçam tb a bio do autor! Eu não recomendo livros religiosos em escolas já que a bíblia foi retirada de lá!

Outra ação muito comum para censurar os livros literários e atacar a obra/autoria está ligada à propagação de trechos descontextualizados e que não refletem o trabalho estético idealizado pelo autor. Tais excertos fraturam com lógicas dominantes e

hegemônicas calcadas, mais uma vez, em princípios religiosos, ou políticos, e são destituídos de seu valor literário e contextual.

O avesso da pele, de Jeferson Tenório (2020), publicado pela editora Companhia das Letras em 2020, pode exemplificar essa ação. Essa obra foi laureada, em 2021, com o Prêmio Jabuti, tradicional e importante premiação para o cenário literário brasileiro, o que reafirmou a qualidade da elaboração ficcional do autor.

O livro conta a história de Pedro, um rapaz de 22 anos que está em processo de luto por seu pai, Henrique, um professor de língua portuguesa de uma escola pública da periferia de Porto Alegre. Em primeira pessoa, Pedro narra como Henrique foi vítima da violência policial e assassinado por ser um homem negro.

Embora seja premiado e reconhecido esteticamente como obra relevante para a literatura brasileira, o livro foi censurado em escolas de Ensino Médio após a divulgação de excertos descontextualizados que enfatizavam episódios cotidianos de racismo, hipersexualização e estigmatização:

Que os negros são ruins como nadadores, já viu algum negro ganhar medalha olímpica na natação? Agora, olhem lá nas corridas. Vocês ganham tudo. **É porque desde cedo aprendem a correr dos leões na África**, não vê como aqueles quenianos sempre ganham a São Silvestre? Enquanto isso, a Juliana, por sua vez, era bombardeada pelas primas e amigas que nunca tiveram um namorado negro: e então, como ele é? **Tem pegada mesmo, como dizem dos negros? E o pau dele? É grande? É verdade que eles são insaciáveis?** Qual o cheiro dele? [...] Pois a diferença de cor que antes era algo bonito, delicado e político, agora passou a excitá-los. Um conjunto de discursos raciais foi rapidamente transformado em erotismo. **Vem, minha branquinha. Vem, meu negão. Chupa a tua branquinha. Chupa o teu nego.** Adoro a tua pele branquinha. Adoro a tua pele, meu nego. **Adoro tua boceta branca. Adoro teu pau preto. E de repente vocês gozavam.** E dali para a frente será sempre assim que irão gozar (Tenório, 2020, p. 29, 30, 31, grifos nossos).

Os trechos descontextualizados que foram divulgados ignoram o contexto relacional e estético da obra e exaurem os significados que eles possuem. Ligados, em boa parte, ao campo da sexualidade de Henrique, os excertos incomodam porque expõem um tema considerado tabu não apenas para o pensamento cristão, como também para o ambiente familiar: o sexo.

Nesse caso, a censura ocorre porque ao colidir com religião e família, o tema expõe um hiato de séculos colocado no campo do proibido, por isso não deve ser desvelado ou discutido. Ao aparecer nas páginas de um livro, esse tema fratura com uma lógica de silenciamento e apresenta-se aos leitores como possibilidade de compreensão da realidade e questionamento daquilo que descreve e denuncia.

Isso culmina com as duas ações anteriormente discutidas: o ataque coordenado aos autores em redes sociais e a abertura de canais para denúncias e pressão aos professores. Nesse caso, usando tanto a criminalização dos livros e oposição deles aos valores cristãos, morais e éticos, quanto a propagação de trechos descontextualizados de obras literárias, as pessoas que encampam os ataques valem-se da violência simbólica para depreciar obra e autoria, bem como para reunir mais aliados no fortalecimento do discurso de ódio.

Protegidos por uma falsa ideia de anonimato dada pela internet, os ataques que ocorrem, sobretudo nas redes sociais, em perfis específicos da extrema-direita, alastram-se para outras páginas e viralizam rápido, multiplicando o número de ofensas e amplificando a violência. Sobre essa relação, Barreto (2023), ao analisar o ódio contra negros nas redes sociais, destaca que os *haters* ou odiadores multiplicam-se porque acabam se fortalecendo e encorajando-se ao perceberem que são muitos.

A sensação de que não estão sozinhos fortalece não apenas os agressores, mas os argumentos levantados. Por isso, iniciativas para a cooptação de apoiadores são recorrentes e se manifestam de diversas formas, sendo que uma das mais incidentes e violentas foi a

criação de um *site* financiado por um parlamentar goiano para abrigar denúncias contra professores.

Com um número expressivo de acessos e apoiadores, o *site incentivou* que os professores fossem vigiados e que estudantes gravassem aulas que considerassem de conteúdo doutrinário. Motivando pais e estudantes a assumirem a postura de censores, o *site* não só recebia como divulgava as denúncias e os nomes das escolas e cidades onde os pretensos casos ocorriam:

Ele estimula alunos a desafiarem os professores, nos chama de burros, despreza nossos estudos, ele empodera alunos a serem violentos com professores. Na realidade, nós hoje somos reféns', contou ao Congresso em Foco uma das professoras em Goiás que perderam o emprego graças à perseguição atribuída ao parlamentar. 'Temos sofrido perseguições todos os dias nas faculdades privadas', acrescentou. Temendo novos ataques, ela preferiu não se identificar. No seu caso, a perseguição começou ao abordar o tema do racismo na aula de ciência política. O tópico era parte da grade curricular da matéria, que lecionava há quatro anos. Abraçando o discurso de que havia uma suposta doutrinação, um dos alunos começou a escrever ameaças contra ela e outra professora da mesma faculdade. 'Ele ficava nos grupos de Whatsapp dos alunos dizendo o que faria conosco. Ia de tiro no rosto até surra. Criou o hábito de perseguir minha colega, frequentava os mesmos espaços que ela, xingava ela e o marido', relatou (Congresso em Foco, 2023).

Para o *Congresso em Foco* (2023) "a política de exposição a professores que abordam direta ou indiretamente assuntos relacionados a temas que divergem de interesses de grupos conservadores" causou uma série de transtornos culminando com a demissão de professores, o fomento a violência contra eles e uma ambiência de insegurança jurídica e de cátedra.

Todas essas ações discutidas demonstram que a cultura escrita e os gestos violentos que a reprimem são ecos de uma ditadura que,

embora tenha um marco legal para seu fim, ainda é presente por meio de ações e apoiadores que, mesmo no terreno da democracia, permanecem com práticas para enfraquecer e violar direitos sociais basilares para a existência.

Em nome da moral e dos bons costumes: práticas de censura em contexto escolar

Não te ensinam a pensar dão-te tudo pensado
Tu só tens que fixar de cor e salteado
E cresces obediente fazendo o conveniente [...]
Aprendes que liberdade só existe no dicionário
És livre até onde vai o teu poder monetário
Aprendes a reclamar menos e obedecer mais

AZAGAIA, O CICLO DA CENSURA (2007, s/n).

A música¹⁹ do cantor moçambicano Azagaia, cujo trecho é apresentado na citação acima, retrata a vida de um pai de família que, no trabalho, é treinado para obedecer. Paralisado pelo medo, permanece calado mesmo nas situações em que é humilhado e, após o trabalho, “chegas à casa e trazes a mesma ditadura/Não se fala em assuntos que sejam alvos de censura” (Azagaia, 2007), ou seja, o pai reproduz para o filho uma educação baseada em ordens incontestáveis.

Esse mesmo contexto, visto no trabalho do pai e em casa, também é percebido na escola: o filho aprende a temer o professor, finge que aprende e não é ensinado a pensar; basta decorar e crescer obediente. Ao tornar-se estudante universitário, o filho

19 “O ciclo da censura” integra o álbum *Babalaze*, lançado em 2007, o qual apresenta músicas que criticam o governo moçambicano da época.

continua a enfrentar dificuldades, considerando que seus professores dizem que ele precisa investigar as coisas por conta própria.

Como ele não aprendeu a pensar, conclui o curso em dez anos (e não em cinco) e, logo após se formar, consegue um emprego no Estado, onde ele reproduz a cadeia de censura que aprendeu: “Abafas casos, escondes informação à imprensa/ Dizes que tá tudo controlado, quando a situação tá tensa/ E quando chega a promoção o ciclo continua e vai/ Tratas os teus subordinados como tratavam o teu pai” (Azagaia, 2007).

Essa canção desnuda uma cadeia de discursos, indivíduos e instituições que colaboram para a manutenção do medo, do autoritarismo, da ausência de liberdade de expressão e de pensamento crítico. Também chama a atenção para um aspecto fundamental relativo à censura: o seu caráter cíclico. Assim como vimos na introdução deste capítulo, seja no Estado Novo de Vargas, seja na ditadura militar de 1964, ou ainda nos governos “democráticos” que demonstram apreço pelo autoritarismo, a censura sempre acha os meios de ressurgir, de se reinventar e de se camuflar em meio aos sistemas de governo, mesmo naqueles em que a decisão do povo deveria ser soberana.

Além disso, a música de Azagaia aponta para uma questão fundamental que discutiremos nesta seção: o papel da escola e da educação, sobretudo da educação literária, no enfrentamento à instituição de discursos autoritaristas e de censura. Em *Educação após Auschwitz*, Theodor Adorno (1995) promove algumas reflexões sobre aquilo que a educação pode fazer para que os horrores dos campos de concentração não se repitam. Para ele, apenas uma formação emancipatória – que estimule a racionalidade, o esclarecimento e, portanto, uma visão crítica sobre o mundo – seria possível para impedir o retorno da barbárie vivenciada na Segunda Guerra Mundial.

Paulo Freire (2019, p. 82), em sua *Pedagogia do Oprimido*, apresenta e discute a concepção bancária de educação, a qual é vista como um “ato de depositar, de transferir, de transmitir valores e

conhecimentos”, que é justamente o modelo de educação observada na epígrafe: dar tudo pensado, incitar o ato de decorar, ser submisso e aceitar tacitamente tudo o que é exposto. Nesse sentido,

Quanto mais se exercitem os educandos no arquivamento dos depósitos que lhes são feitos, tanto menos desenvolverão a consciência crítica de que resultaria sua inserção no mundo, como transformadores dele. Como sujeitos. Quanto mais se lhes imponha passividade, tanto mais ingenuamente, em lugar de transformar, tendem a adaptar-se ao mundo, à realidade parcializada nos depósitos recebidos (Freire, 2019, p. 83).

Ou seja, a capacidade transformadora da educação necessita do pensamento crítico, do estímulo à criatividade e à curiosidade, que são ferramentas essenciais para que os sujeitos possam intervir no mundo, promover inovações e proporcionar novas descobertas em todas as esferas da sociedade e em todas as áreas do conhecimento. Quando a educação não é libertadora, considerando a perspectiva de Freire, formam-se indivíduos capazes apenas de reproduzir fórmulas. Portanto, assim como foi visto na canção de Azagaia, ensine uma pessoa a partir da censura e de ideologias autoritárias e essa será a única forma como ela perceberá o mundo.

Freire (2019, p. 83) também alerta que, “na medida em que esta visão ‘bancária’ anula o poder criador dos educandos ou o minimiza, estimulando sua ingenuidade e não sua criticidade, satisfaz aos interesses dos opressores: para estes, o fundamental não é o desnudamento do mundo, a sua transformação”. Logo, vê-se que o estímulo à ingenuidade serve aos propósitos de grupos de pessoas que tendem a rejeitar o progresso da sociedade: o único interesse deles é o seu próprio crescimento pessoal, profissional e, principalmente, a expansão das suas relações de poder. É por isso que, para Adorno (1995, p. 121), o qual coaduna com o pensamento de

Freire, “a educação tem sentido unicamente como educação dirigida a uma auto-reflexão crítica”.

No contexto educacional, e também fora dele, o acesso à literatura tem potencial para alargar as percepções de mundo das pessoas, tanto pelos temas representados nas páginas dos livros, quanto pelos procedimentos formais e estéticos utilizados pelos escritores e escritoras para dar corpo à linguagem literária. Adentrar o livro literário é poder conhecer espaços diferentes – na cidade ou no campo –, conviver com personagens distintas e penetrar em seus pensamentos, visões de mundo, anseios, conquistas e derrotas, a partir de marcadores sociais como o gênero, a classe social, a etnia e a orientação sexual, por exemplo. Em suma, ler literatura, além de ampliar a competência leitora das pessoas, também pode visibilizar a pluralidade que é a existência humana, mas também observar as diversas mazelas sociais que atingem, de modo distinto, as diversas pessoas que (sobre)vivem ao redor do planeta.

Como disse Umberto Eco (1994, p. 89), “os mundos ficcionais são parasitas do mundo real”, isto é, a literatura constrói a ficção a partir da realidade empírica. Isso significa que o escritor ou escritora, ao ficcionalizar um determinado aspecto dessa realidade, possibilita ao leitor que analise de forma detida uma determinada situação. Então, percebe-se que a literatura oferece tudo aquilo que o discurso da censura rejeita: a possibilidade de pensar, de refletir, de exercitar a alteridade, de estimular a criticidade, de enxergar os mecanismos de manipulação do discurso, dentre outros. Afinal, o aperfeiçoamento da competência leitora não é interessante para os sistemas que agem a partir da manipulação das informações, da criação de notícias falsas e de promessas vazias. Para que essas estratégias funcionem, é útil que as pessoas façam apenas leituras superficiais dos textos orais e escritos que as cercam todos os dias.

Assim, considerando essas informações sobre a importância do desenvolvimento do pensamento crítico a partir da educação

e de como a literatura pode ser uma aliada na formação dos indivíduos – além de promover a fruição literária –, desde 2019, de forma mais expressiva, temos acompanhado diversos episódios de censura a obras literárias. O prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella, nesse mesmo ano, mandou recolher os exemplares do livro *Vingadores, a Cruzada das Crianças*, da Bienal do Rio (Marcelo [...], 2019). A ação do prefeito teve por motivação uma ilustração de dois personagens masculinos protagonizando um beijo e sob a justificativa de que o livro traria conteúdo sexual para menores.

Em 2023, o romance *Eu receberia as piores notícias dos seus lindos lábios*, de Marçal Aquino, foi retirado da lista de obras para o vestibular da Universidade de Rio Verde (UniRV) (Oliveira, 2023), no sudoeste goiano, após um deputado federal goiano criticar a obra.

Conforme mencionado na seção anterior, em 2024, o governo do Paraná (Coelho; Farias, 2014) ordenou o recolhimento dos exemplares de *O avesso da pele* das escolas estaduais. Essa obra havia sido distribuída em algumas instituições escolares, a partir de um processo de escolha realizado por professores de língua portuguesa das respectivas instituições no âmbito do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD Literário), cuja seleção estava destinada aos estudantes do Ensino Médio. No Paraná, a justificativa para a censura dessa obra, dada pela Secretaria de Educação Estadual, foi a de que o livro continha cenas e linguagem de teor sexual que seriam impróprias para menores de 18 anos.

Essa ação iniciada no Paraná desdobrou-se também no estado de Goiás (Bimbati, 2024), quase que imediatamente. A Secretaria de Estado de Educação goiana ordenou o recolhimento de exemplares dessa obra, sob o pretexto de averiguar se o livro seria adequado para colaborar para o desenvolvimento dos jovens, uma obra que já havia sido avaliada por especialistas em Literatura no PNLD Literário.

Ademais, também é digno de nota que o governo do Mato Grosso do Sul deu a mesma ordem de recolhimento. Houve uma discussão acalorada na Câmara dos Deputados sul-mato-grossenses – que, a propósito, também aconteceu na Câmara dos Deputados goianos – e dois deputados que assinaram o pedido de recolhimento do livro assumiram que sequer haviam lido a obra (Câmara; Benitez, 2024).

Diante dos episódios que pretendiam retirar de circulação essas obras literárias, é possível perceber um alinhamento ideológico e partidário nos discursos que produzem a censura, bem como a origem deles: as regiões sul, centro-oeste e sudeste. Observa-se, nesses contextos, uma preocupação exacerbada com a literatura acessada nas escolas e listas de vestibulares (ou na Bienal do Rio) sob a égide da moral e dos bons costumes da tradicional família brasileira, um discurso que tem sido repetido *ad infinitum* pela extrema-direita brasileira. De acordo com João Luís Ceccantini e Thiago Alves Valente (2024, p. 22),

[...] no âmbito da cultura e da arte, de forma crescente, tem havido, nos últimos anos – e sobretudo a partir do governo Bolsonaro –, censura ou tentativas de censura, em diversos estados brasileiros, criando fatos e factoides, ocupando as telas dos noticiários, prejudicando de várias formas artistas e produtores culturais, assim como leitores, espectadores, visitantes de museus, etc. Essas ações buscam ‘fazer barulho’ e, se possível, incendiar as famigeradas redes sociais, inflamando ânimos e sempre visando àquela quota de milhares (ou milhões) de *likes* de estridentes usuários da internet.

Isso evidencia que as ações praticadas para silenciar e censurar determinadas obras literárias não passam de estratégias para exaltar os ânimos de fanáticos nas diversas mídias digitais. A aparente preocupação com os livros acessados pelos estudantes funciona apenas como um engodo para alimentar as hordas de pessoas que possuem

as mesmas ideologias conservadoras, considerando que essas proibições de circulação desses livros são vistas como uma ação desses governantes para impedir a “subversão” dos valores tradicionais.

Na verdade, os adolescentes e jovens, de modo geral, são expostos a todos os tipos de conteúdos diariamente. Eles recebem formação escolar para distinguir textos literários e não literários, bem como suas idiossincrasias, tendo em vista que todo trabalho em sala de aula é conduzido por um profissional que tenha especialidade naquele conteúdo. Não é possível prender esses jovens em uma bolha e afastá-los de tudo aquilo que julgam incorreto para sua formação; ao contrário disso, é preciso colaborar para a construção de sua autonomia, liberdade e visão crítica de mundo.

Diferentemente desse viés, os governos alinhados à censura cultivam o medo, ao questionar quais leituras são direcionadas aos jovens, e julgam que a literatura precisa ser trabalhada a partir de uma perspectiva utilitarista, para ensinar a moral e os bons costumes que eles consideram adequados. No final das contas, quem é que promove a doutrinação? De um lado temos a abertura para a pluralidade, para a construção da autonomia, e de outro, a imposição do que deve ser lido e daquilo que não pode ser acessado.

As conotações sexuais apontadas por deputados, governadores e secretarias de educação também aparecem em músicas e outros textos do cotidiano, mas não há uma tentativa de impedir sua reprodução. Além disso, os discursos conservacionistas, ao reduzirem as obras a conotações sexuais, desprezam todo o contexto em que determinadas situações são representadas nas obras.

No caso de *O avesso da pele* (Tenório, 2020), como já mencionamos, a cena recortada para justificar o impedimento de acesso ao livro por estudantes abordava justamente a hipersexualização dos corpos negros. Ali, cada personagem é a materialização dos diversos discursos que promovem esse fenômeno que tende a atribuir um caráter sexual a esses corpos.

É curioso, inclusive, que nesse mesmo contexto brasileiro, durante mais de duas décadas, havia na televisão a personagem *Globeleza*, posto ocupado inicialmente pela passista Valéria Valenssa e depois por outras mulheres. Na Rede Globo – um canal aberto –, uma mulher negra e nua, com o corpo parcialmente pintado, aparecia nos lares brasileiros para sambar, porém, nesse caso, não houve uma medida promovida por deputados, governadores e secretarias de educação para impedir que crianças e adolescentes fossem expostos a esse conteúdo e para que isso não atrapalhasse a formação e o desenvolvimento deles.

Soma-se a isso as inúmeras campanhas publicitárias que promoveram e promovem a hipersexualização dos corpos negros, sobretudo das mulheres. Essas informações, aparentemente desconexas da discussão desenvolvida aqui, são, na verdade, uma das muitas formas de evidenciar que o problema não são as conotações sexuais, mas sim a literatura: ela é o grande inconveniente que desestabiliza o discurso conservador.

A escritora Ana Maria Machado (2020) propõe uma reflexão sobre o porquê desse medo da literatura, isto é, por que ela é vista como uma ameaça por esses indivíduos/grupos que tendem a avaliar, sem conhecimento técnico e teórico necessários, o que deve ser acessado pelos alunos:

Além do óbvio desejo de manter a população na ignorância para tentar se perpetuar no poder, por que esse pessoal tem tanto medo da literatura? Talvez, antes de mais nada, temam o que não conhecem nem conseguem entender, porque não tem um significado imediato e rasteiro. Procuram espelho e reflexo de si próprios, mas encontram janela e temas de reflexão, abertura para a diferença e a diversidade, expansão para o infinito. Querem palavras de ordem e encontram desordem de palavras – fecundas, ricas de sentidos, exigindo elaboração. Buscam slogans, esbarram em enigmas. Querem receitas, não desafios. Perigo. Pensar pode dar vertigem (Machado, 2020).

Nota-se, no discurso de Ana Maria Machado (2020), uma confluência dos pensamentos defendidos por Freire (2019) e por Adorno (1995): manter um povo na ignorância serve aos propósitos dos opressores, pois é mais fácil manipular um povo a partir do embrutecimento de suas inteligências. Diferentemente do que esperam esses grupos de poder, a linguagem literária é o “lugar da desconstrução, não fixa, mas faz girar os saberes. [...] lugar da diferença e das perspectivas múltiplas, porque ela não fala em linha reta, mas sinuosamente, em labirinto, em constante mutação – desordenando, desfazendo o feito e compondo novamente” (Gama-Khalil, 2010, p. 189).

Os censores contemporâneos, aliados de um regime ditatorial, pretendem julgar uma obra literária a partir de seus próprios preceitos morais, religiosos e/ou políticos e, com isso, desejam impor sua cosmovisão a tudo e a todos. Na Bienal do Rio, foi a imagem de um beijo entre dois homens que provocou a censura; no caso de Marçal Aquino, foi o discurso de um deputado nas redes sociais que promoveu a retirada de um livro da lista de obras do vestibular; e no caso de *O avesso da pele*, em lugares distintos, deputados e secretarias de educação recortaram uma página do livro, descontextualizam-na e classificam-na como inadequada para os estudantes do ensino médio.

Parece insano e absurdo que essas decisões tenham sido motivadas por discursos que não têm amparo técnico e teórico e, em alguns casos, por pessoas que sequer leram os livros antes de emitir opiniões sobre eles e antes de censurá-los. Isso provoca o seguinte questionamento: quem pode falar sobre a literatura?

Em primeiro lugar, a resposta mais óbvia é que todas as pessoas podem falar de/sobre literatura, no entanto, a leitura prévia é essencial para emitir juízos de valor. Em segundo lugar, é importante salientar que, para comentar aspectos teóricos/estruturais/formais de uma obra literária, são necessários conhecimentos especializados, tendo em vista que fazer crítica literária é uma tarefa

muito séria e não significa que qualquer um (que não tenha esse conhecimento teórico) possa fazê-la.

Se uma pessoa não tem esse conhecimento específico, como estaria apta a julgar a linguagem de um livro, a construção dos personagens, a utilização do espaço-tempo, o papel do foco narrativo? Se qualquer um puder fazer isso, por que existem cursos de Letras e de Estudos Literários, com alunos e alunas estudando teoria e crítica literárias na graduação e pós-graduação?

Portanto, é preciso enfatizar todo o percurso trilhado para que uma obra literária seja distribuída nas escolas públicas de nosso país. O PNLD Literário disponibiliza editais para que as editoras inscrevam obras literárias, as quais são avaliadas pedagogicamente e aprovadas por comissões técnicas específicas que são compostas por especialistas de diferentes áreas do conhecimento, inclusive aqueles com formação em Letras/Estudos Literários. Após esse processo, as possibilidades de escolha são enviadas para as escolas para que os docentes de língua portuguesa – com formação específica para tal – façam uma seleção. Desprezar todo esse processo em função de uma ideologia excludente e limitada não parece ser algo inteligente.

Considerações finais

Em todas as situações de censura às obras literárias, principalmente aquelas indicadas neste capítulo, foi muito comum observar movimentações nas redes sociais dizendo que a censura havia surtido um efeito positivo, pois, após as proibições, passou a ocorrer um crescimento exponencial no número de vendas dos livros censurados. No entanto, é preciso ter cautela, pois essa sugestão de que há algo bom na censura pode ser perigosa: nada de bom pode surgir de um ato de repressão.

A tentativa de prender crianças, jovens e adultos em uma bolha que se reveste no truísmo de perfeição é um perigo para a compreensão das realidades e do reconhecimento de outras formas de viver e entender o mundo. Ler apenas o que foi previamente escolhido por alguém, que se julga defensor da moral e dos bons costumes, é uma forma de fossilizar os modos de pensamento e de expressão. Ao excluir a pluralidade de identidade de gênero, de sexualidades, de etnias, de classes sociais, de visões políticas e de mundo, os censores cumprem com seu papel limitador de homogeneizar tudo e todos, transformando-os em uma massa uniforme.

Para isso, como evidenciamos neste capítulo, é importante compreender as estratégias de manipulação e censura que são utilizadas em forma de políticas cotidianas de silenciamentos dos autores e de suas obras. A partir das análises realizadas, notamos que a articulação coletiva, sobretudo nas redes sociais, promovida pela extrema direita brasileira é uma das linhas de ação para fortalecer o discurso de descredibilização da literatura brasileira, disseminando entre as pessoas a ideia de que ela deve ser censurada pelo estado, igreja, escola e família. Essa ação da direita sustenta-se nos seguintes aspectos: criminalização dos livros e oposição deles aos valores cristãos, morais e éticos; propagação de trechos descontextualizados de obras literárias e ataque coordenado aos autores em redes sociais; e a abertura de canais para denúncias e pressão a professores.

Com base nas observações aqui feitas, argumentamos que as políticas de silenciamento da literatura brasileira são ecos da ditadura militar. Ao enfatizar o contexto escolar, o objetivo foi evidenciar como a censura a obras literárias podem atrapalhar a formação humana dos estudantes, caso sejam ensinados a se orientar apenas por uma ideologia. O propósito da educação precisa ser a construção da autonomia para que as pessoas sejam capazes de discernir, por seus próprios meios, aquilo que querem ou não consumir. Sempre que um estudante adentra uma obra literária, há ali uma

possibilidade para que ele conheça um universo diferente do que ele conhece ou mesmo que se reconhece nas linhas de um texto narrativo, poético ou dramático.

Também é importante salientar que não se pode descartar o conhecimento especializado dos profissionais que atuam nos espaços escolares, ou seja, não se pode banalizar o trabalho exercido pelos docentes e pesquisadores dos estudos literários. Ademais, não é racional e lógico substituir um processo sério como a escolha de livros literários pelo PNLD Literário por ideologias conservadoras que não têm o mínimo de capacidade teórica para argumentar em favor de suas opiniões.

Vale ressaltar ainda que o PNLD Literário tem sido uma importante política pública para a renovação do acervo das bibliotecas escolares públicas, as quais nem sempre recebem a devida atenção dessas mesmas pessoas que censuram as obras literárias. É por meio dessa política pública que as escolas podem democratizar o acesso ao livro e à literatura para as pessoas que não tiveram a oportunidade de ter o hábito da leitura.

Enfim, intitulamos este capítulo a partir da frase “começamos queimando livros e acabamos queimando pessoas”, pois sem a formação para o pensamento crítico, sem a emancipação dos sujeitos por meio da educação, nossa sociedade abre as portas para que a ignorância e o medo se instalem e promovam aquilo que melhor sabem fazer: adestrar pessoas e por uma venda sob seus olhos para que os mesmos sistemas de poder continuem em vigência. É preciso lutar continuamente contra os não leitores que sabem mais de censura do que de liberdade.

Referências

- ADORNO, T. Educação após Auschwitz. In: ADORNO, T. *Educação e emancipação*. Trad. Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ANDRETTA, P. I.; SILVEIRA, J. P. As formas de resistência à censura aos livros na atualidade. *Encontros Bibli*: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 28, n. Dossiê Especial, p. 1-29, 2023.
- AZAGAIA. *O ciclo da censura*. Maputo-Moçambique: Cotonete Records, 2007. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/azagaia/o-ciclo-da-censura/>. Acesso em: 23 fev. 2025.
- BÁEZ, F. *História universal da destruição dos livros*: das tábuas sumérias à guerra no Iraque. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.
- BARRETO, L. *Discurso de ódio contra negros nas redes sociais*. Rio de Janeiro: Pallas, 2023.
- BIMBATI, A. P. Goiás decide recolher livro “O Averso da Pele” distribuído pelo PNLD. *UOL*, São Paulo, 7 mar. 2024. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2024/03/07/goias-decide-recolher-livro-avesso-da-pele-pnld.htm>. Acesso em: 9 jun. 2026.
- CÂMARA, José; BENITEZ, Jéssica. “O Averso da Pele”: deputados de MS que assinaram documento para recolher livro assumem que não leram obra. *G1*, [s. l.], 13 mar. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2024/03/13/o-avesso-da-pele-deputados-de-ms-que-assinaram-documento-para-recolher-livro-assumem-que-nao-leram-obra.ghml>. Acesso em: 9 jun. 2026.
- CECCANTINI, J. L.; VALENTE, T. A. Censura, censuras. In: CECCANTINI, J. L.; GALVÃO, E.; VALENTE, T. A. (org.). *Literatura infantil e juvenil na fogueira*. Belo Horizonte: Aletria, 2024.
- CHARTIER, R. *A aventura do livro*: do leitor ao navegador: conversações com Jean Lebrun/ Roger Chartier. São Paulo: Editora UNESP, 1998.
- COELHO, A.; FARIAS, J. Governo do Paraná manda recolher o livro “O Averso da Pele” das escolas estaduais. *CNN Brasil*, São Paulo, 7 mar. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/>

governo-do-parana-manda-recolher-o-livro-o-avesso-da-pele-das-escolas-estaduais/. Acesso em: 9 jun. 2026.

CONGRESSO EM FOCO. *Professores em Goiás acusam deputado Gustavo Gayer de perseguição*. Disponível em: <https://www.congressoemfoco.com.br/noticia/19416/professores-em-goias-acusam-deputado-gustavo-gayer-de-perseguiacao>. Acesso em: 13 mar. 2025.

DALCASTAGNÈ, R. *O espaço da dor*. Brasília: Editora da UnB, 1996.

ECO, U. *Seis passeios pelo bosque da ficção*. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

FERREIRA, S. P. A; DIAS, M. da G. B. B. A leitura, a produção de sentidos e o processo inferencial. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 9, n. 3, p. 439-448, 1 set. 2004.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 71. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

GAIMAN, N. Introdução. In: BRADBURY, Ray. *Fahrenheit 451: a temperatura na qual o papel do livro pega fogo e queima*. 3. ed. São Paulo: Globo, 2020. p. 9-15.

GAMA-KHALIL, M. O espaço metamorfoseado da literatura. In: MILANEZ, Nilton; GASPARELLO, Nádea Regina. (org.). *A (des)ordem do discurso*. São Paulo: Contexto, 2010.

IGREJA, P. R. da. *Livros: a maldição das ditaduras*. 2022. 212 f. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) – Escola de Ciências Sociais, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2022.

MACHADO, A. M. Quem tem medo de literatura? *O Globo*, [s. l.], 17 fev. 2020. Disponível em: <http://www2.machadodeassis.org.br/artigos/quem-tem-medo-de-literatura>. Acesso em: 18 set. 2024.

MARCELO Crivella, prefeito do Rio, manda recolher livro da Bienal e gera protestos. *Jornal Nacional*, Rio de Janeiro, 6 set. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/09/06/marcelo-crivella-prefeito-do-rio-manda-recolher-livro-da-bienal-e-gera-protestos.ghtml>. Acesso em: 8 jun. 2026.

MELO, Monica. Livro infantil de Emicida é alvo de intolerância religiosa praticada por mãe de aluno em escola de Salvador. *G1*, [s. l.], 7 mar. 2023.

Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2023/03/07/livro-infantil-de-emicida-e-alvo-de-intolerancia-religiosa-praticada-por-mae-de-aluno-em-escola-de-salvador.ghhtml>. Acesso em: 8 jun. 2026.

MOLICA, Fernando. Escola católica do Rio censura livro acusado de ser de esquerda. *Veja*, São Paulo, 2 out. 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/escola-catolica-do-rio-censura-livro-acusado-de-ser-de-esquerda/>. Acesso em: 8 jun. 2026.

OLIVEIRA, Danielle. Ganhador do Prêmio Jabuti, Marçal Aquino tem livro retirado de vestibular após deputado criticar obra. *G1*, [s. l.], 1 maio 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2023/05/01/escritor-tem-livro-retirado-de-vestibular-de-universidade-apos-deputado-criticar-obra.ghhtml>. Acesso em: 9 jun. 2026.

PLEBE RUDE. *Censura*. EMI Music Brasil LTDA, 1987. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Q1bUhJ0KTuQ>. Acesso em: 18 nov. 2024.

RAÍZES da censura da ditadura militar. *Companhia das Letras*, São Paulo, 23 out. 2018. Disponível em: <https://www.companhiadasletras.com.br/BlogPost/4255/raizes-da-censura-da-ditadura-militar>. Acesso em: 8 jun. 2026.

REIMAO, S.; NERY, J. E.; MAUÉS, F. Tentativas de censura a livros nos primeiros dois anos do governo Bolsonaro 2019-2020. *Literatura e Autoritarismo*, Santa Maria, n. 40, p. 5-18, 2022.

TENÓRIO, J. *O avesso da pele*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

VIANA, R. T; MURIEL-TORRADO, E.; PRADO, J. M. K. do. Páginas proibidas: censura de livros no brasil. *Em questão*, [s. l.], v. 30, n. 1, p. 1-26, 7 jun. 2024.



CAPÍTULO 9

Indivíduo e sociedade em Vidas Secas:

“Fabiano, você é um homem [...] você é um bicho, Fabiano”

Leonardo Carlos de Andrade²⁰

Ondina Maria da Silva Macedo²¹

Caio Sgarbi Antunes²²

²⁰ Professor EBTT, Instituto Federal Goiano - *Campus* Ceres; orientador PIBIC/IFGoiano-Ceres; doutorando em Educação. Email: leonardo.andrade@ifgoiano.edu.br - <https://orcid.org/0000-0002-0324-6079>

²¹ Professora EBTT, Instituto federal Goiano; doutora em Educação.

²² Professor da Universidade Federal de Goiás; doutor em Educação.

Introdução

O presente capítulo tem como objetivo analisar a relação entre indivíduo e sociedade na obra *Vidas Secas* (1938), de Graciliano Ramos, a partir dos fundamentos do materialismo histórico-dialético. Compreende-se que a constituição da subjetividade humana dos personagens - Fabiano, Sinhá Vitória, os meninos sem nome e a cadela Baleia - não pode ser dissociada das determinações sociais, econômicas e históricas do semiárido nordestino sob o modo de produção capitalista. Assim, este texto foi escrito à luz de uma metodologia ensaística e de interpretação literária, articulando-se a um referencial teórico pautado na dialética marxista. A análise desenvolve-se a partir de categorias centrais extraídas da obra, a saber: a relação contraditória com a terra (trabalho ontológico e trabalho alienado); os limites da formação humana expressos nas relações e linguagem parca; a negação do conhecimento como estrutura de dominação de classe; a violência estrutural do Estado burguês e do capital, sobretudo na figura do soldado amarelo e patrão; e a fuga como movimento dialético, que, ao final da obra, revela uma transformação latente nos personagens. Argumenta-se que, embora *Vidas Secas* retrate um mundo de secura material e simbólica, a própria história engendra contradições que apontam para a possibilidade de sua superação em um devir entre o reino das coisas e o reino da liberdade. Como considerações provisórias, a obra de Graciliano Ramos, apreendida pelo materialismo histórico-dialético, oferece uma crítica radical às estruturas de exploração do capitalismo no sertão brasileiro, ao mesmo tempo que afirma, nas fissuras da desumanização, o devir humano como potência histórica.

O presente texto constitui-se como um ensaio teórico de interpretação literária, concebido a partir da dialética materialista. Deriva-se das reflexões apresentadas em palestra proferida na I Feira Literária de Goiás (Flig), de 2024 (Flig, 2024), evento que

anualmente aproxima escritores, pesquisadores e leitores em torno da literatura produzida no estado e no país. A escolha do formato ensaístico não é casual, pretende-se aqui menos a rigidez de uma produção acadêmica fechada do que a liberdade metodológica de articular dialeticamente categorias do materialismo histórico-dialético com a análise imanente da obra literária, sem prejuízo do rigor conceitual e da fundamentação teórica que o tema exige. O objeto deste ensaio é a clássica²³ obra *Vidas Secas* (1938)²⁴, de Graciliano Ramos, romance que, ao lado de *São Bernardo*, *Angústia* e *Memórias do Cárcere*, consagra o autor como um dos mais importantes escritores do Brasil.

O livro, publicado em meio às turbulências do Estado Novo e às efervescências do modernismo brasileiro, em sua segunda fase, distingue-se de outras literaturas sobre a seca nordestina por um traço fundamental: sua estrutura dialética, sua linguagem que encarna a seca do semiárido e da humanização, e sua recusa ao mero sentimentalismo. O romance não tem “heróis” no sentido tradicional, seus protagonistas - Fabiano, Sinhá Vitória, os dois meninos que sequer recebem nomes próprios (identificados apenas como “menino mais novo” e “menino mais velho”), e a cadela Baleia - são figuras às margens da sociedade, sobreviventes de um mundo onde a humanidade é constantemente negada. A motivação deste ensaio emana exatamente da relação entre indivíduo e sociedade que constitui a subjetividade dos personagens da obra, que mais que idealizações do autor, representam e incorporam, em grande medida, a classe trabalhadora brasileira.

23 Clássico é aquilo que resistiu ao tempo e se firma como produção essencial para toda e qualquer geração, por seu acúmulo de objetivações humano-gênicas (Andrade, 2023).

24 De antemão, advertimos aos leitores que o estudo deste capítulo não dispensa a leitura integral do clássico em questão. O clássico sempre tem mais a nos dizer, que a síntese de seus comentadores. No entanto, este texto pode servir como uma introdução ou anúncio à esta leitura.

A problematização da relação indivíduo-sociedade não é nova na tradição marxista, mas assume especificidades quando realizada a partir da particularidade do sertanejo, no interior do capitalismo brasileiro. Desde os *Manuscritos Econômico-Filosóficos* (1844), Marx (2004) já demonstrava que o trabalho alienado, ao separar o trabalhador do produto de seu trabalho, de sua atividade vital, de sua genericidade e dos outros homens, produz um indivíduo cindido, estranhado de si mesmo e do mundo. Nessa perspectiva, a “essência humana” não é um atributo metafísico ou natural, e sim um conjunto de relações sociais historicamente determinadas (exatamente o oposto da concepção abstrata de indivíduo promovida pelo liberalismo burguês e pelo idealismo alemão). Engels (2010) e Lukács (2012), aprofundam essa compreensão ao demonstrarem que a formação do indivíduo é indissociável das condições materiais de sua existência e das formas de sociabilidade engendradas pelo capital. O que *Vidas Secas* faz com seus leitores, em chaveamento literário, é antropomorfizar²⁵ essa tese concreta no plano artístico e sensível: Fabiano não é “pouco humano” por natureza, mas porque o capitalismo no sertão – e sobretudo as mediações de produção e reprodução da vida no nordeste brasileiro, seja de expropriação da terra, dominação de classe, negação do conhecimento e da palavra, entre outras – produz um processo inverso, de constante desumanização.

Justifica-se, portanto, a escrita deste capítulo por inserir a leitura de *Vidas Secas* no campo de análise dialética das relações entre indivíduo e sociedade, sobretudo no campo da filosofia da práxis, tomando as mediações da arte literária para apreender mediações da especificidade da formação humana, em um contexto particular, das determinações gerais do capitalismo dependente brasileiro. Embora a obra tenha sido abundantemente analisada pela crítica literária – considerando os estudos de Antonio Candido (1992),

25 Ver Lukács (Estética).

Alfredo Bosi (1994), passando por Lourival Holanda (1992), entre outros – poucos mobilizaram sistematicamente o arcabouço categorial do marxismo para dar conta das múltiplas mediações entre a forma literária e a prática social incorporada no romance. Pretende-se, com este ensaio, contribuir com o debate coletivo para preencher essa lacuna, oferecendo uma leitura que articule as categorias histórico-dialéticas em uma análise imanente da obra.

Metodologicamente, este capítulo, redigido como ensaio, orienta-se pela interpretação literária e filosofia histórico-dialética, compreendida não como imputação de conceitos ao texto, mas como um movimento recíproco: a teoria traz à tona elementos universais presentes no romance que, de outro modo, permaneceriam opacas; o romance, por sua vez, tensiona e enriquece categorias universais, ao revelar mediações particulares do real que a categoria teórica tende a suprasumir.

O capítulo está organizado em cinco subcapítulos, correspondentes às categorias centrais extraídas da leitura do romance e sistematizadas por nós e sequenciadas por uma escolha didática para o encadeamento na exposição. No primeiro subcapítulo, *Trabalho e terra: da potência ontológica à alienação*, examina-se a relação contraditória dos personagens com a natureza circundante - ora condição de humanização (trabalho como atividade ontológica), ora expressão da expropriação e exploração (propriedade privada da terra, mais-trabalho, semi-escavidão, entre outros). No segundo subcapítulo, *Formação humana, Linguagem e Seca: os limites da humanização no sertão brasileiro*, incorporamos a psicologia histórico-cultural para compreender como a linguagem parca e os chamados “sons guturais”²⁶ são resultado e

26 Grunhidos, interjeições e falas roucas. A comunicação reduzida a sons guturais revela o processo de animalização das personagens diante da miséria. Fabiano e Sinhá Vitória expressam-se de modo monossilábico e primitivo, como alternativa à linguagem articulada.

obstaculizam o desenvolvimento das funções psíquicas superiores e o reconhecimento de sua própria humanidade. No terceiro, *Conhecimento, educação e reprodução social*, analisa-se a negação do saber como mecanismo de dominação de classe, com ênfase na figura de Seu Tomás da Bolandeira (alteridade letrada). No quarto, *Luta de classes e violência estrutural*, demonstra-se que a violência em Vidas Secas não provém apenas da seca, mas fundamentalmente das relações sociais capitalistas – expropriação, exploração, Estado repressivo –, ao mesmo tempo que se identifica, no “fogo corredor que vinha do espírito” de Fabiano, uma analogia com o movimento da classe em si à classe para si. No quinto e último sub-capítulo, intitulado *A fuga como dialética: Ponto de partida diferente do ponto de chegada*, examina-se o movimento dialético apresentado na obra para demonstrar que o fim não é igual ao começo. Fabiano e sua família foram transformados pela prática social e o novo destino é vislumbrado como espaço possível de construção de um mundo novo.

Trabalho e terra: da potência ontológica à sua negação

O início de Vidas Secas é provocante, contraditoriamente, por sua economia narrativa: “Andavam, andavam, não descansavam. Parecia que tinham andado a noite inteira” (Ramos, 2014, p. 9). Quatro sombras marchavam pela caatinga: Fabiano, Sinhá Vitória, menino mais velho e menino mais novo. A força que os movia já se mostrava à primeira vista – a sobrevivência, representada na seca. Antes mesmo de qualquer nomeação, o leitor é introduzido ao movimento que estrutura toda a obra: a fuga. Não se trata, contudo, de um deslocamento qualquer, a caminhada da família de retirantes é, em sua materialidade mais imediata, uma resposta à impossibilidade

de produzir a vida na terra que habitavam. A seca – seja enquanto fenômeno natural de uma certa região do país, seja a seca de condições de trabalho no nordeste brasileiro – expropriou-os do único bem que lhes garantia a subsistência, a terra.

É precisamente essa relação entre o ser humano e a terra que interessa à análise deste subcapítulo, pois é da atividade vital sobre ela que emana um duplo caráter do trabalho, sob a particularidade desse modo de produção da vida (capitalismo). Trabalho é potência ontológica de humanização, de um lado, e ao mesmo tempo meio de alienação e exploração, de outro. Para Lukács (2012), o trabalho é a categoria fundante do ser social, a atividade vital do ser humano, dotado de consciência e intencionalidade, que põe em movimento transformações na natureza, que, por sua vez, transformam a própria natureza humana. Nessa perspectiva, o trabalho não é apenas uma atividade econômica entre outras, é a materialização de toda práxis social, onde se gestam as capacidades tipicamente humanas – a linguagem, o pensamento abstrato, a conduta, a projeção de fins conscientes. Quando Fabiano maneja a enxada, guia o gado ou conserta as cercas da fazenda onde trabalha como agregado, ele está, em parte, realizando essa atividade ontologicamente humanizadora.

No entanto, a realidade concreta do sertão, subsumido à um cenário de capitalismo dependente brasileiro, desmente essa potência. A terra que Fabiano cultiva não é sua, o gado que ele guia pertence ao patrão, o fruto de seu trabalho – o suor, os dias de sol a fio, os calos nas mãos, as noites mal dormidas, sua própria corporalidade – não lhe pertence, serve apenas para conversão de mais-valor para o proprietário. Fabiano trabalha, mas não possui; produz, mas não usufrui; transforma a natureza, mas não se reconhece nela.

A análise da relação de Fabiano com a terra exige, portanto, a distinção entre dois momentos dialeticamente articulados: o trabalho como atividade vital (ontologia); e o trabalho como atividade alienada (capitalismo). No primeiro sentido, a terra é

a condição de possibilidade da vida, é dela que Fabiano extrai o sustento para si e para a família – ainda que parco, ainda que insuficiente. É na terra que os meninos, mesmo sem nome, aprendem os gestos essenciais da existência²⁷. O próprio movimento de mimetismo e admiração do menino mais novo em relação ao pai – na seção do livro que apresenta como Fabiano lida com os animais ou maneja os instrumentos de trabalho – revela que, na dimensão da teleologia primária (transformação da natureza para satisfação de necessidades), o trabalho ainda conserva seu caráter formativo. O menino vê no pai não apenas um provedor, mas um modelo de humanidade possível²⁸.

No segundo sentido, contudo, a terra converte-se em prisão. A propriedade privada, ao separar o trabalhador dos meios de produção, produz o fenômeno que Marx (2004, p. 80) descreveu nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* como “estranhamento” (*Entfremdung*): o trabalhador torna-se estranho ao produto de seu trabalho (que não lhe pertence), à sua atividade vital (que não expressa sua liberdade criadora), à sua espécie (pois não se reconhece no outro) e aos outros homens (com quem disputa as migalhas do capital). É exatamente isso que ocorre com Fabiano. A terra, que poderia ser o lugar do reconhecimento e da realização, é o lugar da exploração sistemática. O patrão – figura que nunca aparece diretamente nomeada, mas cuja presença opressiva perpassa todo o romance – detém o poder de dispor sobre a vida e a morte dos agregados. Ele pode, a qualquer momento, expulsá-los da terra, negar-lhes o trabalho, reduzir-lhes a ração. Fabiano não é, nesse sentido, um trabalhador livre: é um semiescravo, cuja “liberdade”

27 “O menino mais novo puxou a manga do vestido da mãe, desejando comunicar-se com ela” (Ramos, 2014, p. 48). O desejo de comunicação, de aprendizado, de inserção no mundo dos adultos, tem na terra seu cenário mais prolífico.

28 “Um dia serei um homem”, pensa o menino mais novo, ainda que sem as palavras para formular esse pensamento (Ramos, 2014, p. 22).

consiste apenas na possibilidade de vender sua força de trabalho em troca da sobrevivência.

A alienação de Fabiano atinge seu ponto mais agudo quando ele reflete sobre sua própria condição e não reconhece sequer sua humanidade. Em várias passagens do romance, ele oscila entre a autoidentificação como “homem” e o reconhecimento de si como “bicho”.

Pisou com firmeza no chão gretado, puxou a faca de ponta, esgaratou as unhas sujas. Tirou do aió um pedaço de fumo, picou-o, fez um cigarro com palha de milho, acendeu-o ao binga, pôs-se a fumar regalado.

— *Fabiano, você é um homem, exclamou em voz alta.*

Conteve-se, notou que os meninos estavam perto, com certeza iam admirar-se ouvindo-o falar só. E, pensando bem, ele não era homem: era apenas um cabra ocupado em guardar coisas dos outros. Vermelho, queimado, tinha os olhos azuis, a barba e os cabelos ruivos; mas como vivia em terra alheia, cuidava de animais alheios, descobria-se, encolhia-se na presença dos brancos e julgava-se cabra. Olhou em torno, com receio de que, fora os meninos, alguém tivesse percebido a frase imprudente. Corrigiu-a, murmurando:

— *Você é um bicho, Fabiano.*

Isto para ele era motivo de orgulho. Sim senhor, um bicho, a paz de vencer dificuldades. Chegara naquela situação medonha — e ali estava, forte, até gordo, fumando o seu cigarro de palha.

— *Um bicho, Fabiano (Ramos, 2014, p. 17-18).*

Essa oscilação da consciência não é um mero recurso literário, é a expressão subjetiva da contradição objetiva em que ele vive. Como ser humano, Fabiano tem pensamento abstrato, linguagem (ainda que precária), capacidade de projetar fins e de se relacionar com os outros, como trabalhador expropriado, porém, ele é tratado como coisa, como um bicho que só sobrevive. É nesse contexto que a personagem Baleia adquire uma dimensão simbólica

fundamental e já bem reconhecida em outras análises sobre a obra. A cadela, que acompanha a família em toda a sua peregrinação, é tratada por Fabiano e Sinhá Vitória com uma certa humanidade que, muitas vezes, não se estende aos próprios filhos. Ademais, a conduta²⁹ da cadela demonstra o desenvolvimento de capacidades tipicamente humanas em melhores níveis que os demais personagens. Ramos (2014), ao nos apresentar a cadela age como um membro da família, cooperando para a sobrevivência coletiva, evidencia uma contradição da sociabilidade: um animal é tratado como humano em um mundo onde os humanos são tratados como animais. É a denúncia à sociedade de classes, onde os seres humanos são coisas (Marx, 2004).

A análise da relação ser humano-terra em *Vidas Secas* permite, assim, uma primeira síntese: a terra é, simultaneamente, condição de possibilidade da humanização (trabalho como atividade teleológica fundante) e mecanismo de desumanização (trabalho alienado sob o capital). Fabiano sabe, ainda que difusamente, que a terra que cultiva deveria ser sua, que o produto de seu trabalho lhe é roubado, que sua força de trabalho é explorada. No entanto, não tem as mediações abstratas e linguagem para nomear essa exploração nem a organização política para enfrentá-la. Sua consciência permanece no nível do “fogo corredor que vinha do espírito” – uma centelha que ainda não encontrara o combustível social para transformar-se em chama revolucionária.

A chegada da chuva, anunciada no capítulo *Mudança*, pela nuvem que Sinhá Vitória avista no horizonte, pode ser vista como um lampejo de esperança de que essa contradição possa um dia ser superada. Neste mesmo capítulo, após a chuva, “Sinhá Vitória abraçou-se a ele, e Fabiano sentiu cheiro de sabão” (Ramos, 2014,

29 “Baleia jantara os pés, a cabeça, os ossos do amigo, e não guardava lembrança disso”. Em referência ao episódio que a família precisa se alimentar de seu papagaio (Ramos, 2014, p. 64).

p. 12). O abraço, gesto de afeto raro entre os dois, só é possível porque, por um instante, a condição de sobrevivência, necessidades de primeira ordem, conforme Lukács (2012), estavam vislumbradas. Contudo, o vislumbre é ilusório, pois a seca não se manifesta apenas pelo clima, mas como estrutura do capital. Enquanto a terra continuar sendo propriedade privada de poucos, enquanto o trabalho de muitos continuar sendo explorado para o benefício de uma classe, a chuva trará apenas alívio momentâneo, jamais libertação.

Marx (2013) evidencia que a "acumulação primitiva" expropriou os camponeses de suas terras na Inglaterra, assim como a grilagem expropriou pequenos agricultores no latifúndio, na concentração fundiária que persiste até hoje. *Vidas Secas*, sem jamais mencionar essas categorias, encarna nas dores de Fabiano, Sinhá Vitória, nos meninos sem nome e em Baleia as expressões deste modo de produção. Uma vez que Graciliano Ramos não escreveu nessa obra uma análise filosófica, científica ou panfletária, mas sim literária, a crítica à propriedade privada da terra não está explícita no romance, mas está antropomorfizada na particularidade dos personagens.

Ao final da primeira seção, pode-se afirmar que a relação indivíduo-sociedade em *Vidas Secas* é, antes de tudo, uma relação mediada pela terra e pelo trabalho. O indivíduo Fabiano só pode ser compreendido se situado no contexto das relações sociais de produção do semiárido sob o capitalismo dependente. Sua subjetividade, marcada pela dureza, pelo silêncio, pela desconfiança, não é um traço de caráter inato, mas sim produto histórico de uma sociedade que o animaliza. A potência ontológica do trabalho, que poderia humanizá-lo, converte-se em seu oposto, a atividade que deveria afirmar sua humanidade é a mesma que a nega.

Formação humana, seca e linguagem: os limites da humanização no sertão brasileiro

Se a relação com a terra constitui a mediação fundamental entre o indivíduo-sociedade em *Vidas Secas*, é no plano da linguagem que essa mediação revela outras mediações. O romance de Graciliano Ramos é atravessado por uma secura que não é apenas da paisagem ou da alma dos personagens: é, antes de tudo, uma secura da palavra. Fabiano fala pouco, Sinhá Vitória fala menos ainda, os meninos balbuciam e imitam o barulho do vento, o rangido dos galhos da caatinga, os berros dos animais, a cadela Baleia, ironicamente, é quem mais se comunica³⁰. O silêncio que perpassa a obra não é, contudo, um silêncio vazio, é um silêncio eivado de significados, um silêncio socialmente produzido pela negação sistemática do acesso à cultura acumulada, à escola, ao mundo da palavra escrita e falada, ao gênero humano.

Para compreender esse fenômeno à luz do materialismo histórico-dialético, é necessário mobilizar as contribuições de Aleksandr Luria (1979), um dos expoentes da chamada “troika” – ao lado de Vigotski e Leontiev – que fundaram a psicologia histórico-cultural³¹. Luria (1979, p. 71-72) distingue três traços fundamentais da atividade consciente humana, os quais a diferenciam radicalmente do comportamento animal: primeiro, a independência relativa dos motivos biológicos (o homem age por necessidades “superiores” ou “intelectuais”, podendo inclusive reprimir necessidades biológicas em nome de valores socialmente construídos); segundo, a capacidade de abstrair das impressões imediatas do meio, orientando-se por conexões profundas e leis da natureza (o ser humano leva guarda-chuva num dia de sol porque sabe que o tempo é instável no outono); terceiro, e mais importante para a

30 Não pela palavra, evidentemente, mas pelo olhar, pelo gesto.

31 Para compreender mais a fundo esta teoria psicológica, ver Andrade (2023).

análise de *Vidas Secas*, a assimilação da experiência histórico-social acumulada pela humanidade, transmitida no processo de aprendizagem e internalizada por meio da linguagem.

Ora, o que se observa nos personagens do romance é justamente a ausência ou a precariedade extrema desse terceiro traço. Fabiano não foi à escola, conforme ele mesmo afirma em certo momento, ele não aprendeu a ler nem a escrever. Suas palavras são poucas, frequentemente inadequadas à situação, por vezes perigosas³². A incomunicabilidade de Fabiano é o resultado de uma vida inteira de exclusão do mundo letrado, da cultura acumulada, da palavra enquanto signo dos signos, que ao nomear as coisas do mundo, nos permite transformá-lo. Conforme ressalta Melo (2005, p. 385), "o desconhecimento da linguagem por parte de Fabiano configurava o desconhecimento da sua realidade, pois o domínio da linguagem era o domínio do mundo, da realidade, a compreensão de seus mecanismos".

Essa dialética entre palavra e silêncio é evidenciada na passagem em que Fabiano é preso pelo soldado amarelo. Ele não sabe explicar o que aconteceu, não consegue se defender. As palavras lhe fogem³³. A falta de domínio da linguagem, do vocabulário dos direitos, das formas socialmente legitimadas de argumentação, condena Fabiano à condição de objeto do poder estatal, nunca de sujeito. O soldado amarelo, figura do poder do estado autoritário, exercida em sua forma mais bruta e arbitrária, pôde prendê-lo porque Fabiano não tinha as palavras para dizer "isso é ilegal", "isso é abuso", "isso é violação dos meus direitos". Não que tais palavras por si sós, o libertassem, mas a ausência delas o torna ainda mais vulnerável.

32 "Às vezes utilizava nas relações com as pessoas a mesma língua com que se dirigia aos brutos – exclamações, onomatopeias. Na verdade, falava pouco" (Ramos, 2014, p. 20).

33 "Fabiano marchou desorientado, entrou na cadeia, ouviu sem compreender uma acusação medonha e não se defendeu" (Ramos, 2014, p. 31-32).

A análise da formação humana em *Vidas Secas* exige, portanto, que se compreenda a linguagem como uma aquisição histórico-cultural, cujo acesso é mediado pelas condições materiais de existência. Luria (1979, p. 79-80) reitera que a linguagem reorganiza substancialmente os processos de percepção, atenção, memória, imaginação e pensamento (funções psíquicas superiores). A palavra não apenas designa objetos, abstrai suas propriedades essenciais, generaliza-os em categorias, permite ao ser humano operar com imagens mesmo na ausência dos objetos reais. A palavra, enfim, duplica o mundo perceptível e cria um mundo de imagens interiores, ou em outras palavras, a expressão ideal de um movimento real. O que acontece com Fabiano e sua família, porém, é que esse mundo de imagens interiores permanece em estado embrionário, porque as condições sociais para seu desenvolvimento lhes foram negadas.

Os meninos – “menino mais novo” e “menino mais velho” – são a expressão mais pungente dessa negação. Eles não têm sequer nome próprio, signo elementar da individualidade e do reconhecimento social, isso os reduz à condição de potencialmente gente, sem sua realização. “O menino mais novo” poderia ser qualquer menino; “o menino mais velho”, qualquer outro. A singularidade de cada um – seus medos, seus desejos, suas perguntas, suas atividades – é apagada pela generalidade anônima da nomeação. Como observa Melo (2005, p. 386), “a ausência de nomes próprios aos filhos e a presença do nome da cadela da família já nos aponta o rasgo da desumanização presente na narrativa: os meninos animalizados pela ausência da comunicação”.

A cena em que o menino mais novo pergunta à mãe o que significa “inferno” é particularmente reveladora. Sinhá Vitória, em vez de explicar, responde com um cascudo. A pergunta da criança, que expressa o germe da curiosidade intelectual, o desejo de compreender o mundo, é reprimida. Não porque Sinhá Vitória

seja má, mas porque, em seu universo³⁴ material e simbólico, o conhecimento é percebido como algo perigoso, inútil ou ambas as coisas. A hierarquia das necessidades imposta pela sobrevivência – primeiro o estômago, depois o espírito, conforme o próprio Marx (2004) – impede que os meninos desenvolvam aquilo que Luria (1979, p. 77) chamou de “complexas formas de pensamento abstrato e generalizado”.

Outro personagem importante na obra, Seu Tomás da Bolandeira, emerge, nesse contexto, como a alteridade radical de Fabiano. Tomás é letrado, tem livros, sabe falar “palavras compridas e difíceis”, possui uma cama de couro – objeto que Sinhá Vitória deseja constantemente (Ramos, 2014, p. 23). O conhecimento, para Fabiano, é algo quase mágico, um dom concedido a poucos, um privilégio de quem pode se dar ao luxo de refletir porque não precisa se preocupar, a cada instante, com a sobrevivência. Em certo momento, Fabiano, que ora enaltece, ora nega Seu Tomás, em certa altura da obra afirma: “Seu Tomás era muito reflexivo, para que isso? Se lascou” (Ramos, 2014, p. 20). A pergunta de Fabiano não é irônica, é a pergunta de quem nunca pôde dispor do tempo necessário para o exercício do pensamento, porque todo o seu tempo foi consumido pelo trabalho para produção da vida.

No entanto, é precisamente na figura de Seu Tomás que a dialética do reconhecimento³⁵ se revela em toda a sua complexidade. Fabiano tenta imitar seu vocabulário, pensa no que fazer inspirado no que ele faria e respeita a dignidade que ele possui em razão de sua educação. Contudo, acredita que isso não é coisa para ele³⁶. A ideologia dominante, que atribui à classe trabalhadora a condição de “bruta”, “incapaz”, “naturalmente inferior”, é interiorizada em

³⁴ “Comer primeiro, depois falar de educação”, evidencia ela em outra passagem (Ramos, 2014, p. 23).

³⁵ Ver Hegel ().

³⁶ “Ele, Fabiano, era aquilo mesmo, um bruto” (Ramos, 2014, p. 36).

Fabiano. A psicologia histórico-cultural, tal como desenvolvida por Vigotski (1996), Leontiev (1998) e Luria (1979), permite compreender esse fenômeno como resultado da internalização das relações sociais concretas. O psiquismo humano não é um reflexo passivo do mundo exterior, nem uma manifestação de forças interiores pré-formadas, é, ao contrário, o produto da atividade prática do sujeito no mundo, mediatizada pelos signos e instrumentos culturalmente transmitidos. Em *Vidas Secas*, os signos disponíveis para Fabiano e sua família são mínimos, algumas palavras, poucas noções, gestos hereditários transmitidos tradicionalmente de geração em geração sem que ninguém saiba ao certo por quê. O “gesto hereditário”³⁷ como expressão de *doxa*, reforça o caráter sem fundamento racional de certos costumes de senso comum, que obnubila, por vezes, ação consciente, orientada por fins livremente escolhidos.

Ainda assim, é importante não cair num determinismo mecanicista. A mesma psicologia histórico-cultural que enfatiza o papel das condições sociais na formação do psiquismo afirma também a possibilidade de superação dessas condições pela atividade transformadora do sujeito. O “fogo corredor que vinha do espírito” de Fabiano – que será analisado mais detidamente na quarta seção – é a prova de que, mesmo nas condições mais adversas, a centelha da consciência pode resistir.

A análise da formação humana e da linguagem em *Vidas Secas* permite, assim, uma segunda síntese dialética: a linguagem é, simultaneamente, condição de possibilidade da humanização (pois é por meio dela que o homem assimila a experiência histórico-social) e instrumento de dominação (pois a negação do acesso à cultura acumulada produz sujeitos silenciados, incapazes de confrontar sua própria exploração). Ao humanizar Baleia e animalizar Fabiano, Graciliano Ramos realiza uma operação literária

37 “A forma de andar de Fabiano era igual aos seus antepassados, o mesmo ocorria com seus filhos” (Ramos, 2014, p. 15).

profundamente dialética: ele mostra que a humanidade não é um atributo biológico, mas uma construção social. Ser humano não é nascer com determinados atributos da espécie, é produzir-se enquanto representante o gênero humano, reconhecido como tal, é ter acesso à linguagem, à cultura, à educação, à palavra que nomeia e transforma o mundo (Andrade, 2023).

Como será desenvolvido na seção seguinte, essa negação do conhecimento não é acidental, mas estrutural. O capitalismo no sertão precisa de trabalhadores semianalfabetos, incapazes de calcular corretamente o que lhes é devido, incapazes de contestar as contas do patrão, incapazes de ler os contratos que assinam com um X. A ignorância de Fabiano não é uma falha individual; é um requisito sistêmico para a reprodução da exploração. É por isso que a educação – a escola, o letramento, o acesso à palavra escrita – aparece no romance como horizonte de libertação, ainda que tênue, ainda que projetado para um futuro incerto. “Queria que os meninos aprendessem coisas difíceis e necessárias na escola” (Ramos, 2014, p. 126). Fabiano, ao final da jornada, descobre que a palavra pode ser, sim, um instrumento de liberdade. Resta saber se a sociedade que o condenou ao silêncio lhe permitirá, um dia, falar.

Conhecimento, educação e reprodução social

Se a linguagem é o meio pelo qual o ser humano assimila a experiência histórico-social acumulada pelas gerações precedentes, o conhecimento, enquanto produto e processo dessa assimilação, constitui o terreno no qual se lança mediações potencialmente

desalienantes³⁸ ou, ao contrário, a perpetuação da dominação de classe. Em *Vidas Secas*, a relação dos personagens com o conhecimento é profundamente contraditória, ao mesmo tempo que este é desejado como chave para um mundo melhor, é também temido como algo perigoso, inútil ou inacessível³⁹. O conhecimento, nesse universo de miséria material e simbólica, aparece, por vezes, como um luxo que apenas os proprietários ou os bem abastados podem desfrutar (e que, quando tentado pelos trabalhadores, pode trazer mais problemas do que soluções).

Marx (2004), ao tratar da divisão social entre trabalho manual e intelectual, ou, em outras palavras, entre aqueles que executam e aqueles que concebem, entre os que produzem e os que dirigem a produção, evidencia que essa é uma das marcas distintivas do modo de produção capitalista. A classe trabalhadora é historicamente excluída do acesso ao saber sistematizado, científico, filosófico, não porque lhe falte capacidade intelectual, mas porque a manutenção das condições de dominação exige que os trabalhadores permaneçam no nível do senso comum, da experiência imediata, da reprodução cotidiana das condições existentes (Andrade, 2023). O conhecimento, nessa perspectiva, não é um bem universalmente socializado, e sim um privilégio de classe, e sua negação às camadas subalternas é condição para a perpetuação da dominação do homem sobre o homem.

Vidas Secas expressa essa mediação no plano literário, quando os meninos “perguntadores” que manifestam o desejo de saber são constantemente impedidos, pelas condições objetivas e subjetivas de seus pais. De maneira alguma isso expressa maldade ou desamor de sua família, mas sim a relação que construíram com

³⁸ Ver Duarte ().

³⁹ Fabiano admira as “palavras compridas e difíceis” da gente da cidade, tenta reproduzi-las, mas sabe que “elas eram inúteis e talvez perigosas” (Ramos, 2014, p. 20).

o conhecimento. Num mundo onde a sobrevivência depende da obediência imediata às ordens do patrão, onde questionar pode significar a expulsão da terra ou a prisão, a curiosidade é uma ameaça. O menino que pergunta corre o risco de crescer e continuar perguntando, como afirma o próprio Fabiano.

Agora queria entender-se com sinhá Vitória a respeito da educação dos pequenos. Certamente ela não era culpada. Entregue aos arranjos da casa, regando os craveiros e as panelas de losna, descendo ao bebedouro com o pote vazio e regressando com o pote cheio, deixava os filhos soltos no barreiro, enlameados como porcos. E eles estavam perguntadores, insuportáveis. Fabiano dava-se bem com a ignorância. Tinha o direito de saber? Tinha? Não tinha. — Está aí. Se aprendesse qualquer coisa, necessitaria aprender mais, e nunca ficaria satisfeito. Lembrou-se de seu Tomás da bolandeira. Dos homens do sertão o mais arrasado era seu Tomás da bolandeira. Porquê? Só se era porque lia demais. Ele, Fabiano, muitas vezes dissera: — 'seu Tomás, vossemecê não regula. Para que tanto papel? Quando a desgraça chegar, seu Tomás se estrepa, igualzinho aos outros.' (Ramos, 2014, p. 19).

Um trabalhador perguntador é um trabalhador que pode vir a contestar, por isso a "pedagogia da sobrevivência" no sertão é uma "pedagogia do silêncio"⁴⁰. A palavra "pedagogia" utilizada na frase anterior é uma figura de linguagem para expressar os processos formativos do cotidiano alienado na vida dos trabalhadores. Essa "pedagogia do silêncio" pode ser confrontada por uma pedagogia genuinamente brasileira e de fato, interessada em formar trabalhadores "perguntadores", a pedagogia histórico-crítica. Para Saviani (2013, p. 75-78), o cotidiano reproduz as condições

⁴⁰ "Deviam se ater ao imediato", pensa Fabiano, "sem consciência" (Ramos, 2014, p. 23).

de exploração ao transmitir a ideologia dominante e ao engendrar subjetividades subalternas na divisão social do trabalho. A pedagogia histórico-crítica⁴¹, enquanto proposta contra-hegemônica, busca a instrumentalização das camadas populares pelo saber científico, filosófico e artístico acumulado pela humanidade, permitindo-lhes compreender as determinações da realidade e, a partir dessa compreensão, transformá-la.

Em *Vidas Secas*, contudo, a escola está ausente da família. As crianças, por exemplo, não frequentam aulas porque não há escola na região, porque precisam ajudar no trabalho, porque a própria ideia de escolarização⁴² parece tão distante quanto a lua⁴³. O ensino é apresentado como privilégio de poucos, como algo que Fabiano não pode sequer almejar porque está condenado, desde o berço, à lida com animais. Nesse contexto, a figura de Seu Tomás da Bolandeira emerge como a encarnação do saber elaborado, da cultura letrada, da reflexão que Fabiano admira, mas não ousa praticar. Vale advertir, que Seu Tomás, apesar de letrado e “reflexivo”, também sofreu com a seca, também perdeu suas posses, também foi obrigado a abandonar a terra. O conhecimento em *Vidas Secas*, assim como na pedagogia histórico-crítica, não é imediatamente transformador do real, ele não dissolve as contradições materiais da existência. Na verdade, ele é mediato, ele pode ajudar a compreendê-las e confrontá-las, mas não pode, por si só, superá-las.

Os festejos religiosos, mencionados de passagem no romance, representam momentos raros de “diversão intencional”, pausas na rotina extenuante do trabalho, brechas de sociabilidade que não se reduzem à lógica da exploração. Tradições e

⁴¹ Ver Andrade (2023).

⁴² “Se lhe tivessem dado ensino, encontraria meio de entendê-la. Impossível, só sabia lidar com bichos” (Ramos, 2014, p. 36).

⁴³ Enquanto a escola, na verdade, deveria apresentar a face oculta da lua. Em analogia com a tese de Saviani (2012) e a potencialidade do conhecimento de desvelar o real.

costumes populares (sacras, predominantemente) oferecem um repertório simbólico que, embora contaminado pela ideologia dominante, preserva elementos de resistência e de afirmação cultural. Enquanto a vida for tão dura quanto a caatinga, o céu continuará sendo um consolo poderoso.

A reprodução social, em *Vidas Secas*, opera não apenas pela coerção econômica (a necessidade de trabalhar para não morrer de fome) e pela violência estatal (a prisão arbitrária, os impostos, a repressão policial), mas também pela transmissão hereditária de gestos, atitudes e modos de ser que perpetuam a condição subalterna de geração em geração. Os meninos aprendem a ser “brutos” porque o pai é “bruto”; o pai aprendeu a ser “bruto” porque seu pai também o foi. Entretanto, é precisamente nesse ponto que a dialética se revela em sua potência crítica.

A repetição das mesmas condições – a fuga, a seca, a fome, a exploração – não é absoluta. Algo se transforma no processo, algo se acumula, algo se modifica. Fabiano, ao final da jornada, não é o mesmo do início. A experiência da exploração, da prisão, da injustiça, deixa marcas que podem se converter, em condições favoráveis, em consciência de classe. A análise do conhecimento, da educação e da reprodução social em *Vidas Secas* permite, assim, uma terceira síntese dialética: o saber é, simultaneamente, instrumento de dominação (em sua negação mantém os trabalhadores na condição de subalternos) e horizonte de libertação (pois sua apropriação permite a crítica da ordem existente).

Como será desenvolvido na quarta seção, essa luta (ainda que em estado embrionário, ainda que sob a forma do “fogo cor-redor que vinha do espírito”) perpassa todo o romance. De ante-mão, alertamos que Fabiano não é um militante revolucionário, não lidera greves, não empunha bandeiras, não profere discursos inflamados, mas ele resiste, e mais, toma consciência da necessidade dessa resistência.

Luta de classes e violência estrutural

A seca na obra é um personagem invisível que move os destinos dos retirantes. A violência que atravessa a existência dos retirantes não vem apenas do sol que queima as plantações, que racha o chão e arde na pele, provém, fundamentalmente, da vida em um mundo de relações sociais desumanizadas pelo capital. No reino da mercadoria onde a terra é propriedade privada de poucos, o trabalho é explorado em proveito de outrem, o Estado se apresenta não como garantidor de direitos, mas sim como força repressiva a serviço da classe dominante (Marx, 2013).

A epígrafe desta seção poderia ser a reconhecida citação “A história de toda sociedade até nossos dias é a história da luta de classes” (Marx; Engels, 2010, p. 40). Em *Vidas Secas*, essa tese encontra lastro na jornada da família, enquanto membros da classe de trabalhadores rurais do semiárido nordestino, expropriados, explorados, silenciados, violentados sistematicamente pelos representantes do capital e do Estado burguês. A particularidade desses personagens leva, encarnada a história de milhões de brasileiros, do campo e da cidade, que vivem as mesmas mazelas enquanto residentes do sul global.

Alguns personagens tomam destaque na análise dessa categoria, em primeiro lugar, o patrão, figura que nunca aparece diretamente nomeada, cujo nome o leitor sequer chega a conhecer, mas cuja presença opressiva perpassa todo o romance. É o patrão quem detém a terra, quem decide se Fabiano pode ou não nela trabalhar, quem fixa as condições da exploração. O patrão não precisa usar violência física diretamente, as relações de troca são desiguais, um vende a força de trabalho, o outro detém o capital.

O patrão engana Fabiano nas contas, rouba-lhe parte do salário, explora sua ignorância matemática para reduzir o que lhe é

devido. A rendição⁴⁴ de Fabiano, significa uma aceitação resignada do roubo do patrão, este é o preço que ele paga para continuar tendo acesso à terra, para não ver sua família novamente à deriva. O medo da expulsão é a alavanca mais poderosa da exploração, o trabalhador aceita condições aviltantes para não compor (novamente) o exército de reserva (Marx; Engels, 2010).

O soldado amarelo, representante do Estado burguês em sua forma mais bruta e arbitrária. É ele quem prende Fabiano sem motivo justo, quem o insulta, quem o submete à humilhação do cárcere. No modo de produção capitalista, a lei não existe para proteger os subalternos, mas para oprimi-los. Fabiano não sabe do que é acusado e não pode se defender porque as palavras da defesa lhe fogem, não pode contestar⁴⁵ a autoridade do soldado porque, aos olhos do Estado, ele é apenas um “bruto”, um “bicho”, um ser desprovido dos atributos da humanidade plena.

Os agentes da prefeitura, que aparecem em momentos estratégicos para cobrar impostos, para lembrar a Fabiano que, mesmo na miséria, o Estado sabe encontrar seus cidadãos quando se trata de arrecadar. A percepção⁴⁶ difusa de Fabiano de que o patrão, o soldado, o fiscal, todos estão aliados contra ele, aparece como uma intuição, ainda que não formulada conceitualmente, de que a exploração não é fruto do acaso ou da maldade individual, mas de um sistema que articula organicamente da classe dominante.

No entanto, e este é o ponto central da análise deste subcapítulo, as contradições do capital não produzem apenas resignação e submissão. Produzem também, em certas circunstâncias, o germe da revolta. Em *Vidas Secas*, esse germe aparece sob a forma de um

44 “Transigindo com o outro, não seria roubado tão descaradamente. Mas receava ser expulso da fazenda. E rendia-se” (Ramos, 2014, p. 93).

45 “Governo é governo”, resigna-se Fabiano (Ramos, 2014, p. 107). A frase, dita sem ironia, é a confissão de sua impotência diante de um poder que não reconhece limites.

46 “Tudo na verdade era contra ele” (Ramos, 2014, p. 95-96).

"fogo corredor que vinha do espírito" (Ramos, 2014, p. 110). A expressão belíssima e assertiva de Graciliano Ramos, na obra, ocorre em um momento de particular tensão, quando Fabiano, após ser preso e humilhado pelo soldado amarelo, reflete sobre sua condição e sobre a injustiça de que foi vítima.

Fabiano, encaiporado, fechou as mãos e deu murros na coxa. Diabo. Esforçava-se por esquecer uma infelicidade, e vinham outras infelicidades. Não queria lembrar-se do patrão nem do soldado amarelo. Mas lembrava-se, com desespero, enroscando-se como uma cascavel assanhada. Era um infeliz, era a criatura mais infeliz do mundo [...] E havia também aquele fogo-corredor que ia e vinha no espírito dele. Sim, havia aquilo. Como era? Precisava descansar. Estava com a testa doendo, provavelmente em consequência de uma pancada de cabo de facão. E doía-lhe a cabeça toda, parecia-lhe que tinha fogo por dentro, parecia-lhe que tinha nos miolos uma panela fervendo (Ramos, 2014, p. 34-110).

O "fogo corredor" é a consciência, ainda que em momento sincrético, ainda que não sistematizada, ainda não orientada para a ação política, mas ferve em seu âmago a sensação de que algo está errado, de que a vida não deveria ser assim, de que a exploração e a humilhação a que é submetido não são justas nem naturais. É, em suma, o embrião da consciência de classe, como aquilo que Lukács (2003, p. 65-68) chamou de "consciência possível" do proletariado; a percepção, ainda que não totalmente clara, de que sua condição de explorado o une a outros explorados, e que a superação dessa condição exige ação coletiva. Fabiano, isolado na caatinga, sem partido, sem sindicato, sem escola, não pode dar o passo seguinte para transformar essa centelha de revolta em ação transformadora. No entanto, o fogo está ali, resistindo, como o fogo que dorme nas cinzas e pode, um dia, reacender.

A análise da luta de classes em *Vidas Secas* permite identificar, assim, o movimento dialético da classe em si à classe para si (Marx; Engels, 2010). A classe em si é a classe objetivamente existente, definida pelo lugar objetivamente que o indivíduo ocupa nas relações de produção, enquanto a classe para si é o indivíduo que tomou consciência de sua condição e de seus interesses coletivos, organizou-se politicamente e passou a lutar pela superação da ordem vigente. Fabiano é trabalhador rural expropriado, membro objetivo da classe-que-vive-do-trabalho (Andrade, 2023). A centelha de Fabiano é um primeiro movimento para o desenvolvimento de uma consciência de classe, um sinal de que a possibilidade da efervescer a tomada de classe para si existe como devir.

O capítulo do “Soldado Amarelo” é, nesse sentido, um dos pontos altos da obra, pois é nele que Fabiano, pela primeira vez, ousa questionar⁴⁷ abertamente a legitimidade da autoridade que o oprime. No decorrer do romance, a consciência de Fabiano vai se modificando. Ele começa a questionar o papel do Estado, a função da polícia, a legitimidade do patrão. Ao final deste subcapítulo, pode-se afirmar que a luta de classes em *Vidas Secas* não aparece sob a forma de confrontos abertos, greves ou revoluções. Aparece sob a forma mais elementar e, por isso mesmo, mais refinada: na luta pela sobrevivência, na recusa a ser aniquilado, no desejo de “brigar com a sorte ruim”. Fabiano não é um revolucionário, mas é, em seu silêncio, em sua resistência, em seu “fogo corredor”.

⁴⁷ “Porque tinham feito aquilo? Era o que não podia saber. Pessoa de bons costumes, sim senhor, nunca fora preso” (Ramos, 2014, p. 32).

A travessia como dialética: a mudança da partida à chegada

O ponto de partida da obra parece com o ponto de chegada, mas na dialética materialista, se aparência coincidissem com a essência toda análise seria supérflua (Marx, 2013). A obra começa com uma família em fuga pela caatinga, fugindo da seca, em busca de um lugar onde seja possível sobreviver. Parece terminar da mesma forma, com a família em fuga⁴⁸. O fim reencontra o começo, e o leitor desavisado tem a impressão, à primeira vista, de que nada mudou – de que Fabiano, Sinhá Vitória, os meninos e Baleia continuam presos no mesmo ciclo interminável de seca, fome, exploração e fuga. No entanto, o método em Marx nos ajuda a compreender um movimento que, ao retomar seu ponto de partida, o faz em um nível superior, transformado pelas abstrações apreendidas no percurso. Por isso, o que parece um eterno retorno ao ciclo de sobrevivência do retirante é, na essência, um salto qualitativo, onde emerge um devir.

Até mesmo outros estudiosos da literatura brasileira vão concordar que esse ciclo apresenta mudança. Bosi (1994, p. 204-205) observa que Vidas Secas não apresenta um “ciclo fechado”, mas sim “uma série de romances cuja descontinuidade é sintoma de indagação problema”. Uma leitura atenta do desfecho do romance revela que algo se modificou, Fabiano ao final da jornada, não é o mesmo do início.

A experiência da exploração, da prisão, da injustiça, da perda, mas também dos raros episódios de solidariedade, do afeto, da esperança deixou marcas em sua subjetividade. O “fogo corredor que vinha do espírito” não se extinguiu, ao contrário, alimentou-se das contradições vividas e agora se projeta para o futuro sob a forma de

⁴⁸ “Desceram a ladeira, atravessaram o rio seco, tomaram rumo para o sul” (Ramos, 2014, p. 126).

um desejo consciente – o desejo de que os filhos tenham um destino diferente⁴⁹ do seu. Fabiano, o homem que nunca foi à escola, que mal sabe falar, que assina com um X, que foi enganado nas contas porque não sabia calcular, esse mesmo Fabiano deseja, ao final da jornada, que seus filhos tenham acesso ao conhecimento. A negação do saber, que estruturou sua existência e a de seus antepassados, é agora confrontada. Aprendeu que mantê-lo⁵⁰ na ignorância era estratégia de exploração, o ensino, que lhe foi negado, é agora vislumbrado como instrumento de libertação para os filhos.

A relação de Fabiano com Sinhá Vitória também se modifica ao longo do romance. No início, a comunicação entre eles é mínima – sons guturais, interjeições, silêncios carregados de tensão. Ao final, porém, algo mudou, surge o elogio (que não aparece em nenhum outro momento do livro) e o carinho. A solidariedade entre os membros da família, forjada na luta comum pela sobrevivência, torna-se mais densa, mais consciente, mais afetiva.

A fuga final, portanto, não é uma repetição da fuga inicial, é qualitativamente diferente, porque os sujeitos que a realizam são diferentes. A análise da fuga como dialética em *Vidas Secas* permite, assim, uma quinta e última síntese: A prática social transformou Fabiano e sua família, eles não são mais os mesmos que andavam “sem descanso” na abertura do romance. Adquiriram experiência, acumularam dor, mas também acumularam esperança. A esperança, para o materialismo histórico-dialético, não é um sentimento vago ou uma ilusão consoladora, é a projeção consciente de um futuro possível, fundada na análise das contradições do presente e na identificação das forças sociais capazes de superá-las. Fabiano não leu Marx, não conhece o conceito de “reino da liberdade”, porém

⁴⁹ “Queria que os meninos aprendessem coisas difíceis e necessárias na escola” (Ramos, 2014, p. 126).

⁵⁰ “Se lhe tivessem dado ensino, encontraria meio de entendê-la” (Ramos, 2014, p. 36).

intui, em sua experiência concreta, que a vida não precisa ser sempre assim. "Iriam para diante, alcançariam uma terra desconhecida" (Ramos, 2014, p. 126). A "terra desconhecida" é a utopia, um lugar que ainda não existe, mas que pode vir a existir se os homens lutarem por ele.

A projeção utópica de Fabiano, não é ingênua. Ele sabe que a nova cidade para onde se dirigem não é o paraíso, sabe que encontrará nela "outros seres humanos fortes e brutos como ele" (Ramos, 2014, p. 126), ou seja, outros trabalhadores explorados, outros retirantes, outros "brutos" que a sociedade de classes tratou como bichos. Contudo, é precisamente esse encontro que contém a possibilidade da transformação. Fabiano, sozinho na caatinga, é apenas um homem sofrido. Fabiano reunido a outros "fortes e brutos como ele" é uma classe em gestação. O movimento da classe em si à classe para si, que no subcapítulo anterior identificamos como interrompido, reaparece aqui como horizonte, a nova cidade pode ser o lugar onde os "brutos" descobrem que sua força coletiva pode construir um mundo novo.

Referências

- ANDRADE, Leonardo Carlos de. *Pedagogia Histórico-Crítica: Notas sobre os fundamentos filosóficos, pedagógicos e psicológicos*. 1. ed. Goiânia: Editora IFGoiano, 2023.146 p.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 41. ed. São Paulo: Cultrix, 1994.
- CANDIDO, Antonio. *Ficção e confissão: ensaios sobre Graciliano Ramos*. São Paulo: Editora 34, 1992.
- DUARTE, Newton. A escola de Vigotski e a educação escolar (Hipóteses para uma leitura pedagógica da Psicologia Histórico-Cultural). In:

DUARTE, Newton. *Educação escolar, teoria do cotidiano e a escola de Vigotski*. Campinas: Autores Associados, 1996. p. 75-106.

DUARTE, Newton. *Vigotski e o "aprender a aprender": crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana*. Campinas: Autores Associados, 2001.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Tradução de B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2010.

FEIRA LITERÁRIA DE GOIÁS. *Feira Literária de Goiás: Entre cacos, doces e palavras: universo literário goiano*. Goiânia: IF Goiano, 2024. Disponível em: <https://eventos.ifgoiano.edu.br/flig/>. Acesso em: 7 jun. 2026.

HOLANDA, Lourival. *Sob o signo do silêncio: Vidas Secas e o Estrangeiro*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

LEONTIEV, Aleksandr Nikolaevich. Uma contribuição à teoria do desenvolvimento da psique infantil. In: VIGOTSKI, Lev Semenovich; LURIA, Aleksandr Romanovich; LEONTIEV, Aleksandr Nikolaevich. *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*. 6. ed. São Paulo: EDUSP, 1998. p. 59-83.

LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Boitempo, 2012.

LUKÁCS, György. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. Tradução de Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LURIA, Aleksandr Romanovich. *Curso de Psicologia Geral*. Tradução de Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. v. I.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I: O processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Tradução de Rubens Enderle, Nélcio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo, 2010.

MELO, Ana Amélia Moura Cavalcante de. A crítica social e a escrita em Vidas Secas. *Estudos, Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 382-394, 2005.

RAMOS, Graciliano. *Vidas secas*. 124. ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. *Teoria e método em psicologia*. Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 1996.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância da arte, cultura e literatura na formação humana: a experiência da Feira Literária de Goiás (Flig)

Roseli Gonçalves da Rocha⁵¹

Sarah Suzane Bertolli⁵²

Fausto de Melo Faria Filho⁵³

-
- 51** Doutora em Ciências Sociais (Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Professora do Instituto Federal Goiano (IF Goiano), atua como Coordenadora de Cultura e Arte, presidente do Núcleo de Arte e Cultura (NAIF) e presidente da Feira Literária de Goiás (FLiG).
- 52** Doutora em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Coordenadora editorial no IF Goiano. Pesquisadora e autora de obras acadêmicas, didáticas e de literatura infantojuvenil.
- 53** Doutor em Física pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal Goiano (IF Goiano) – Campus Ceres, onde atua como Gerente de Extensão, desenvolvendo atividades de ensino, pesquisa e inovação nas áreas de Física e Educação Científica.

Esta obra apresentou não apenas práticas e vivências, mas abordagens teóricas e caminhos que atravessaram a I Feira Literária de Goiás, realizada em outubro de 2024, no Centro Cultural Martim Cererê, em Goiânia - GO. Tendo o IF Goiano como instituição anfitriã, a Flig contou com o envolvimento de várias instituições de ensino superior do estado. A reflexão parte da compreensão de que a leitura ultrapassa a interpretação da palavra escrita e se constitui como prática de humanização, de ampliação do repertório cultural e de fortalecimento da consciência crítica. Ao articular literatura, arte e manifestações culturais, a Flig evidenciou o compromisso com a democratização do acesso à cultura e com a formação integral de estudantes, educadores, escritores e comunidade em geral. Este livro destaca ainda a integração entre ensino, pesquisa e extensão como dimensão estruturante da experiência, demonstrando que eventos culturais podem contribuir de modo efetivo para uma educação humanizadora e socialmente comprometida.

A formação humana, em uma perspectiva crítica e emancipatória, exige o contato com diferentes linguagens, saberes e experiências estéticas. Nesse contexto, a arte, a cultura e a literatura ocupam lugar central, pois ampliam a sensibilidade, estimulam a reflexão e favorecem a compreensão da realidade em suas múltiplas dimensões. A Flig representou uma iniciativa significativa nesse campo ao reunir diferentes sujeitos em torno da leitura, da criação artística e do diálogo cultural.

A primeira edição da Flig homenageou a escritora goiana Cora Coralina e teve como tema *Entre cacos, doces e palavras: universo literário goiano*. Sua realização, no Centro Cultural Martim Cererê, conferiu visibilidade à produção literária regional e consolidou um espaço de encontro entre universidade, escola e sociedade. Mais do que uma programação cultural, a feira configurou-se como uma ação formativa voltada à ampliação do acesso aos bens culturais e ao fortalecimento da identidade local.

A leitura e a produção literária constituem práticas sociais fundamentais para o desenvolvimento integral do ser humano. Como afirma Paulo Freire (1982), “a leitura do mundo precede a leitura da palavra”, o que implica reconhecer que ler é interpretar a realidade, compreender os contextos sociais e posicionar-se criticamente diante deles. Desse modo, a leitura não se limita ao domínio técnico do texto, mas envolve percepção, análise, imaginação e diálogo com o mundo vivido.

Na mesma direção, Antônio Candido (2004) destaca a literatura como direito humano e como elemento de humanização, ao favorecer a reflexão, o saber, o afinamento das emoções e a capacidade de compreender a complexidade da vida. A literatura permite ao leitor entrar em contato com diferentes experiências, sensibilidades e visões de mundo, o que amplia a empatia e o pensamento crítico. Assim, ler literatura não é apenas um exercício intelectual; é também uma experiência ética e estética que contribui para a formação do sujeito em sua integralidade.

A Flig foi concebida como um espaço inclusivo e democrático, aberto a educadores, bibliotecários, escritores, estudantes e à comunidade em geral. Essa abertura é importante porque reafirma que cultura e literatura não devem ser restritas a grupos específicos, mas compreendidas como direitos sociais e instrumentos de participação cidadã. Ao reunir públicos diversos, a feira promoveu o encontro entre diferentes trajetórias e saberes, fortalecendo o diálogo entre formação acadêmica e vida social.

A programação diversificada do evento, com palestras, mesas-redondas, oficinas, lançamentos de livros, contação de histórias, rodas de conversa e apresentações artísticas, ampliou as possibilidades de acesso e participação. A presença de música, teatro, poesia e artes visuais ao lado da literatura demonstrou que a formação humana acontece por meio da articulação entre múltiplas linguagens. Essa integração torna a experiência cultural mais

abrangente e favorece aprendizagens que não se reduzem ao conteúdo escolar formal.

Um dos aspectos mais relevantes da Flig foi sua capacidade de articular ensino, pesquisa e extensão em uma mesma experiência formativa. Ao promover a participação de estudantes, professores, pesquisadores e comunidade externa, a feira ultrapassou os limites do espaço acadêmico e reafirmou a função social das instituições de ensino. Essa integração contribui para que o conhecimento produzido na universidade circule socialmente e dialogue com demandas concretas da realidade.

A colaboração entre diferentes instituições de ensino superior de Goiás, reunidas por meio da Rede de Cultura Ipes-GO, evidencia que ações dessa natureza exigem trabalho coletivo e planejamento articulado. A presença de pesquisadores e profissionais de distintas áreas ampliou o alcance da feira e permitiu a circulação de projetos de ensino, pesquisa e extensão. Nesse sentido, a Flig mostrou que a educação se fortalece quando se vincula à cultura e quando se compromete com a transformação social.

A experiência da Feira Literária de Goiás confirma que arte, cultura e literatura são elementos estruturantes da formação humana. Ao promover o encontro entre sujeitos diversos em torno da leitura e da criação artística, a Flig contribuiu para democratizar o acesso à cultura, fortalecer a identidade regional e estimular práticas de reflexão crítica. Trata-se de uma experiência que ultrapassa o caráter de evento pontual e se afirma como ação educativa de impacto social.

A formação humana, quando alimentada por experiências estéticas e pelo diálogo cultural, torna-se mais ampla, sensível e crítica. Nesse sentido, iniciativas como a Flig demonstram a potência da literatura e da arte na construção de sujeitos mais conscientes de si, do outro e do mundo. Sua continuidade e ampliação podem fortalecer ainda mais o compromisso das instituições de ensino com uma educação humanizadora, democrática e socialmente relevante.

REFERÊNCIAS

CANDIDO, A. O direito à literatura. In: CANDIDO, A. *Vários escritos*. 3. ed. São Paulo: Duas Cidades, 2004.

FREIRE, P. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. São Paulo: Cortez, 1982.

INSTITUTO FEDERAL GOIANO. *Projeto Feira Literária de Goiás (Flig)*. Goiânia: IF Goiano, 2024.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Roseli Gonçalves da Rocha

Doutora em Ciências Sociais (Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Servidora do Instituto Federal Goiano (IF Goiano), atua como Coordenadora de Cultura e Arte e preside o Núcleo de Arte e Cultura (NAIF), do qual foi primeira presidente institucional. Foi presidente da Feira Literária de Goiás (Flig) nas edições de 2024 e 2026. Integra grupo de pesquisa junto ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi) e ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em Diversidade Sexual e Gênero (Nepeds). Sua trajetória é marcada pelo compromisso com a educação, a valorização da diversidade cultural e o fortalecimento das artes no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. É pesquisadora e autora de estudos sobre políticas culturais, arte e cultura na educação, contribuindo para a consolidação desses campos como espaços de formação, expressão e transformação social.

Sarah Suzane Bertolli

Doutora em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e coordenadora editorial no Instituto Federal Goiano (IF Goiano). Pesquisadora nas áreas de Linguística, Literatura e Educação, atua também como organizadora de obras acadêmicas, editora e autora de livros didáticos, paradidáticos e de literatura infantojuvenil. Seus trabalhos são publicados por editoras como Casa Publicadora Brasileira (CPB), a Asociación Casa Editora Sudamericana (ACES), da Argentina, e o Instituto Adventista del Plata (IADPA), dos Estados Unidos. No IF Goiano, desenvolve projetos voltados à promoção da leitura, da escrita, da diversidade e da inclusão. Sua trajetória acadêmica e literária reúne produção

científica, atuação editorial e incentivo à formação de leitores em diferentes contextos educacionais.

Fausto de Melo Faria Filho

Físico-matemático, professor de Física do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico no Instituto Federal Goiano (IF Goiano) – Campus Ceres. Possui graduação em Física (bacharelado e licenciatura) pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e segunda licenciatura em Matemática pelo Centro Educacional Anhanguera (CEA). Atualmente, cursa segunda graduação em Letras, Português e Libras (Língua Brasileira de Sinais - Libras) e especialização em Libras (Língua Brasileira de Sinais - Libras), além de ser especialista em Inclusão e Diversidade na Educação, Educação Matemática: Estratégias, Métodos e Tecnologia, Energias Renováveis e Engenharia de Materiais. É mestre e doutor em Física pela UFG, com período sanduíche na Universidade de São Paulo (USP). Atualmente desenvolve pesquisa de Pós-Doutorado na área de Educação Matemática junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília (UnB). Possui vasta experiência na área de Física Experimental com ênfase em temas como amplificadores ópticos, filmes finos e nanomateriais. Atualmente, dedica-se também à pesquisa em formação de professores, análise curricular, tecnologias na educação e educação inclusiva. Participa do grupo PI: Pesquisas e Investigações em Educação Matemática. Foi Gerente de Extensão do IF Goiano – Campus Ceres de agosto de 2018 a agosto de 2022. Desde 2018, integra o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Diversidade Sexual e Gênero (Nepeds) do IF Goiano – Campus Ceres, conhecido como Todes por Um. É membro da equipe editorial da revista Ação e Sociedade desde 2023. Foi idealizador e editor-chefe da revista digital informativa IF em Movimento (ISSN: 2763-9312). Além disso, foi participante do Primeiro Programa Brasileiro de Professores no CERN (Organização Europeia para a Pesquisa Nuclear - CERN).

Este livro foi composto na tipografia Adobe Aldine.
Editora IF GOIANO, 2026.



A LITERATURA ENCONTRA SUA FORÇA QUANDO CRIA ENCONTROS. ENTRE AUTORES E LEITORES, MEMÓRIA E IMAGINAÇÃO, TRADIÇÃO E NOVOS OLHARES, NASCE UM ESPAÇO EM QUE AS PALAVRAS DEIXAM DE HABITAR APENAS AS PÁGINAS PARA TRANSFORMAR EXPERIÊNCIAS, PROVOCAR REFLEXÕES E CONSTRUIR PERTENCIMENTO.

ESTE LIVRO REÚNE VOZES QUE TRADUZEM O ESPÍRITO DA FEIRA LITERÁRIA DE GOIÁS (FLIG), INICIATIVA CRIADA PARA CELEBRAR A LEITURA, VALORIZAR A PRODUÇÃO LITERÁRIA E FORTALECER A CULTURA COMO INSTRUMENTO DE FORMAÇÃO HUMANA. MAIS DO QUE REGISTRAR UM EVENTO, ESTA OBRA INAUGURA UM PERCURSO EDITORIAL COMPROMETIDO COM A CIRCULAÇÃO DE IDEIAS, O DIÁLOGO ENTRE DIFERENTES PERSPECTIVAS E A VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE DE NARRATIVAS QUE COMPÕEM O CENÁRIO GOIANO E BRASILEIRO. CADA TEXTO AQUI PRESENTE PRESERVA A SINGULARIDADE DE SEU AUTOR, MAS, REUNIDOS, CONSTROEM UMA TESSITURA QUE EVIDENCIA O PODER DA LITERATURA DE APROXIMAR PESSOAS, INSPIRAR NOVOS CAMINHOS E AMPLIAR HORIZONTES. É UM CONVITE PARA QUE O LEITOR PERCORRA DIFERENTES ESTILOS, TEMAS E SENSIBILIDADES, RECONHECENDO NA PALAVRA ESCRITA UM ESPAÇO PERMANENTE DE CRIAÇÃO, CONHECIMENTO E TRANSFORMAÇÃO. A HISTÓRIA DA PRIMEIRA EDIÇÃO DA FLIG, ORGANIZADA PELO IF GOIANO EM PARCERIA COM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO E PESQUISA, ESTÁ ETERNIZADA AO LONGO DOS CAPÍTULOS. QUE SUAS PÁGINAS CONTINUEM PROMOVENDO ENCONTROS, DESPERTANDO NOVAS LEITURAS E REAFIRMANDO QUE A LITERATURA PERMANECE UMA DAS MAIS PROFUNDAS FORMAS DE COMPREENDER O MUNDO E DE REINVENTÁ-LO.



INSTITUTO FEDERAL
Goiás



EDITORA
IFGOIANO



FAPPEG
Fundação do Amparo à Pesquisa
do Estado de Goiás